

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA GERAL

ASPECTOS SEMÂNTICOS, CONCEITUAIS E
MORFO-SINTÁTICOS DAS CATEGORIAS NOMINAIS

ANNA MARIA RUSSO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGÜÍSTICA GERAL DO DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM LINGÜÍSTICA.

ORIENTADOR: PROF. DR. MARCOS LOPES

SÃO PAULO
2009

RESUMO

Esta dissertação discute o estatuto morfossintático, semântico e conceitual das categorias nominais, a partir das denominações encontradas em textos didáticos e em trabalhos acadêmicos.

O objetivo principal é esclarecer alguns aspectos que ainda permanecem obscuros na literatura, principalmente no que diz respeito às extensões de determinadas categorias nominais.

As categorias discutidas neste trabalho são os nomes próprios, os nomes concretos e abstratos, os nomes de eventos e os nomes coletivos. Investigam-se especialmente as particularidades ligadas à interpretação das diferentes categorias nominais enquanto possíveis desencadeadoras de diferentes modos de denotação.

Tendo como ponto de partida a semântica formal, este trabalho recebe contribuições também de outras sub-áreas da lingüística, assim como da filosofia da linguagem.

Devido à escassez de embasamento teórico recente, foram buscados argumentos tanto em autores oriundos do campo filosófico — tais como Russell, Wittgenstein e Varzi — como lingüistas relativamente pouco freqüentados em nossos dias, como Jespersen e Pichon.

O desenvolvimento desta pesquisa, que priorizou como objeto de análise, a língua portuguesa do Brasil, parece apontar alguns aspectos relevantes na diferenciação e na delimitação das classes nominais supra citadas.

No caso dos nomes próprios, foi possível observar que as duas principais teorias que tratam deles, a descritivista e a referencialista, não são necessariamente excludentes. Do estudo dos vários autores que, de uma forma ou de outra, aderiram a essas teorias, evidenciou-se que cada uma delas, isoladamente tomada, apresenta deficiências que poderiam ser preenchidas pela outra e que ambas poderiam ser beneficiadas pelo acréscimo do fator contextual.

Embora haja consenso quanto ao fato de que, do ponto de vista sintático, os nomes próprios ocupam o lugar do sujeito em sentenças afirmativas e que, do ponto de vista lógico, nomes próprios são todas as expressões nominais definidas, não é suficientemente salientado que, nesse aspecto, os nomes próprios são uma subclasse dos nomes

concretos, assim como, de acordo com Ockham, coincidem com os nomes concretos os adjetivos empregados na predicação.

Quanto à classe dos nomes abstratos, esta mostrou-se muito mais ampla do que se possa imaginar, abarcando além dos nomes abstratos de qualidades, derivados de adjetivos, também os nomes de ação e de estados, de derivação verbal, e os nomes quantificados (pela aposição de sufixos como *-edo*, *-al*, *-ama*) ou massificados (pela aposição de sufixos como *-ada*), de derivação substantival.

No que diz respeito aos nomes coletivos, a pesquisa mostrou que, por exemplo, quando são examinados em sua forma desenvolvida (*grupo de flores*, no lugar de *buquê*), estes formam uma classe conspícua e de vasta aplicação. Além disso, o estudo dessa categoria abriu um interessante questionamento no que diz respeito à denotação dos nomes de espécies, pois os nomes coletivos teriam, apesar do atributo, uma extensão menor daquela dos nomes comuns.

Os *nomes de eventos* constituíram também um assunto que não pode ser examinado apenas do ponto de vista semântico. No decorrer da pesquisa, este assunto levantou importantes aspectos morfológicos e sintáticos, pois, contrariamente ao que é consenso na literatura, os nomes de evento não parecem ser necessariamente de derivação verbal. No português, por exemplo, foram detectados vários nomes não deverbais que denotam eventos (*festa*, *desastre*, *neblina*, etc.), que são selecionados pelos mesmos verbos que selecionam os nomes de eventos derivados.

PALAVRAS-CHAVE: Classes nominais, denotações, semântica, morfologia.

ABSTRACT

SEMANTIC, CONCEPTUAL AND MORPHOSYNTATIC ASPECTS OF NOMINAL CATEGORIES

This work discusses the morphosyntactic, semantic and conceptual statute of nominal categories from the denominations found in textbooks and academic writings. The main purpose is to clarify some aspects which remain obscure in the literature, mainly in regard to extensions of particular nominal categories. The categories discussed are the proper names, the concrete and abstract names, the event nouns and collective nouns. Particularities related to interpretations of different nominal categories are investigated as possible triggers of different denotation modes. Formal Semantics is the starting point of this work, which also has contributions from other subareas of Linguistics and from Philosophy of Language as well. Due to the lack of recent theoretical framework, arguments have been searched either in authors deriving from the philosophical area such as Russell, Wittgenstein and Varzi, or in not frequently studied nowadays linguists, like Jespersen and Pichon. The development of this research, which prioritized as its main analysis object Brazilian Portuguese, seems to point out some relevant aspects in the differentiation and delimitation of the nominal classes supra cited. Regarding proper names, it was possible to observe that the two main theories that deal with them, the descriptivist and referentialist ones, are not necessarily excludent. Considering the authors who somehow adhered to these theories, it became evident that each of them presents deficiencies that could be filled by the other and that both would benefit from the addition of the contextual factor. Despite of the consensus about the fact that, according to the syntactic point of view, proper names occupy the subject position in affirmative sentences and that, according to the logical point of view, proper names are all the definite nominal expressions, it is not enough highlighted that, in respect to that, proper names are a subclass of concrete names, likewise, to Ockham,

coincide with concrete nouns the adjectives used in predication. Concerning the abstract names class, it turned out to be much larger than could be expected, including not only the abstract names of qualities, but also nouns of actions and states, of verbal derivation, and the nouns quantified (by the adposition of suffixes like *-edo*, *-al*, *-ama*) or massified (by the adposition of suffixes like *-ada*), of nominal derivation. With respect to collective nouns, the research revealed that, for instance, when examined in their developed form *grupo de flores* (group of flowers) instead of *buquê* (bouquet), they represent a conspicuous class of large application. Additionally, the study of this category led to an interesting questioning of the species' names denotation because the collective nouns seem to have, besides the attribute, a smaller extension than that of common names. Similarly, event nouns can't be analyzed only on a semantic basis. As the research advanced, this issue raised important morphological and syntactic aspects, because in spite of the consensus found in the literature, event nouns don't seem to be necessarily derived from verbs. In Portuguese, for example, there are non-deverbal event nouns like *festa* (party), *desastre* (disaster), *neblina* (fog), etc., which are selected by the same verbs that select the derived event nouns.

KEYWORDS: Name classes, denotations, semantics, morphology.

Agradeço...

Ao professor Marcos Lopes pela valiosa orientação e pelo apoio incondicional na realização desta dissertação.

À professora Ana Müller por ter sido a primeira a me estender a mão.

Aos professores do Departamento de Lingüística e, em particular, às professoras Esmeralda Negrão, Ana Scher e Evani Viotti por terem sido tão generosas comigo.

Ao professor João Vergílio Gallerani Cutter pelas preciosas e esclarecedoras observações feitas na ocasião de minha Qualificação.

Aos colegas de Graduação e de Pós-graduação por terem me feito esquecer que o tempo existe.

Aos meus pais por terem me feito acreditar que eu posso.

À minha sogra Hermelinda por ter ajudado meus pais a me fazerem acreditar que eu posso.

Ao meu amado Guga por ter aplainado meu caminho para que eu pudesse chegar até aqui.

Aos meus filhos Adriano e Aléssia por terem sido sempre meus melhores amigos.

À minha querida nora Bianca por ter torcido por mim.

Às minhas netinhas Giorgia e Laura por toda beleza e alegria que trouxeram à minha vida.

À CAPES pelo auxílio financeiro que me concedeu para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	1
2. NOMES: SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS	6
2.1. Introdução	6
2.2. Jespersen e <i>A filosofia da Gramática</i>	6
2.3. Das palavras ao pensamento	10
2.4. Comentário	13
3. NOMES PRÓPRIOS	15
3.1. Introdução	15
3.2. Mill e a arbitrariedade dos nomes próprios	15
3.3. Frege e o conteúdo descritivo dos nomes próprios	18
3.4. Russell e as expressões dêiticas	20
3.5. Wittgenstein e os jogos de linguagem	23
3.5.1. Comentário	27
3.6. Kripke e a teoria causal da referência	28
3.7. O uso na relação nome próprio / objeto	31
3.7.1. Sub-classes nominais	31
3.7.2. Teorias da referência	33
Comentário	35
3.7.3. Uso atributivo e uso referencial das descrições definidas	36
3.7.4. A proposta de Brito	37
Comentário	39
3.7.5. O aspecto ontológico do problema	40
Comentário final	42
4. NOMES DE EVENTOS	44
4.1. Introdução	44
4.2. Abordagem filosófica	45
4.2.1. Achille Varzi	45
Eventos <i>vs.</i> Objetos	47

	Eventos <i>vs.</i> Fatos	48
	Eventos <i>vs.</i> Propriedades	49
	Eventos <i>vs.</i> Tempos	49
4.2.2.	Tipos de eventos 50	
	<i>Activities, Accomplishments, Achievements, States</i>	50
	Eventos estáticos e Eventos dinâmicos .	51
	Ações e Movimentos corporais	52
4.3.	Abordagem lingüística 52	
4.3.1.	A contribuição de Langacker 52	
	Modelos descritivos cognitivos	52
	Evento de uso da língua	53
	Outros modelos: bola de bilhar e modelo de estágio	54
	Modelos cognitivos adicionais	56
	Codificação marcada e não-marcada . .	59
	Nomes de eventos não deverbais	59
4.3.2.	Therence Parsons 60	
	Nomes de eventos deverbais na língua inglesa	60
4.3.3.	Nomes deverbais que selecionam eventos no PB 62	
	Formas lógicas subjacentes	64
	Verbos intransitivos que pegam eventos como sujeitos no PB	64
	Nomes não deverbais que selecionam eventos no PB	64
	Nomes não deverbais que selecionam <i>eventos coletivos</i> no PB	65
4.3.4.	Nomes ou nominalizações eventivas não deverbais 67	
	Campo semântico: fenômenos naturais 68	
	Campo semântico: acontecimentos repentinos, provocados por motivos fortuitos ou voluntários	73
	Campo semântico: eventos coletivos . .	76
5.	EVENTOS <i>vs.</i> INDIVÍDUOS 81	
5.1.	Introdução 81	
5.2.	O Número e o Gênero nos Nomes de Eventos 82	

5.3.	Nomes de eventos: comuns ou próprios?	82
5.4.	Nomes concretos ou abstratos?	85
5.5.	Nomes de Eventos <i>vs.</i> Nomes Coletivos	86
6.	NOMES ABSTRATOS	88
6.1.	Introdução	88
6.2.	Aspectos morfológicos e sintáticos	89
6.3.	Nomes abstratos de qualidades	91
6.4.	Background	92
6.4.1.	A herança de Aristóteles em Ockham	92
	Comentário	94
6.4.2.	A natureza sintática dos nomes abstratos	95
6.4.3.	Idéias distintas, nomes distintos: John Locke	96
	Comentário	96
6.4.4.	Leibniz discute Locke	97
	Comentário	98
6.4.5.	A contribuição de John Stuart Mill	99
	Hobbes <i>vs.</i> Mill	100
6.4.6.	Damourette & Pichon — Da proposição e da síndese	101
6.5.	Número e referência	102
6.5.1.	O número nas <i>Categorias</i>	103
6.5.2.	Moltmann e os <i>Tipos de tropos</i>	104
6.6.	Conclusão	107
7.	NOMES COLETIVOS	108
7.1.	Introdução	108
7.2.	Background teórico	110
7.2.1.	O número na <i>Gramática de Port-Royal</i>	110
7.2.2.	A definição de agregado de Leibniz	114
7.2.3.	A contribuição de Mill	117
7.2.4.	A doutrina dos inteiros potenciais	118
7.2.5.	A denotação dos nomes coletivos	119
7.2.6.	A noção de grupo em Wachowicz	120
7.2.7.	Coletivos derivados	120
7.2.8.	Denotação de um termo plural	121
7.3.	A função dos coletivos genéricos	122

7.4.	Construções partitivas e Construções pseudo-partitivas	123
7.4.1.	Construções com coletivos	125
7.5.	Tipos de coletivos	126
7.6.	Conclusão	131
8.	CONCLUSÃO	133

HERMÓGENES: Nome. De onde lhe veio chamar-se nome?

SÓCRATES: Não designas por *maiesthai* alguma coisa?

HERMÓGENES: Sim, procurar.

SÓCRATES: Quer parecer-me que o vocábulo *ónoma* (nome) é uma proposição concentrada, que afirma a existência do ser (*ón*) que investigamos. Compreenderás mais facilmente isso mesmo naquilo que chamamos *onomastón* (a ser denominado), pois diz claramente que se trata do ser sobre que investigamos (*on hou másma estin*).

(Platão, *Crátilo*)

1 | APRESENTAÇÃO

O objetivo do presente trabalho é investigar o estatuto morfossintático, conceitual e semântico das categorias nominais, no intuito de esclarecer alguns aspectos que parecem permanecer obscuros na literatura, principalmente no que diz respeito às suas denotações. Veremos no decorrer dos capítulos que não parece haver consenso quanto às denotações dos nomes próprios, dos nomes de eventos (como *canto*, *construção*, *nascimento*, etc.), dos nomes coletivos (*grupo*, *bouquet*, *cardume*, *alcatéia*, *assembléia*, *patrimônio*, etc.), dos nomes massivos (*água*, *areia*, *arroz*, etc.), dos nomes abstratos, etc.

Os nomes próprios têm sido objeto de muitas pesquisas lingüísticas que operam dentro, assim como também fora, do paradigma da Semântica Formal. A relevância do assunto não poderia ser ignorada pelos lingüistas e filósofos que, a partir do final do século XIX, dedicaram ao estudo da linguagem seus maiores esforços.

Cf. Mill (2006), Frege (1978), Russell (1946), Kripke (1980), Wittgenstein (1994), entre outros.

No que diz respeito aos nomes de eventos, Parsons (1990:127) afirma que para nos referirmos a eventos usamos nomes da mesma forma que o fazemos para outros tipos de entidades. Esses nomes podem ser modificados ou não por adjetivos, cláusulas relativas restritivas ou nomes preposicionados, da mesma forma que o são os nomes de entidades. Exemplos:

- Todo nascimento (evento) *vs.* todo homem (entidade)
- A construção (evento) *vs.* a plantação (entidade)
- Um nascimento (evento) feliz *vs.* uma camisa (entidade) colorida
- Um canto (evento) alto *vs.* uma partitura (entidade) ilegível
- A construção (evento) rápida da casa pelos pedreiros *vs.* o grande teto (entidade) da casa que desce para os dois lados

Mas, embora sejam normalmente lexicalizados nas línguas naturais, os eventos apresentam características peculiares, que exigem do pesquisador um cuidado especial. A categoria ontológica *evento* tem suscitado um interesse crescente da parte de filósofos, assim como a categoria nominal *evento* da parte de lingüistas. Entretanto, a indeterminação que cerca as questões sobre a *existência* e sobre a *identidade* tem dificultado uma teorização sistemática sobre eventos. Existem várias maneiras de se abordar este assunto, tantas quanto o número de ciências ou disciplinas que dele se ocupam. Entre essas, a estatística, a física, a filosofia e boa parte das disciplinas que compõem a lingüística como um todo, como, por exemplo, fonologia, morfossintaxe e semântica.

Embora algumas dessas disciplinas focalizem aspectos diferentes do mesmo assunto e outras até tratem de assuntos diferentes, todas utilizam o mesmo termo, *evento*, para designar seu objeto de estudo. O único termo que se contrapõe a esse, dentro da gramática cognitiva, é o de *eventualidade*. Esse termo serve para distinguir o conjunto dos elementos que compõem um evento na realidade da representação lingüística do conjunto.

O grau de especificidade do termo *evento* varia conforme a disciplina, indo de um grau máximo nas disciplinas exatas, como estatística e física, a um grau mínimo nas disciplinas humanísticas e principalmente em lingüística onde esta palavra é extremamente polissêmica.

Outro exemplo curioso de entidades que, por apresentarem características peculiares, são difíceis de serem classificadas é aquele dos *buracos* (ou furos). Segundo Casati & Varzi (2003), os buracos constituem algo sobre o que falamos normalmente e parecem indispensáveis para explicar certas interações causais ou a ocorrência de certos eventos: *A água escoou por causa do buraco no balde*. Algumas línguas até mesmo discriminam diferentes tipos de buracos, distinguindo, por exemplo, entre *cavidades internas* e *perfurações* de uma extremidade a outra. Além disso, dados da psicologia do desenvolvimento confirmam que crianças são capazes de perceber, contar, e localizar buracos tão facilmente quanto elas percebem, contam e localizam objetos materiais tais como bolachas e latas.

Do ponto de vista semântico, caberia perguntar: a que espécie de denotação remete o *buraco*? Ao conjunto de todos os buracos (apostando em uma *autonomia* dos buracos) ou ao conjunto de todas as superfícies esburacadas? E o que dizer da expressão definida *o furo na água*, que parece denotar mais um evento do que uma entidade ou uma qualidade da superfície?

Dos nomes coletivos o que pode ser apontado é que, embora de um ponto de vista morfossintático tenham as mesmas características dos nomes comuns singulares, designam conjuntos de entidades (plurais) isoláveis (Dubois *et al.*, 1993 : 116). Assim sendo, por que recebem essa qualificação?

Talvez a dificuldade em definir sua denotação esteja ligada ao fato de se ter juntado objetos conceitualmente e/ou lingüisticamente heterogêneos sob uma mesma denominação. Naturalmente, o nome cria noções de homogeneidade para a classe de coisas nomeadas; entretanto, são chamados de *nomes coletivos* coisas como *grupo*, que precisam de complemento para denotar entidades; como *alcateia*, que isoladamente denotam uma pluralidade circunscrita de entidades homogêneas; como *patrimônio*, que isoladamente denotam uma pluralidade circunscrita de objetos heterogêneos embora homogêneos de um ponto de vista prático; nomes como *assembléia*, que denotam, além de objetos (os *participantes* da assembléia), eventos singulares que envolvem uma pluralidade de indivíduos delimitada cardinalmente (a assembléia não pode contar com todos os indivíduos da classe geral a que pertencem — todos os *homens*, por exemplo), espacialmente e temporalmente (a assembléia não pode se estender para toda parte nem durar para sempre).

Mas, além dessa questão, parece existir para os nomes coletivos um outro problema de ordem merológica, para cuja solução se faz necessário definir de maneira precisa em quê consiste um *inteiro*: será que para que se tenha um inteiro é necessário que suas partes sejam interdependentes de tal forma que não seja possível a sobrevivência das mesmas quando separadas do todo a que pertencem? E, ainda, se as partes de que é composto um inteiro podem constituir as referências de nomes distintos, qual a diferença, de um ponto de vista lingüístico, entre um inteiro

composto de partes e um agrupamento de entidades autônomas?

Em relação aos nomes massivos, como *água*, *areia* ou *açúcar*, que designam substâncias sem contornos definidos, surge a questão: como podem tais nomes ter uma função denotativa? Como podem, sem a ajuda de classificadores — *copo* (de água), *balde* (de areia) ou *pacote* (de açúcar) — ou de quantificadores — *muito* e *pouco* — apontar para indivíduos no mundo? O problema evoca freqüentemente saídas de natureza ontológica, porque falta às substâncias designadas pelos nomes de massa a *forma* que, segundo Aristóteles, faz da substância o que ela é e dá à matéria as suas determinações (Aristóteles, Física, I, 7, 191^b10).

Os lingüistas da atualidade ainda não chegaram a um consenso sobre esse assunto. Para Link (1983), os nomes massivos denotam porções da matéria e os nomes contáveis denotam indivíduos atômicos, enquanto que para Chierchia (1998), os nomes massivos denotam indivíduos atômicos e também indivíduos plurais, ao passo que os nomes contáveis denotam apenas indivíduos atômicos.

A semântica formal estuda o significado enquanto relação entre linguagem e mundo ou, mais especificamente, entre a linguagem e as entidades por ela denotadas. Portanto é necessário que se estude a linguagem em seus aspectos semântico e morfossintático, mas também que se analisem as entidades denotadas, para definir em que consistem e como se processa a relação entre expressões lingüísticas e suas denotações. Em vista disso, a pesquisa confronta, além das idéias eminentemente lingüísticas, conceitos advindos do campo filosófico, inclusive ligados às teorias merológicas. O resultado que se pretende conseguir é o de fornecer critérios mais claros, sejam eles morfológicos ou semânticos, que justifiquem as sub-divisões no interior das categorias nominais, tendo em vista o estatuto semântico das entidades denotadas pelos nomes.

Já foi detectado, por exemplo, que existem divergências na classificação de determinados nomes, que talvez dificultem desnecessariamente a determinação de suas extensões. Por exemplo, enquanto nomes como *nome comum* e *nome próprio*, *nome masculino* e *nome feminino*, *nome singular* e *nome plural*, *nome composto* e *nome derivado*, etc. carregam marcas morfológicas distintivas que permitem sua deter-

minação, o mesmo não acontece com nomes como *nome concreto*, *nome coletivo*, *nome massivo*, etc. A qualificação dos nomes do segundo grupo deve ser imputada, então, ao fato de a teoria da gramática pretender com eles apresentar certas particularidades ligadas a denotações deste ou daquele tipo. Por exemplo, em Dubois *et al.* (1993: 138) consta que nomes concretos se referem a objetos do mundo físico (ou do que é considerado como tal), por oposição aos nomes abstratos que denotam entidades que pertencem ao conjunto das idéias. Concretos, portanto, não são aí os nomes, mas as entidades por eles denotadas, e abstratos são todos os nomes e não somente aqueles que denotam entidades que pertencem ao conjunto das idéias.

De tudo o que foi dito até o momento percebe-se como esse assunto, pela sua abrangência e pelo grau de interesse, constitui um campo fértil para a pesquisa lingüística e filosófica.

2 | NOMES: SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS

2.1 INTRODUÇÃO

Antes de nos adentrarmos no exame das distintas categorias nominais, é oportuno lembrar que o termo *nome* tem uma aplicabilidade maior do que o termo *substantivo*. O termo *nome* abarca, além dos substantivos, também os adjetivos, enquanto o termo *substantivo* é eminentemente de natureza gramatical e diz respeito àquele elemento da sentença que ocupa o lugar do sujeito, do predicativo do sujeito, do objeto direto, do objeto indireto ou do adjunto verbal. No entanto, na língua em uso, os dois termos costumam ser chamados quase que indiferentemente ora desta maneira, ora daquela.

Segundo Damourette & Pichon (1939), a denominação de *nome* pertence à gramática tradicional, na qual é sinônima de *substantivo*. Anteriormente, porém, sob essa denominação encontravam-se agrupados o substantivo e o adjetivo qualificativo. Esse ponto de vista se manteve entre alguns gramáticos da época de Damourette & Pichon (Du Marsais, Fromant e d'Olivet).

Jespersen (1948), alinhado com os autores acima, afirma que adjetivos e substantivos têm muito em comum e, muitas vezes, é difícil dizer se uma palavra pertence a uma ou a outra classe.

2.2 JESPERSEN E *a filosofia da gramática*

Segundo Jespersen (1948), formas, funções e significados são importantes, mas não é possível embasar uma classificação apenas em definições curtas e simples. No alemão

ou no ido há marcadores lingüísticos que mostram as diferentes classes de palavras. No chinês, no entanto, algumas palavras são usadas somente com certas funções, enquanto outras, sem nenhuma marca visível, funcionam ora como substantivos, ora como verbos, ora como advérbios conforme o papel sintático e o contexto.

O sistema inglês apresenta características dos dois tipos de sistemas, pois possui palavras que podem ser substantivos, verbos ou conjunções (por ex., *while*) e palavras que pertencem a uma única classe.

Em todo caso, o que é importante é descobrir a qual classe uma palavra pertence em cada instância de uso e não olhando para formas isoladas.

Jespersen (1948) quer chegar a uma compreensão científica da gramática. Para tanto ele julga necessário que se considere o que de fato acontece quando falamos de algo e se examinem as relações entre o mundo real e a maneira como conseguimos expressar esse fenômeno na língua (p. 63).

Como a língua é incapaz de expressar todos os detalhes de um determinado objeto com a mesma concretude real, ao comunicarmos com outros, negligenciamos muitas das características concretas desse objeto, como as que o distinguem de outro da mesma espécie. Dessa forma criamos em nossa mente objetos médios, aos quais correspondem denominações abstratas, em que a única coisa que muda é o grau de abstração.

A esse propósito é oportuno citar as palavras de Friedrich Nietzsche.

Todo conceito nasce por igualação do não-igual. Assim como é certo que nunca uma folha é inteiramente igual a uma outra, é certo que o conceito de folha é formado por arbitrário abandono destas diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distintivo, e desperta então a representação, como se na natureza além das folhas houvesse algo que fosse “folha”, uma espécie de folha primordial, segundo a qual todas as folhas fossem tecidas, desenhadas, recordadas, coloridas, frisadas, pintadas, mas por mãos inábeis de tal modo que nenhum

exemplar tivesse saído correto e fidedigno como cópia fiel da forma primordial.

(Nietzsche (1996))

Entre as palavras de difícil classificação encontram-se os adjetivos e os substantivos. Essas duas classes, segundo Jespersen (1948), têm muito em comum, de maneira que seria aconselhável usar o mesmo termo, *noun*, para designá-las.

Entretanto, no inglês, os substantivos, ao contrário dos adjetivos, têm um gênero determinado e apresentam muito mais irregularidades em suas flexões do que os adjetivos.

Além disso, antigamente os adjetivos retiravam algumas terminações dos pronomes mas, com o passar do tempo, essas terminações desapareceram completamente. No inglês, os adjetivos têm agora somente uma forma para todos os casos, em ambos os números. Nos substantivos, porém, as terminações em *-s* permaneceram e atualmente formam a principal característica distintiva dos mesmos. Assim podemos dizer que em *old boys*, *old* é um adjetivo porque não tem terminação, e *boys* é substantivo porque tem terminação em *-s*.

A definição segundo a qual substantivos denotam substâncias (pessoas e coisas) e adjetivos as qualidades encontradas nessas coisas não é, para esse autor, completamente satisfatória, porque os nomes de muitas substâncias derivam claramente de alguma *qualidade*, portanto as duas idéias não podem ser separadas. Segundo ele, a essência de qualquer substância é a soma de todas aquelas qualidades que somos capazes de perceber (ou conceber) e que estão conectadas entre si, de alguma maneira. A velha definição, por exemplo, não resolve a questão dos chamados *abstratos* como *liberdade* e *doçura*. Embora essas palavras sejam classificadas, em todas as línguas, como substantivos, denotam as mesmas qualidades de os adjetivos correspondentes.

O que parece ser importante é que, por serem mais específicos, os substantivos se aplicam a um menor número de objetos do que os adjetivos. Enquanto cada substantivo sugere muitas características distintas através das quais se reconhece a pessoa ou a coisa em exame, o adjetivo indica uma única qualidade.

Quando a mesma palavra pode ser usada das duas maneiras, percebe-se que o significado dos adjetivos substantivados é sempre mais específico do que o dos adjetivos correspondentes enquanto que o significado dos substantivos que derivam de um adjetivo é menos específico. Em consequência disso, podem ser aplicados às coisas mais diferentes, porque eles agora conotam somente uma das características.

Bally (*apud* Jespersen (1948)) chama a atenção para outra forma de se substantivar um adjetivo. Para esse autor, *Você é um impertinente* é mais contundente que *Você é impertinente*. A explicação é que substantivos são mais vigorosos porque eles são mais específicos do que os adjetivos, embora incorporem a mesma idéia.

Você é um impertinente equivaleria a *Você tem impertinência em alto grau ou em um grau maior do que outras qualidades*. Já *Você é impertinente* equivaleria a *Você tem impertinência em grau igual ao de outras qualidades*.

A norma da maior complexidade e especificação de substantivos assim surge sempre que somos capazes de comparar duas palavras de significado muito semelhante.

Em muitos casos, mas não em todos, pode-se aplicar o critério numérico e contar como cada palavra pode ser aplicada a muitos indivíduos. Por exemplo, em *um novo livro*, há mais coisas novas do que livros na existência.

Entretanto, a aplicabilidade a um maior ou menor número é somente um aspecto do que as palavras *específico* e *geral* implicam e Jespersen está mais propenso a acentuar a maior complexidade de qualidades conotadas pelos substantivos do que a seleção de uma qualidade no caso de um adjetivo.

Jespersen (1948) aponta também que, em nossas línguas, há um certo número de substantivos de uma significação altamente geral, *thing, body, being*, mas sua significação geral não é da mesma ordem daquela dos adjetivos. Nos pensamentos científicos, filosóficos e abstratos, substantivos como esses servem para abarcar um número de idéias indubitavelmente substantivas. Nos discursos cotidianos são usados no lugar de um substantivo específico que não se encontra na língua ou que foi momentaneamente esquecido. Quando ocorrem em combinação com um adjetivo, eles são pouco mais que um tipo de dispositivo gramatical

para substantivar um adjetivo (*something, nothing, quelque chose, ingenting, somebody, etc.*).

Por último, esclarece o autor, para decidir quando uma certa palavra é um substantivo ou um adjetivo deve-se seguir o critério formal adequado a cada língua, sem esperar, contudo, encontrar uma precisa e rígida linha de demarcação separando as duas classes, da maneira desejada por outros autores.

2.3 DAS PALAVRAS AO PENSAMENTO

No volume I da obra *Des mots à la pensée*, Damourette & Pichon (1939) distinguem três classes gramaticais: os instrumentos, os verbos e os nomes. Das três classes a que nos interessa é a dos nomes.

Dizem os autores que, na gramática tradicional, a denominação de *nome* é sinônima de *substantivo*. Anteriormente, porém, a denominação de *nome* abarcava tanto o substantivo quanto o adjetivo qualificativo.

Tudo aquilo que nossa alma pode conceber e representar-se com um simples golpe de vista, e sem fazer julgamento algum, é expresso no discurso por um nome. Assim Deus, anjo, homem, cavalo, grande, pequeno, vermelho, amável, etc., são nomes. Há duas espécies de nomes: o nome substantivo e o nome adjetivo.

(Restaut (1765))

Em sentido mais amplo, o termo *nome* englobaria, segundo Damourette & Pichon (1939), tudo o que não é nem instrumento e nem verbo e, portanto, além dos substantivos e dos adjetivos qualificativos, também os advérbios de modo e as interjeições.

O *nome* não estabelece relações entre termos e pode ser considerado a mais antiga classe lingüística, enquanto o *substantivo* constituiria a última aquisição da língua.

O adjetivo nominal se comporta como o substantivo nominal, sendo formado na maioria das vezes por derivação.

Dois são as classes gramaticais que podem ser constituídas por derivação: a dos verbos em geral e a de alguns

nomes. Mas, nos verbos, tudo ocorre de maneira uniforme e constante, enquanto, nos nomes, cada essência tem sua própria maneira de se comportar.

Por exemplo: na língua francesa, enquanto os derivados verbais do primitivo *pâle* são regulares (*pâlir, vous pâlissez, vous pâlissiez, vous pâlirez*), os derivados nominais do mesmo primitivo são formados com sufixos todos diferentes entre si: substantivo *pâleur*; adjetivo *pâlot*.

No entanto, embora as flexões nominais não sejam regulares, elas apresentam as mesmas características tanto na categoria do substantivo, quanto na categoria do adjetivo.

Dizem Damourette & Pichon (1939) que os adjetivos e os substantivos nominais se alternam com facilidade, em seu emprego. Pela adição de um artigo um adjetivo pode se tornar um substantivo e pela sua subtração, um substantivo pode se tornar um adjetivo.

A substantivação de um adjetivo pode ser de dois tipos:

- substantivação *ex abstractu*;
- substantivação *ex electu*;

No primeiro caso, o adjetivo substantivado expressa uma qualidade concebida de maneira abstrata como uma substância. Exemplo: *o belo*.

No segundo caso, o adjetivo substantivado designa uma substância que tem uma determinada qualidade muito saliente.

A substantivação *ex abstractu* leva a um conceito substancial que engloba tudo o que possui a qualidade em questão; a substantivação *ex electu* leva a uma substância particular que tem como caráter dominante a qualidade em questão, mas que tem também muitas outras qualidades conhecíveis. (P. 171.)

A substantivação *ex electu* se subdivide em:

- substantivação por eleição permanente;
- substantivação por eleição ocasional.

A primeira diz respeito à criação de um novo substantivo para um uso habitual.

Exemplo: o substantivo *branca*, designando uma nota musical de valor determinado.

A segunda diz respeito à designação substantiva ocasional de uma substância por uma qualidade capaz de diferenciá-la das demais.

Exemplo: *No tabuleiro havia três piões: dois pretos e um branco.*

Mais adiante, (Damourette & Pichon, 1939: 183) atentam para o fato de que, muitas vezes, um adjetivo substantivado tem por epíteto um outro adjetivo. Nesses casos, é difícil determinar qual é o substantivo e qual é o adjetivo. Isso ocorre mais na língua escrita do que na língua falada, porque aquela dispõe de menos recursos do que esta última.

Exemplo: *Lá, havia somente um velho pobre.*

Assim como a substantivação, a adjetivização pode ser de dois tipos:

- adjetivação *ex casu*
- adjetivação *totius substantiae*.

A adjetivação *ex casu* parece ter origem nos casos do latim. Nesse tipo de adjetivação, o substantivo é adjetivado sem que, na realidade, a sua substância o seja.

Exemplo: *Ele comprou um carro último modelo.*

Os substantivos adjetivados *ex casu* não concordam morfológicamente com o suporte e permanecem substantivos plenos em relação a seus complementos, podendo tê-los de vários tipos. Assim, os adjetivos substantivados podem ter por complemento:

- um adjetivo nominal;
- um outro substantivo adjetivado *ex casu*;
- um substantivo nominal em cláusula, sem artigo e com preposição;
- um substantivo nominal em cláusula, com artigo e com preposição.

Exemplos:

- *A glicemia açúcar livre;*
- *Um vestido cor morango;*
- *Um rosto cor de boa saúde;*
- *Olhos cor do mar.*

Segundo Damourette & Pichon (1939), é comum os nomes próprios sofrerem adjetivação *ex casu*.

Exemplos: *o rio Sena, o monte Everest, a praça Garibaldi.*

Na adjetivação *totius substantiae*, a substância expressa pelo substantivo nominal é ela própria adjetivada e posta em relação de síndese com a substância suporte.

Exemplo: *O presidente a fez ministra e você a fez uma mulher correta.*

Os substantivos adjetivados *totius substantiae* concordam com o suporte, do qual são consubstanciais.

Damourette & Pichon (1939) alertam para o fato que nem sempre é fácil distinguir entre a adjetivação *ex casu* e a adjetivação *totius substantiae* e que interpretá-la de uma ou de outra forma é uma questão de sentimento pessoal (P. 205).

2.4 COMENTÁRIO

Em suas obras, tanto Jespersen (1948) quanto Damourette & Pichon (1939) são unânimes em afirmar que substantivos e adjetivos são duas classes muito próximas. Entretanto, o lingüista dinamarquês acentua mais os aspectos filosófico e contextual da questão. Filosófico, porque leva em conta a maneira como se processa a relação entre linguagem e mundo, e contextual porque aponta a relevância da instância de uso da língua na determinação da classe a que uma palavra pertence. Ao fazer isso, o autor descarta a possibilidade de se determinar a classe de uma palavra olhando para formas isoladas.

Enquanto isso, Damourette & Pichon (1939), embora reconheçam que tanto a classe dos *substantivos* quanto a classe dos *adjetivos* pertençam à classe mais abrangentes dos

nomes, mostram como se processa a flutuação de uma classe a outra, de maneira sistemática, descrevendo todas as formas de um adjetivo se tornar um substantivo e todas as formas de um substantivo se tornar um adjetivo.

Agora, mesmo reconhecendo a importância de um estudo sistemático dos diferentes objetos lingüísticos (em que as generalizações são indispensáveis) para o ensino de uma língua, não é possível negligenciar o papel determinante que o contexto e, portanto, a *instância de uso* desempenham na compreensão do fenômeno da comunicação e do entendimento entre os seres.

3 | NOMES PRÓPRIOS

3.1 INTRODUÇÃO

A questão da denotação dos nomes próprios não poderia ser ignorada pelos lingüistas e filósofos que, a partir do final do século XIX, dedicaram ao estudo da linguagem seus maiores esforços. Frege e Russell encontram-se entre os pioneiros que embasam as perspectivas contemporâneas da análise lógica da linguagem. Embora tenham dado a este assunto soluções diferentes, ambos endossam o ponto de vista segundo o qual o nome próprio diz respeito a um indivíduo singular. A partir daí, a complexa função que os nomes próprios têm na linguagem passou a usufruir de um arcabouço teórico que lhe garantiu seu caráter particular.

*Ver, a esse respeito,
Hebeche (2004)*

Neste capítulo serão debatidas idéias desses pensadores e alguns outros grandes expoentes do campo filosófico, como Mill, Kripke e Donnellan. Merece aqui destaque, também, a tese de Brito, embasada sobretudo pela teoria descritivista, mas que também endossa aspectos da teoria causal, especialmente no que diz respeito à relevância da *dimensão social* no funcionamento dos nomes próprios no uso diário da língua.

3.2 MILL E A ARBITRARIEDADE DOS NOMES PRÓPRIOS

Para Mill (2006), todos os nomes são nomes de alguma coisa, seja ela real ou imaginária. Alguns objetos têm um nome distinto, enquanto outros não têm nomes específicos. Quando surge a necessidade de nomear tais objetos, colocam-se juntas várias palavras, cada uma das quais pode ser usada para um número indefinido de outros objetos. Por exemplo, as palavras *esta pedra*, embora separadamen-

te possam ser usadas para vários outros objetos, quando juntas podem ser usadas para um único objeto: aquele de que se deseja falar, em um determinado momento.

Mas essa não é a única função dos nomes, pois, através de seu significado, é possível asseverar proposições comuns e afirmar ou negar qualquer predicado de um número indefinido de coisas.

Segundo o filósofo, o nome comum é um nome que pode ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, de um número indefinido de coisas, enquanto o nome singular é um nome que pode ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, de uma única coisa. Enquanto o nome *homem* pode ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, de João, Maria, Jorge e de um número indefinido de outros indivíduos, *João* pode ser verdadeiramente afirmado, no mesmo sentido, somente de um indivíduo singular.

Um nome singular pode consistir também em uma expressão como, por exemplo, *O rei que sucedeu William, o Conquistador* ou como *o rei*, quando o contexto define o indivíduo de quem se deseja falar.

A uma mesma coisa podem também ser apostos vários nomes, com igual propriedade, embora com significados diferentes. Um mesmo homem pode ser chamado pelo nome *Sophoniscus* ou pelo nome *o pai de Sócrates*. Porém, embora estes nomes pertençam ao mesmo indivíduo, eles têm significados diferentes, pois o primeiro serve para distingui-lo de outros indivíduos e o segundo para apontar um fato a ele relacionado: o fato de que Sócrates era seu filho¹.

Há também outros nomes que podem ser apostos a um indivíduo: por exemplo, *um homem, um grego, um escultor, um homem velho*, etc. Mas, diversamente de *o pai de Sócrates*, que só pode ser aposto a *Sophoniscus*, todos eles podem ser apostos a *Sophoniscus*, assim como a muitos outros indivíduos e o simples fato de terem sido apostos a *Sophoniscus* evidentemente não faz com que se conheça seu significado.

Segundo Mill (2006), nomes concretos individuais, ou nomes próprios, não são conotativos: eles denotam indi-

¹ Fato que é, ademais, circunstancial, no sentido de *não-necessário* à definição do indivíduo. Veja-se a seção 3.6, à pág. 29.

víduos, mas não implicam nenhum atributo destes indivíduos.

O nome próprio de uma pessoa ou de um animal seria apenas uma marca que permite que estes indivíduos sejam constituídos sujeitos do discurso. Eles são totalmente arbitrários e a razão de sua escolha não faz parte da significação da palavra. Os nomes próprios são afixados aos objetos em si, independentemente da continuação de qualquer atributo dos mesmos, de maneira que a cessação do motivo de sua escolha pode tornar sua permanência injustificada.

Entretanto — prossegue Mill — existem nomes concretos individuais, isto é, predicáveis de um único objeto, que são conotativos. É o caso de nomes como *o sol* ou como *Deus*, que são significantes de uma união de atributos que não são possuídos por nenhum outro objeto. Isso ocorreria porque, na verdade, eles são nomes comuns não individuais — pois podemos imaginar muitos sóis e acreditar em muitos deuses —, que também são predicáveis de um único objeto. Algumas vezes não há nada na palavra que implique isso; outras vezes, os nomes individuais conotativos são significantes de algum atributo que faz parte do significado do próprio nome: por exemplo, *o primeiro imperador de Roma*; outras, o atributo conotado pode consistir em uma conexão com um determinado fato, conexão esta que somente um indivíduo poderia ter (ex.: *O pai de Sócrates*); outras vezes, ainda, pode ser de tal forma que somente um indivíduo de fato tenha o atributo (ex.: *o autor da Ilíada*).

É muito importante observar, com o autor, que o emprego do artigo *o* implica a unicidade do atributo. O papel desempenhado pela palavra *o*, em outros casos, é desempenhado pelo contexto.

Um nome comum, que pode ser afirmado de mais de uma coisa, pode também, juntamente com outras palavras, formar uma expressão que pode ser predicada de um único objeto. Por exemplo, *primeiro ministro da Inglaterra* é um nome comum, pois os atributos conotados por ele podem ser possuídos por um número indefinido de indivíduos, mas, *O atual primeiro ministro da Inglaterra* não é um nome comum, pois o significado do próprio nome implica que pode haver somente uma pessoa desse tipo ao mesmo tempo.

No entender de Mill, sempre que os nomes dados a objetos transmitem alguma informação, o significado reside não no que eles denotam, mas no que eles conotam.

3.3 FREGE E O CONTEÚDO DESCRITIVO DOS NOMES PRÓPRIOS

Frege (1978) considerava os nomes próprios, assim como os enunciados, entidades *saturadas*. Segundo ele, os enunciados seriam nomes que têm por sentido um pensamento e por referência um valor de verdade.

(Frege, 1978: 61) chegou à distinção entre sentido e referência analisando sentenças de identidade. Em seu artigo *Sobre o sentido e a referência*, Frege afirma que a igualdade é uma relação que se estabelece entre nomes ou sinais de objetos e não entre objetos; e que esta relação se sustenta só quando os nomes ou os sinais denominam algo, porque, nesse caso, *ela será mediada pela conexão de cada um dos sinais com a mesma coisa designada*.

Se não há dúvida quanto à veracidade de uma expressão em que um único e mesmo termo ladeia o sinal de igual ($a = a$), expressões da forma $a = b$ não são igualmente óbvias, pois, se elas forem verdadeiras, isto é, se os dois termos referirem um único e mesmo objeto, elas serão também *informativas*, e, se forem informativas, isso mostra que a relação de identidade foi estabelecida entre sinais de objetos e não entre objetos, já que é inconcebível que um objeto seja idêntico a outro.

Pela teoria descritivista, cada nome tem um sentido e o sentido é dado por uma ou mais descrições definidas.

Diz (Santos, 1994: 23), em seu texto introdutório ao *Tractatus*:

Se a proposição se vincula à realidade no modo da bipolaridade, é porque consiste numa combinação de símbolos — nomes — que se instituem como símbolos através da instituição de uma relação de simbolização entre eles e elementos da realidade.

E, mais adiante, referindo-se a uma observação de Aristóteles:

(...) a instituição de uma relação de simbolização entre nome e nomeado, por qualquer via que seja, é condição necessária e suficiente para que o nome simbolize o nomeado.

Discutindo o conceito fregeano de proposição, Santos afirma que:

De um modo geral, um nome encerra um conteúdo descritivo, por meio do qual chega a significar o que efetivamente significa, e esse conteúdo descritivo é sua contribuição para a determinação das condições de verdade das proposições em que ocorre seu sentido. Para Frege, o sentido de uma proposição é determinado pelo conteúdo descritivo de cada um dos nomes que nela ocorrem, por meio do qual seu significado se identifica como tal.

((Santos, 1994 : 36))

Quando Frege (1978) fala em *nome* ou em *senal* está se referindo a um nome próprio, que também poderá consistir de vários nomes ou sinais. A referência do nome próprio deverá ser um objeto determinado. Nomes próprios diferentes, denominando um mesmo objeto, constituem, nos termos desse autor, vários sentidos para uma mesma referência.

Para que os nomes próprios possam ser usados significativamente devem poder especificar o objeto referido mediante o sentido ligado a eles. Entretanto, contra essa suposta vinculação das descrições aos nomes próprios, defendida pelos descritivistas, insurgem os partidários da teoria causal que argumentam que, se isso fosse verdade, os nomes seriam sinônimos das descrições e portanto um deveria poder substituir o outro nas sentenças, de maneira irrestrita. Naturalmente, não é isso o que ocorre.

3.4 RUSSELL E AS EXPRESSÕES DÊITICAS

Russell (1956) defendia a teoria de Frege, aceitando, porém, como referentes de nomes próprios também objetos inexistentes. Isso parece se impor, se pensarmos que as proposições assim formadas podem ter um valor de verdade, mesmo nesses casos.

Meinong (1904) foi mais além e desenvolveu uma teoria do objeto com base em uma ontologia que além de objetos inexistentes admitia também objetos cuja existência seria impossível.

Perante tamanha ousadia, Russell (1956) resolveu repensar a teoria de Frege e, em seu artigo *On Denoting*, propõe uma análise formal das frases em que a posição de sujeito é ocupada por uma expressão que, por ser definida, é denotativa mesmo quando o objeto referido não existe, como, na ilustração do autor, *o atual rei da França*.

Na formalização da sentença, Russell toma como noção fundamental a variável e não as constantes. Essa estratégia garante a singularidade da denotação sem exigir uma determinação antecipada do objeto, pois a variável está pelo objeto referido, qualquer que ele seja ($Ix)(Fx)$. Entretanto, para garantir a unicidade da denotação, a variável não pode estar por qualquer objeto, mas apenas pelo objeto especificado pela descrição de maneira inequívoca. A determinação é dada, então, pelo predicado que constitui-se da própria descrição definida, ao passo que o objeto é denotado pelas descrições apenas indiretamente. Portanto, descrições definidas são nomes que serviriam para denotar objetos com os quais não se tem contato imediato.

Expressões como *João*, *Brasília* e *Aristóteles* seriam para Russell (1956) abreviações de descrições definidas, porque ligam ao objeto não diretamente, mas através de uma descrição. Asúnicas expressões que para Russell denotariam objetos diretamente e que, portanto, seriam nomes próprios em sentido estritamente lógico, seriam as dêiticas (*isto* e *aquilo*), que são usadas quando se tem com o objeto um contato sensorial (p. 59).

Dáí que, em relação aos nomes próprios comumente considerados, a teoria de Russell não se distancia da teoria de

Consequência dessa visão russelliana é que os verdadeiros objetos particulares têm vida curtíssima, pois duram apenas o instante em que estão sendo percebidos.

Frege, pois ambas postulam que os nomes próprios referem-se mediatamente, através de descrições ligadas ao objeto que por elas é especificado.

Em sua obra *An inquiry into Meaning and Truth*, o filósofo inglês afirma que *podemos aceitar como nome tudo o que se costuma considerar como tal*. O autor trata nesse capítulo de nomes que designam alguma porção de espaço-tempo contínua definida e, precisamente, dos nomes próprios, *Tomás, Pedro, Henrique, o sol, a lua, Inglaterra e França*, mas esclarece que nem sempre estas palavras são classificadas dessa forma (Russell, 1946: 117–118).

O sentido comum considera que, embora uma *coisa* tenha qualidades, não é definida por elas, mas pela sua posição espaço-temporal. Este critério, porém, apresenta a dificuldade de se estabelecer o que seja um lugar. Russell (1946) sugere considerar qualidades as coordenadas de um lugar, de maneira que se possa dizer que o lugar equivale a suas coordenadas. Para tanto, vale-se de um argumento extraído da física, segundo o qual qualquer coisa que ocupe mais de um ponto no espaço e no tempo deve necessariamente ser divisível em partes menores. No que diz respeito à latitude e à longitude, Russell (1946) afirma que estas são qualidades não observáveis diretamente, mas facilmente definíveis e, no que diz respeito ao tempo, diz que se faz necessária uma classe de acontecimentos que tenha uma unicidade análoga à das coordenadas.

Na visão de Russell (1946), a ciência se vale de conceitos que são precisos do ponto de vista teórico, mas que, do ponto de vista prático, são vagos. Ele elucida a relação entre a precisão conceitual e a vagueza sensível, dizendo que toda exatidão é ilusória e que, por conseqüência, a datação precisa é conceitualmente impossível. Se, por exemplo, alguém quisesse dar um nome próprio a cada matiz de cor, isso geraria dificuldades, porque um matiz tem o mesmo gênero de precisão que uma data ou que uma unidade de medida e jamais pode ser determinado, na prática, sem uma inspeção completa do universo visível, passado, presente e futuro. Dificuldades análogas existem a respeito de todos os conceitos aplicáveis a partes de séries contínuas.

Todo conceito empírico tem, para o filósofo inglês, o tipo de vagueza que se faz patente em exemplos do tipo *alto* e *calvo*. Esse estado de coisas é o que se encontra no exame

de qualquer qualidade empírica. Tarefa da ciência é criar conceitos que tenham um grau de precisão maior do que o dos conceitos da vida comum (Russell, 1946: 129). Mas, quanto mais preciso for um conceito tanto menos será aplicável, e se for absolutamente preciso nunca se poderá provar que é aplicável. Se se pretende que “metro” seja um conceito preciso, então deveríamos dividir os comprimentos em três partes: inferiores a um metro, superiores a um metro e os que não pertencem a nenhuma das classes anteriores.

Tudo o que foi dito para o comprimento pode ser aplicado também aos matizes das cores, inclusive no que diz respeito à indistinguibilidade, pois nenhum recurso técnico pode anular totalmente a imprecisão essencial desse conceito. Explica Russell (1946) que se duas cores, *C* e *C'*, forem distinguíveis, então são, sem dúvida, diferentes; se forem indistinguíveis e houver uma terceira cor distinguível de uma e não da outra, é de se acreditar que as primeiras duas sejam diferentes; se toda cor conhecida for distinguível de ambas ou indistinguível de ambas, nesse caso *C* e *C'* podem ser idênticas e *C* e *C'* podem ser nomes da mesma coisa. Mas, como não é possível examinar todas as cores, nunca será possível afirmar com certeza de que *C* e *C'* sejam idênticos.

Diz (Santos, 1994: 51), em seu texto introdutório ao *Tractatus*, que

caberia reconhecer que a nomeação tem uma estrutura lógica, precisamente aquela que transparece na superfície gramatical do que Russel chama de descrições definidas — expressões do tipo de *o autor de Waverley* (...)

Porém, Santos também argumenta que a teoria das descrições definida de Russell,

convenientemente generalizada, (...) autoriza a conclusão de que nada que mereça, do ponto de vista lógico, ser caracterizado como nome tem um conteúdo descritivo. Nomes são efetivamente como rótulos.

No mesmo texto, consta que, em 1910 e em 1913, Russell tentou solucionar o problema, que é *um sintoma do que Wittgenstein reputa ser o vício original da teoria (...): a maneira simples e engenhosa de explicar como o significado das partes de uma proposição se articulam para compor seu sentido sem que dessa articulação resulte o complexo cuja existência a proposição enuncia.*, mas o manuscrito é posto de lado e o livro permanece para sempre inacabado.

Nos *Princípios da Matemática*, Russell (1951) explica trata do *significado* dos nomes, afirmando que os nomes não têm significado, mas somente denotação ou referência e que a relação entre um nome e o que ele refere é de indicação.

Para Russell (1951) as descrições definidas são *símbolos incompletos*, porque escondem um quantificador existencial que liga uma variável. Um sintagma do tipo *O rei da França* pode ser traduzido com uma fórmula do tipo *existe um x, que é assim e assim*. Isso permite tornar verdadeiras ou falsas todas as sentenças em que as descrições aparecem, porque se uma descrição que se refere a um objeto inexistente for escrita com um quantificador existencial a sentença será imediatamente falsa. O exemplo mais famoso de Russell (1951) é: *o atual rei da França é calvo*. Para o filósofo, esse enunciado — que para Frege seria apenas privado de valor de verdade —, é *falso* porque corresponde à tradução: *existe um x, tal que x é rei da França e é calvo (e para todos os y, se y é um atual rei da França, então y = x)*.

O filósofo inglês encontra aquilo que corresponde à idéia de *nome logicamente próprio*, isto é, a idéia das constantes individuais de uma linguagem lógica, na linguagem natural, e precisamente nos termos dêiticos: *isto, aquilo*, que se parecem se referir diretamente e sem ambigüidade a objetos individuais no mundo.

Considerando-se os nomes próprios abreviações de descrições definidas, seria possível evitar os problemas encontrados por Frege que, admitindo nomes próprios sem referência (Ulisses, Bucéfalo), admitia também enunciados sem valor de verdade.

3.5 WITTGENSTEIN E OS JOGOS DE LINGUAGEM

Segundo esse filósofo, a palavra *nome* pode caracterizar muitas espécies diferentes de uso de uma palavra, aparentadas umas com as outras de muitas maneiras diferentes,

mas, entre essas espécies de uso não se encontra o da palavra *isso*. (Wittgenstein, 2005: §38)

É interessante notar que, no capítulo 41 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein afirma que os nomes próprios foram introduzidos no cap. 15 do mesmo livro; entretanto, no capítulo 15, não se fala em *nomes próprios*, mas apenas em *nome*. Devemos imaginar que, segundo Wittgenstein, um nome ou é próprio ou não é nome?

Wittgenstein (2005) sustenta que as regras para o uso dos nomes próprios estão no domínio das habilidades públicas, não dependendo de um reconhecimento privado, e que a regra de um nome próprio é a sua execução. Na verdade, para ele a problemática dos nomes próprios não passa de uma ilusão gramatical, que será desfeita a partir do uso dos nomes próprios na linguagem ordinária, onde fica evidente que os nomes próprios têm funções na linguagem que independem de fórmulas lógicas ou de teorias do conhecimento. Conseqüentemente, Wittgenstein (2005) rejeita a definição ostensiva e a noção de análise e, com isso, a possibilidade de se dar o significado de uma palavra apontando para o seu “portador”. Dessa forma, busca driblar o dogmatismo das teorias do significado e sua pretensão de facilitar, através de modelos teóricos, a compreensão dos nomes próprios.

Ao rejeitar esses modelos da linguagem, Wittgenstein (2005) rejeita a idéia de que a linguagem ordinária possa ser corrigida por uma metalinguagem ou por cálculos lógicos e, nas *Investigações Filosóficas* (§ 64–75), substitui-a pelas noções de *jogos de linguagem* e de *semelhanças de família*.

Segundo o filósofo austríaco, não há nada em comum entre todas as manifestações apelidadas de *linguagem*, mas todas elas são *aparentadas entre si de muitas maneiras diferentes*, o que permite que sejam chamadas todas de *linguagens*. A argumentação se abre com uma análise dos jogos em geral (jogos de tabuleiro, jogos de cartas, de bola, de combate, etc.). O que faz com que todos eles sejam chamados de *jogos* não é o fato de terem algo em comum, mas o fato de serem semelhantes entre si. Mas — alerta o filósofo — se formos observar essas semelhanças, descobriremos que elas não são fixas, pois elas se entrecruzam, *aparecem e desaparecem*, formando algo como uma família.

O texto de Wittgenstein parece soar ora como crítica, ora como advertência contra os resultados propagados pelas teorias lógico-filosóficas do significado, confrontando-as com os seus ganhos heurísticos: quais terão sido?

O que consolidaria esse fio de parentesco seria uma mesma denominação, isto é, quando chamamos algo de *número* é porque este algo já *tem um direto parentesco com alguma coisa que até agora se chamou de número* e, por causa disso, a partir de agora adquire um parentesco com outra coisa que também chamamos assim. Qualquer argumento que se viesse a usar a favor ou contra essa assunção seria, para (Wittgenstein, 2005: 52), apenas mais um jogo com palavras.

O conceito de *jogo*, assim como o conceito de *número*, seriam, portanto, resultantes da soma lógica dos conceitos individuais. Isso não impede, porém, que, em determinadas circunstâncias, o termo *número* ou o termo *jogo* possam ser usados de forma rígida, pois não existem limites precisos.

Nos parágrafos 69, 70 e 71, Wittgenstein (2005) diz que se poderia explicar uma opinião através de palavras ou de desenhos, mas nunca se conseguiria expressar exatamente o que se tem em mente, não somente porque ninguém sabe exatamente o que tem em mente, mas também porque os conceitos não são precisos.

Contrariamente a Frege, para quem um conceito ou é preciso ou não tem serventia, (Wittgenstein, 2005: 54) sustenta que toda explicação, por mais precisa que seja, pode não ser entendida, mas que os conceitos, mesmo imprecisos, podem ser úteis.

Para se entender uma explicação, é preciso ter em mente um conceito (um padrão ou uma imagem) do que foi explicado. Para ter em mente um padrão ou uma imagem de alguma coisa, é preciso que alguém tenha mostrado as diferentes manifestações da coisa em questão. Esse padrão, ou imagem, apresentará o que é comum a todas as manifestações e só poderá servir de padrão geral porque terá deixado de representar uma forma específica, tornando-se um esquema. A isso se deve acrescentar que quem vê um padrão ou uma imagem vai aplicá-la de um modo ou de outro, conforme a considere uma imagem geral ou a imagem específica de uma forma determinada.

Hebeche (2004) aponta a relevância que os nomes próprios têm para Wittgenstein (2005) no nosso modo de compreensão: sem eles, o *fluxo da vida* tornar-se-ia incompreensível ou irreconhecível. Segundo esse autor, um mundo sem nomes próprios nada teria a ver com a nossa forma

de vida. Para Wittgenstein (2005), os nomes próprios têm as funções mais variadas e ambíguas na linguagem e a própria singularidade do nome próprio não pode ser entendida sem a compreensão das suas diversas funções. Ele prossegue, dizendo que a estratégia de Wittgenstein (2005) consistiu em varrer todo vestígio de dogmatismo da compreensão da gramática da linguagem, mostrando como o modelo objeto-designação tornara-se uma fonte de enganos da execução da linguagem. Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein (2005) coloca à mostra as ilusões gramaticais que se originam no tratamento unilateral da linguagem ordinária. O filósofo teria herdado esse tema crucial de Russell, na época do atomismo lógico.

Em sua série de artigos sobre *A Filosofia do Atomismo Lógico*, que também dizia respeito aos nomes próprios, Russell explica esse princípio com clareza:

num simbolismo logicamente correto haverá sempre uma certa identidade fundamental de estrutura entre um fato e o seu símbolo respectivo; e (...) a complexidade do símbolo corresponde intimamente à complexidade dos fatos por ele simbolizados.

No entanto, a identidade de estrutura citada por Russell se postula como válida somente entre a estrutura metafísica e uma *linguagem logicamente perfeita* e não qualquer outra linguagem existente. Segundo o filósofo, ao criarmos uma linguagem logicamente perfeita, tornamo-nos capazes de tirar inúmeras conclusões sobre a estrutura dos fatos de que a realidade é constituída. Isso permite estabelecer quais são os tipos básicos de fatos e como esses fatos estão correlacionados do ponto de vista lógico Alston (1972).

Em janeiro de 1913, Wittgenstein escrevia a Russell:

Não pode haver diferentes tipos de coisas!
Em outras palavras, qualquer coisa que possa ser simbolizada por um simples nome próprio deve pertencer a um tipo (...).

Wittgenstein dividiu todas as sentenças em atômicas e complexas. As sentenças atômicas são aquelas que empregam nomes e predicados elementares — primitivos da linguagem —, para descrever os fatos atômicos. As sentenças

No Tractatus encontram-se relações de denominação igualmente simples: a única coisa que se pode dizer da relação de um nome com seu objeto é que o nome está pelo objeto.

complexas são aquelas que empregam sentenças atômicas para descrever os fatos complexos do mundo. A já citada sentença de Russell, *O rei da França é calvo*, por exemplo, é uma sentença complexa composta por três sentenças atômicas, a saber: *existe um rei da França*; *tudo o que é rei da França é calvo*; e *só existe um rei da França*.

Entretanto, no final dos anos 30, Wittgenstein se dá conta do simplismo da relação direta nome-objeto e introduz um intermediário que assume a forma de uma regra para governar a aplicação de um nome a seus objetos. Afasta-se da filosofia lógico-lingüística de Frege e Russel, assim como da sua própria, exposta no *Tractatus*, e incumbe-se de desmantelar o atomismo lógico, com o qual ele também esteve comprometido.

O filósofo se pergunta se na aplicação da regra intervém algum tipo de representação simbólica da própria regra e chega à conclusão de que para entender a diferença que existe entre seguir uma regra e agir conforme uma regra é necessário conhecer todas suas aplicações e saber escolher entre elas. Assim recusa a possibilidade de uma intermediação e se dá conta que é somente através do comportamento humano comum que se pode entender o que quer dizer “seguir uma regra”. Portanto, é o jogo lingüístico como um todo que constitui a relação entre nome e objeto e não apenas uma regra.

3.5.1 Comentário

Nas *Investigações Filosóficas*, parágrafo 79, consta que, para Russell, o nome *Moisés* pode ser definido por meio de diferentes descrições e, dependendo da definição que escolhermos, a proposição *Moisés existiu* adquire um sentido diferente. Mas, em resposta, Wittgenstein pergunta: quando fazemos descrições sobre Moisés, estamos sempre dispostos a substituir qualquer uma dessas descrições por *Moisés*? Quantas? E quantas têm de se mostrar falsas para que desistamos da nossa proposição *Moisés existiu* como sendo falsa?

Nesse mesmo capítulo, Wittgenstein convida o leitor a refletir a respeito da afirmação *Moisés não existiu*.

O convite foi aceito por esta leitora e proporcionou as seguintes reflexões:

Para que se afirme algo é necessário que haja um falante e uma linguagem (isto é, um sistema de signos que, numa determinada relação, produza um sentido) e um ouvinte, pois, caso contrário, não seria uma elocução. Por exemplo, eu, falante, posso afirmar *Vuvuvu não existiu*, mesmo que *Vuvuvu* não seja um nome e que, portanto, essa sentença, mesmo tendo sentido, não tenha um valor de verdade. Só se faz necessário que eu exista e que disponha de uma linguagem que me permita formular uma sentença, isto é, que me permita criar uma relação entre signos que produza um sentido, além de alguém que esteja me ouvindo.

Para que o que se afirma tenha um valor de verdade, é necessário antes de mais nada que a sentença seja bem formulada, isto é, é necessário que suas partes estejam encadeadas corretamente.

Para que esta afirmação feita por Wittgenstein tenha um valor de verdade (verdadeira ou falsa) é necessário que tenha existido alguém em algum dos mundos possíveis a quem se possa atribuir o nome *Moisés*, caso contrário, mesmo tendo sentido, ela não seria nem verdadeira nem falsa.

Mas, mesmo que a afirmação seja mentirosa, isto é, mesmo que nunca tenha existido alguém a quem se possa atribuir o nome *Moisés*, isso não impede que a afirmação seja formulada. E o fato de que seja possível formulá-la, mesmo na ausência — temporal (esse alguém existiu, mas não existe mais), espacial (existe, mas não está aqui) ou ambas — da coisa nomeada, constitui uma pista de que o nome não está necessariamente ligado à coisa nomeada.

3.6 KRIPKE E A TEORIA CAUSAL DA REFERÊNCIA

Kripke (1980) sustenta que os nomes próprios se comportam exatamente como as constantes individuais da lógica (incluindo a lógica modal), eles são *designadores rígidos*, isto é, se referem ao mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis. Para ele, os nomes próprios não têm um sentido que seja dado por uma ou mais descrições definidas e

alega que existem vários argumentos que mostram as muitas diferenças entre nomes próprios e descrições definidas, que derrubariam a teoria descritivista:

- O **ARGUMENTO MODAL** , segundo o qual a referência de um nome próprio se conserva ainda que descrições associadas a ele se tornem falsas. Por exemplo, mesmo que descrições como *o mestre de Alexandre, o Grande*, normalmente associada ao nome *Aristóteles*, se revelem falsas a respeito de Aristóteles, o nome *Aristóteles* continuará a se referir a Aristóteles e não a quem, por ventura, tenha sido de fato o mestre de Alexandre, o Grande;
- O **ARGUMENTO EPISTÊMICO** , pelo qual enunciados que contêm o nome próprio se tornariam falsos se o nome fosse substituído pela descrição definida (Se o mestre de Alexandre, o Grande, tivesse sido outro, continuariam verdadeiras certas propriedades de Aristóteles que não são verdadeiras do outro mestre);
- O **ARGUMENTO LINGÜÍSTICO** , segundo o qual costumamos imaginar situações contra-factuais e formular enunciados contra-fatuais e, para tanto, precisamos postular que os nomes próprios designam rigidamente o indivíduo a que eles se referem. Uma sentença como, por exemplo, *Lula poderia não ter sido o presidente da República*, que expressa uma situação contra-factual, continua apontando para o mesmo referente *Lula*.

Em substituição às teorias descritivas da referência, Kripke (1980) propõe a *teoria causal da referência*. De acordo com essa teoria, um nome refere um objeto pelas conexões que os atuais usuários do nome herdaram daqueles que batizaram o objeto. Nasce então a referência direta, pela qual um nome se refere diretamente ao objeto que denota.

Portanto, para Kripke (1980), os nomes são designadores rígidos, pois, mesmo que não estejam vinculados a seu referente por uma descrição e não tenham sentido algum, eles fixam a referência de maneira direta. O que importa é que a intenção permaneça a mesma ao longo de toda a cadeia de falantes que emprega o nome.

A causalidade é relativa à intenção dos falantes, não é causalidade física, que parte do objeto e se estende ao longo da cadeia de comunicação. E pouco importa que a referência seja fixada por ostensão ou através de descrições.

Essa teoria é rejeitada por Wittgenstein (2005), que afirma que não há regras fixas que regulem o uso das palavras na linguagem. Com isso o filósofo está rejeitando o que Kripke chamou de *designador rígido*, visando fixar a referência como *aquilo que em qualquer mundo possível designa o mesmo objeto*.

Segundo (Costa, 2008: 195), Kripke entende como exemplo de designador não-rígido uma descrição definida do tipo *o inventor das bifocais*, que é George Washington, mas que pode em princípio ser qualquer outra pessoa, enquanto um exemplo de designador rígido é *a raiz quadrada de 25*, que em qualquer mundo possível será cinco.

Parece claro — argumenta Costa — que uma expressão matemática, assim como os nomes próprios verdadeiros, como George Washington, sejam designadores rígidos, pois eles designam necessariamente uma mesma coisa em qualquer circunstância de mundo na qual ela exista. Entretanto, o autor não acredita que o conceito de designador rígido tenha as conseqüências que Kripke dele espera, principalmente porque uma descrição definida só pode ser um designador rígido se assim for convencionalizado.

Costa duvida também das supostas necessidades de identidades empíricas, pois, segundo ele, mudanças no valor de verdade de uma identidade como, por exemplo, *Hesperus é Phosphorus* não se devem somente a confusões, mas também a convenções para a aplicação dos nomes. Considerando a totalidade mutável de nossas crenças, essa é uma identidade contingente e, como foi constatado com base em uma descoberta astronômica, Hesperus é o mesmo que Phosphorus. Também é possível, embora improvável, que se descubra que Hesperus não é Phosphorus, e que Phosphorus é na verdade um outro corpo celeste. *Pode ser* — diz Costa — *que os Deuses tenham produzido uma grande ilusão de conhecimento nas mentes humanas e que os planetas na verdade não passem de um enxame de pequenos vagalumes que a cada noite se reúnem para decorar a abóboda celeste (...)* (Costa, 2008: 205–206).

3.7 O USO NA RELAÇÃO NOME PRÓPRIO / OBJETO

Brito (2003), no texto *Nomes Próprios*, se propõe compreender a relação que se trava entre linguagem e mundo, semântica e ontologia, nome próprio e objeto.

Começa definindo em que consiste um nome e os outros termos singulares que desempenham função semelhante a dos nomes, isto é: expressões definidas, expressões dêiticas e indexicais.

Depois expõe as mais importantes teorias da referência dos nomes próprios — a teoria descritivista e a teoria causal — salientando a principal diferença entre elas: pela teoria descritivista, a relação entre nome e objeto é mediada por descrições, enquanto que pela teoria causal, a relação é direta.

A seguir confronta as duas teorias e desenvolve uma nova teoria da referência com base na teoria descritivista, mas que se beneficia também de alguns aspectos da teoria causal, especialmente no que diz respeito à relevância da *dimensão social* no funcionamento dos nomes próprios no uso diário da língua.

Por último, mostra a importância que reveste um certo modo de interpretar a relação de identidade na sustentação da tese da referência direta e da designação rígida, e opta por defender a concepção segundo a qual a ligação entre o nome próprio e o objeto é mediada e não direta.

3.7.1 Sub-classes nominais

Diz Brito (2003) que o que faz com que o nome esteja pelo objeto é o vínculo criado entre ambos pela nomeação.

Nome próprio é um termo com o qual batizamos um objeto para podermos nos referir a ele pela simples menção de seu nome (p. 26).

Nome de espécie é um termo que designa objetos que, por possuírem um determinado conjunto de qualidades, são classificados como pertencentes àquela espécie.

Os nomes de que trata Brito são os que podem ocorrer em um dos lados de sentenças com a relação *é o mesmo que*,

isto é, uma relação de identidade. Tais nomes estão na sentença por, no máximo, um objeto particular determinado.

Essa restrição exclui da investigação não somente os nomes de espécie, como também os nomes de massa, por envolverem especificidades que extrapolam o objeto investigado.

Feita essa exclusão, restam ainda quatro sub-classes:

- dos nomes próprios (João, América, etc.);
- das expressões indexicais (eu, tu, etc.);
- das expressões dêiticas (isto, aquilo, etc.);
- das expressões definidas (a capital do Brasil, o inventor do telefone, etc.).

Para o autor, todos eles estão por um objeto particular; no entanto, a maneira como cumprem essa função é diferente em cada caso (p. 31).

No caso das expressões indexicais e das dêiticas, o contexto é imprescindível na determinação do objeto. Isso faz com que sua ocorrência em sentenças de identidade seja limitada. Sentenças do tipo *isto é aquilo* produzem enunciados falsos e só teriam uso figurativo na língua.

No caso das expressões definidas, para que estas possam exercer sua função referencial é necessário *que ao objeto caiba o atributo a ele concedido na descrição* (p. 33). Nesse aspecto, as expressões definidas se parecem com os nomes próprios e podem ocorrer em sentenças de identidade sem restrições, inclusive juntamente com nomes próprios. Exemplo: *O atual presidente do Brasil é Lula*

Entretanto — diz o autor —, em seu uso atributivo, as expressões definidas não se comportam como os nomes próprios, pois não está em jogo um objeto determinado, mas qualquer objeto que satisfaça a descrição. O exemplo que ele oferece é: *A atual capital do Brasil é uma cidade muito jovem e moderna.*

Porém, cabe notar que a expressão *uma cidade muito jovem e moderna*, que teria um uso atributivo, não é uma expressão definida, porque o artigo *uma* é um artigo indefinido.

3.7.2 Teorias da referência

Após ter feito essas ressalvas, Brito aborda as duas principais teorias da referência: a teoria descritivista e a teoria causal. Tais teorias são teorias da referência em sentido estrito, pois, em suas argumentações, não consideram o contexto. Entretanto, diz o autor, não pode se prescindir do contexto para explicar a função referencial dos nomes próprios, porque, no uso que se faz dos nomes próprios na linguagem comum, essa função pode ser exercida com sucesso de várias formas.

Na língua natural, os nomes ocorrem também em sentenças, mesmo significativas, para as quais não é possível estabelecer um valor de verdade, como, por exemplo, sentenças sobre objetos fictícios, inexistentes e futuros.

Como não há nenhuma diferença entre as sentenças em que é possível apontar um referente e as sentenças em que isso não é possível, é importante distinguir a questão de como entidades lingüísticas referem entidades do mundo da questão sobre as regras de uso dos nomes próprios.

Por *teoria estrita da referência*, Brito entende aquela que estuda a relação entre linguagem e mundo, e por *teoria do uso* a teoria que estuda as condições para o uso bem sucedido dos nomes próprios na língua natural (p. 89).

Quanto ao conceito de *significado*, o autor cita uma crítica de Kripke (1980) à vinculação estabelecida por Frege (1978) e Russell (1956) entre nomes próprios e descrições:

Frege e Russell parecem, certamente, ter a teoria segundo a qual um nome próprio não é um designador rígido e é sinônimo de descrições que o substituem. Mas outra teoria poderia ser a que propõe que descrições são usadas para determinar uma referência rígida.

(P. 91)

Com base nessa crítica, poder-se-ia concluir que Kripke (1980) classifica a teoria fregeana como teoria do significado dos nomes e a sua como teoria da referência. Entretanto, esclarece o autor, a definição que Frege (1978) dá de sentido, como sendo aquilo que está ligado ao nome e por meio do qual o modo de apresentação do objeto está dado, está claramente ligada à questão da referência. Assim como

está ligada à questão da referência a teoria das descrições existenciais de Russell (1956), que também constitui alvo da crítica de Kripke (1980).

Para (Brito, 2003:97), em sua argumentação, Kripke (1980) opera com um conceito de *significado* diferente daquele da teoria das descrições. Enquanto ele distingue o uso das descrições para dar o significado de um termo (funcionar como sinônimo) de seu uso para fixar a referência de um nome, a teoria descritivista concebe o *sentido* de um nome como o elemento semântico que fornece o significado do nome justamente porque fixa a sua referência. No entanto, embora Kripke rejeite que as descrições sejam uma mediação necessária para a referência, admite que elas possam servir para especificar o objeto referido.

Mas há uma outra questão em relação à qual (Brito, 2003:98) se posiciona a favor de Kripke: “Se nomes têm de estar vinculados a descrições para poderem referir, como então é possível que, em situações contra-factuais, os nomes refiram seus referentes usuais?”

O que interessa ao autor é se essa questão deve necessariamente ser respondida pela tese dos nomes como sendo designadores rígidos ou se poderia ser respondida por uma teoria do uso de nomes próprios que não considerasse os nomes próprios designadores rígidos.

Considerando que o elemento relevante tanto na teoria descritivista quanto na causal é o referente e que o uso bem sucedido de um nome próprio é aquele em que seu portador é especificado de maneira inequívoca, o autor unifica ambas as teorias sob uma mesma bandeira, a das teorias estritas da referência.

As questões que então surgem são: *até que ponto esse critério pode ser extensivo ao uso ordinário dos nomes próprios?; qual o grau de especificidade necessário para que um nome possa referir com sucesso?; como é possível um uso bem sucedido de um nome próprio, quando o referente não é claramente especificado ou quando a sua especificação não é necessária para o uso do nome?*

Para responder a essas questões, Brito fornece um exemplo em que há um uso bem sucedido de um nome próprio, que somente uma teoria do uso poderia explicar, e o submete às duas teorias.

No exemplo são formuladas várias sentenças em que aparece o nome próprio *Tiçã*, usado por um enunciador para referir um cavalo negro visualizado em um sonho.

A teoria descritivista postula que *a pergunta pelo sentido de um nome próprio é a pergunta pela determinação de sua referência*, mas não explica como é possível que um nome próprio com referente indeterminado seja usado com sucesso.

A teoria causal postula que a ligação entre nome e objeto é direta e que essa relação é passada de elo para elo em uma cadeia de falantes, mas, embora seja a que mais esclarece o uso ordinário dos nomes próprios (porque considera o elemento social decisivo para que a referência de um nome a seu objeto seja bem sucedida), também não explica como é possível que um nome próprio com referente indeterminado seja usado com sucesso.

Segundo Brito (2003), as duas concepções carecem de uma teoria de uso dos nomes próprios que não esteja estritamente atrelada à especificação de seus referentes. Na visão desse autor, porém, não há evidências de que o grau de precisão da especificação do objeto seja relevante para o uso bem sucedido dos nomes próprios (p. 108).

Comentário

O exemplo utilizado por Brito para explicar o funcionamento referencial dos nomes próprios na linguagem ordinária diz respeito a um objeto (o cavalo *Tiçã*) visualizado em um sonho.

Além dessa, existe uma outra diferença importante entre os dois pronomes: *isto* se usa quando o objeto está próximo não somente do ponto de vista espacial, mas também do ponto de vista temporal ou, em outras palavras, ele está aqui e agora; *aquilo* se usa quando o objeto está distante somente espacialmente ou espacial e temporalmente. Se está distante somente espacialmente, o único problema é o da exata especificação, mas quando o distanciamento além de espacial é também temporal, então caímos na situação geral, isto é, estamos falando de lembranças de objetos e não de objetos reais. Nesse caso, muitas vezes, não há descrições que bastem para especificar o objeto de maneira inequívoca.

Se, por exemplo, pedimos para alguém: *Pegue a garrafa verde, pequena e vazia que se encontra na cozinha dentro do único armário alto, do lado esquerdo*. O nosso interlocutor vá até a cozinha, abre a porta do único armário alto, olha para o lado esquerdo e não vê nenhuma garrafa. Dirigindo-se a nós, diz: *No armário alto não tem nenhuma garrafa*. Depois de alguns segundos de reflexão, nós respondemos: *Você está certo. A garrafa a que estava me referindo, a empregada quebrou e eu havia me esquecido disso*.

Admitindo-se que a descrição definida que fazemos do objeto que estamos querendo referir diz respeito à representação de um objeto e não a um objeto real, então, o problema da referência talvez não se ponha ou não se ponha nos termos costumeiros. Isso vale, embora por motivos diferentes, seja para o caso em que os objetos estão fora do nosso alcance, seja para o caso em que temos com os objetos um contato sensorial.

3.7.3 Uso atributivo e uso referencial das descrições definidas

Diz Brito que Donnellan (1966) distingue o uso atributivo do uso referencial das descrições definidas. O uso da descrição é atributivo, quando o falante quer asseverar algo sobre aquilo que satisfaz a descrição, e é referencial quando o falante quer chamar a atenção sobre alguém ou alguma coisa. Essa distinção é relevante na medida em que aponta a importância do *uso* na formulação de uma teoria da referência.

No entanto, teorias como a de Russell (1956), totalmente adequadas para as descrições definidas, não levam em conta que uma descrição pode ser usada denotativamente de várias maneiras e que, portanto, o papel do uso é fundamental na explicação de como as descrições referem. Na visão de Brito, o erro na teoria russelliana consiste no fato de não distinguir, na denotação, o aspecto lingüístico do aspecto ontológico. Entretanto, consoante (Brito, 2003:111), *a denotação não se sustenta somente na relação de predicação e o caráter social das convenções sobre o uso das expressões denotativas é fundamental para compreender a relação de denotação*. Segundo o autor que o que garante

o uso bem sucedido de um nome próprio em situações contra-factuais, em que o referente não tem os atributos que deveriam identificá-lo, é a convenção acerca da vinculação do nome a seu referente, pois, para formular uma situação contra-factual é necessário que se tenha domínio da situação de fato. Só contrastando as duas a primeira se tornará compreensível.

Deve-se considerar, ainda, que as condições para que um nome próprio se estabeleça com sucesso são inúmeras, *mas nenhuma delas é necessária ou suficiente para todo e qualquer uso*. Essa afirmação implica que *aunivocidade da referência* somente pode ser determinada em relação ao uso, mesmo porque, na linguagem comum, os objetos não são dados, mas devem, de algum modo, ser constituídos para a referência (Brito, 2003 : 119–20).

A tese de Donnellan (1966) não se aplicaria aos nomes próprios, pois estes denotam, não descrevem.

3.7.4 A proposta de Brito

Feitas essas longas premissas, Brito (2003) começa a construir sua própria proposta. O que ele sustenta é que o grau de especificação do objeto varia conforme a necessidade de cada instância de uso da língua, mas que a suficiente identificação do objeto é garantida pelas normas lingüísticas que governam o uso dos nomes próprios. Parece entretanto que falta dizer, em miúdos, quais são as normas lingüísticas que governam o uso dos nomes próprios.

Da teoria descritivista ele preserva o modo como se realiza a ligação entre nomes e seus referentes, que é mediada e não direta, e da teoria causal a contribuição do fator social na explicação do funcionamento dos nomes próprios.

Para mostrar a complexidade dos mecanismos lingüísticos acionados no uso dos nomes próprios, o autor monta uma conversação fictícia sobre Leonardo da Vinci entre falantes com diferentes graus de conhecimento do nome e do objeto referido.

O que se evidencia, ao longo da conversação, é que o uso de um nome próprio pode ser bem-sucedido mesmo que a especificação do referente seja vaga, desde que os

participante tenham domínio da função semântica que os nomes próprios exercem na língua.

Nomes próprios são termos cuja função semântica é referir o objeto do discurso de tal sorte que o objeto seja representado no discurso independentemente de seus atributos peculiares. Nomes próprios não descrevem seus referentes, mas remetem a eles. (p. 130)

Entrementes, para o correto desempenho dessa função, existem regras que devem ser observadas. Entre essas regras, porém, não há aquela segundo a qual nomes seriam designadores rígidos, mesmo porque essa regra não diz respeito ao uso, mas à relação da linguagem com o mundo. Apesar disso, diz Brito, Kripke se utiliza dela para esclarecer o uso dos nomes em situações contra-factuais.

No uso comum não há como garantir que um nome refira sempre o mesmo objeto em todas as instâncias. O que garantiria o sucesso no uso de um nome não é o objeto em si, mas as regras semânticas que condicionam a interpretação de que o objeto referido por um nome deve ser o mesmo em todas as suas ocorrências.

Brito sustenta que a estreita vinculação entre a teoria dos nomes próprios e a teoria da referência origina dois problemas: o primeiro é que a função de estar por um objeto é interpretada como função de especificar um objeto; o segundo é que nem sempre um uso bem-sucedido dos nomes próprios depende dessa especificação.

Para que se use um nome próprio com sucesso é necessário que ele refira, mas para que se consiga referir por meio de um nome próprio é necessário dominar as regras semânticas que governam o uso desses termos, segundo as quais os nomes próprios referem-se ao mesmo objeto em todas as suas ocorrências, mesmo que a especificação do objeto não seja unívoca.

A identidade de um objeto não é algo que possa ser determinado de maneira absoluta. *A mera referência a um objeto por meio de um nome não é suficiente para pinçá-lo entre os objetos do mundo*, porque a especificação não é uma operação lingüística, mas epistemológica. O fato que um nome deva referir-se a um mesmo objeto em todas as suas ocorrências não significa que seu signo deva ser o mesmo.

Nesse ponto, Brito pergunta: O enfraquecimento do papel do objeto na garantia da referência não ameaçaria também a singularidade da sentença construída com nome próprio? A resposta que ele dá a essa questão é exposta a seguir.

Quando os nomes referem um objeto simplesmente porque essa é sua função semântica, estes operam como variáveis livres: o nome marca o lugar a ser ocupado pelo objeto que satisfizer a condição expressa em um predicado e a sentença não tem um valor de verdade. Quando, porém, os nomes próprios referem um objeto determinado, a especificação do objeto parece ser fundamental. Entretanto, também nesse caso a especificação do objeto é relativa a um conjunto de predicados que varia conforme as circunstâncias em que a sentença, que contém um nome próprio, é enunciada.

À luz do que foi dito, a singularidade que somente o objeto poderia garantir à sentença com nome próprio passa a ser uma característica conferida *a ela pelos próprios nomes, cuja função semântica é referir singularmente* (Brito, 2003 : 141–5).

Comentário

De acordo com Brito, o conjunto de predicados varia conforme as circunstâncias em que a sentença, que contém um nome próprio, é enunciada. Entretanto, com a mudança dos predicados mudam também as descrições e portanto os nomes em seu sentido lógico.

Muitas vezes, um mesmo objeto recebe nomes diferentes em conformidade com os predicados relevantes em uma determinada circunstância. Por exemplo, em uma aula de filosofia, Aristóteles é chamado *Aristóteles*, porque é bem conhecido e o que interessa é apenas distingui-lo dos demais filósofos; já numa conversa informal, Aristóteles pode ser chamado *O maior filósofo grego*, porque pode não ser conhecido e o que interessa é seu predicado *ser filósofo*; falando de história, Aristóteles pode ser chamado *O mestre de Alexandre, o Grande*, porque o que interessa é o predicado *ser uma pessoa importante na vida de um indivíduo que fez parte da história da humanidade*.

Mudando as circunstâncias, mudam os predicados e, em consequência disso, muda também o nome. Na verdade, os predicados não mudam propriamente; o que ocorre é que, conforme as circunstâncias, os predicados relevantes são outros e predicados diferentes muitas vezes se ligam a nomes diferentes.

3.7.5 O aspecto ontológico do problema

No último capítulo de seu livro, Brito (2003) reconhece que a definição de objeto cabe às ciências específicas, mas também admite que diferentes teorias se ligam a diferentes concepções de objetos.

A teoria causal ou da designação rígida postula que um termo é um designador rígido se designa um mesmo objeto em todos os mundos possíveis. Para Kripke (1980), um mundo possível não é um outro mundo, mas esse mesmo mundo visto de uma perspectiva diferente.

A pesquisa de Kripke (1980) se engendra na lógica modal. Contextos modais são contextos referencialmente opacos, de maneira que a especificação do objeto é de primordial importância na interpretação da sentença.

Segundo , para superar a opacidade dos contextos modais é necessário interpretar adequadamente três conceitos fundamentais: *identidade*, *substitutividade* e *nomes próprios*.

A relação fundamental entre os princípios de identidade e o de substitutividade, muito embora sejam relativos a níveis distintos, o primeiro aos objetos e o segundo aos enunciados, é expressa de modo inequívoco na chamada lei de Leibniz: (...) *dois objetos são um e o mesmo objeto se, e somente se, para toda propriedade, se ela é afirmada de um, então ela é afirmada do outro, tal que, para toda propriedade, ela será uma propriedade do primeiro se, e somente se, ela for uma propriedade do segundo.* (Brito, 2003 : 157))

Diz o autor que, em contextos modais, para que a substitutividade de termos co-referenciais seja irrestrita, é necessário que os predicados modais sejam interpretados como se dissessem respeito diretamente ao mundo (modalidade

de re) e não à descrição do mundo (modalidade *de dicto*). No entanto, a aceitação da modalidade *de re*, acarreta conseqüências para a concepção de objeto.

Segundo Frege (1978), nos enunciados de identidade, a informação que se pode ter dos objetos diz respeito ao modo de sua apresentação, que pode variar, com a variação do símbolo que os denota.

Enunciados do tipo $a = a$ e $a = b$, que contém constantes, dizem respeito a objetos específicos. Só que o primeiro é necessariamente verdadeiro e o segundo é contingente.

Se admitimos que enunciados de identidade, na medida em que são expressos com constantes ou nomes próprios, são contingentes, a modalidade que se aplica a eles deveria ser *de dicto* e não *de re*. Mas, se forem expressos com variáveis, então eles enunciarão um princípio necessariamente verdadeiro para todos os objetos.

Segundo Kripke (1980), se nome próprios são designadores rígidos, se $\mathbf{a} = \mathbf{b}$ é verdadeira então ela é tão necessária quanto $a = a$ e $x = x$, pois todas elas afirmam a identidade de *um* objeto consigo mesmo.

Todavia, se a tese dos nomes próprios como designadores rígidos garante a inter-substitutividade de termos singulares co-designativos em contextos modais, isso não quer dizer que essa tese esteja comprovada *em geral*.

Se é verdade que a possibilidade de nomes próprios serem designadores rígidos, em sistema formais, está sempre em aberto, na língua natural, essa possibilidade se restringe, segundo Brito, aos casos em que se estipule de antemão “que um certo nome próprio estará, em todas as suas ocorrência, por um, e somente por um, certo objeto *determinado*” (Brito, 2003: 172).

Entretanto, nem sempre é possível estipular de antemão a que nos referimos com o uso de um certo nome. Para especificar um objeto no mundo faz-se necessária a predicação, que é um recurso que nos permite de dizer o que um objeto é e de distingui-lo dos demais. Porém, para predicar precisamos ter o conceito de um objeto a que corresponda a propriedade de ser idêntico a si mesmo. *Predicação e identidades são, pois, elementos básicos do discurso sobre objetos.* (p. 176)

A tese da identidade, como foi formulada, não diz respeito aos enunciados mas às coisas e, portanto, favorece uma

leitura *de re* da modalidade em questão. Kripke (1980) postula que enunciados de identidade entre nomes próprios, se verdadeiros, são necessariamente verdadeiros. Nesse caso, a leitura da modalidade deveria ser apenas *de dicto*. A tese diria respeito aos objetos somente se os nomes fossem designadores rígidos. Caso contrário, seria falsa.

Na visão de Brito, a tese dos nomes próprios como designadores rígidos implica uma concepção de objeto e de acesso a ele inadequada para a língua natural. Segundo ele, para nos referirmos a um objeto através de um nome, o objeto deve ser especificado antes por descrições que permitam reidentificá-lo posteriormente.

Admitindo que nomes são designadores rígidos, fica difícil explicar como é possível que sentenças de identidade sejam informativas. O argumento usado por Kripke é de que enunciados de identidade verdadeiros e, portanto, necessários, podem ser conhecidos *a posteriori*. No entanto, se admitimos que o conceito *necessário* engloba atemporalidade, temos que admitir também que sentenças *a posteriori* não podem ser necessariamente verdadeiras. Para aceitarmos verdades necessárias *a posteriori*, teríamos de aceitar também que isso é resultado de um enfraquecimento do conceito *necessário*. ((Brito, 2003 : 179))

Do ponto de vista semântico, enunciados de identidade seriam necessários pelo próprio significado e poderiam ser *a posteriori* considerando-se que, em enunciados de identidade, o mesmo referente para nomes distintos pode ser objeto de descoberta.

A tese da designação rígida embasada em um tipo de leitura das sentenças de identidade não se sustenta, porque não dá para se saber apenas pelo nome de que objeto se trata. Por outro lado, há um apoio para a tese da designação rígida que independe da direta análise da identidade: no ato de nomear objetos, ao contrário do que ocorre no ato de descrever objetos, a especificação do objeto é imediata.

Comentário final

No que diz respeito à ontologia, talvez o problema não se ponha nesses termos. Talvez a relação que interessa não seja entre linguagem e mundo, mas entre indivíduo e mundo, e o problema consista em saber se a linguagem conse-

gue fazer essa ponte entre indivíduo e mundo, de maneira direta ou indireta.

A ponte construída pelo indivíduo com a linguagem serviria para ligar o indivíduo aos outros indivíduos e ao mundo.

Entretanto, muitas vezes, longe de ser uma ponte, a língua parece ser um obstáculo, e o próprio ato de nomear parece provocar uma ruptura, uma separação, um desdobramento entre o objeto e o indivíduo falante. Se for assim, ao indivíduo só resta usar a linguagem para religar o que, através dela, separou.

No que diz respeito aos nomes próprios, estes nem poderiam estabelecer uma ligação entre linguagem e mundo, porque eles não estão fora da linguagem, mas são a linguagem.

Por último, a linguagem talvez não sirva para descrever o mundo real, porque, como foi dito anteriormente, o mundo perceptível pode, mas não precisa, ser descrito, e o mundo ausente ou não existe mais ou ainda, ou não o conhecemos.

Entre esses dois extremos — o mundo ausente ou desconhecido e o mundo perceptível —, porém, há situações intermediárias. Em algumas delas, para referir, exigem-se muitas descrições; em outras, uma única descrição; em outras ainda, uma expressão nominal ou mais de um nome ou um nome com sentido (apelido), etc. Por último, há casos em que uma simples sílaba será suficiente ou, então, somente um assobio que reproduza a curva prosódica que se realiza quando se usa um nome para chamar alguém, etc.

Nomear com nomes próprios, operação semântica sempre entendida como a mais simples, enfim, parece conter e superar a própria nomeação, as formas descritivas, as dêixis, as ligações de palavras e coisas.

4 | NOMES DE EVENTOS

4.1 INTRODUÇÃO

Os eventos constituem uma categoria que tem suscitado um interesse crescente por parte de filósofos e de lingüistas. Entretanto, a indeterminação que cerca as questões sobre a *existência* e sobre a *identidade* tem dificultado uma teorização sistemática sobre eventos. Enquanto isso, a categoria dos objetos, cuja indeterminação não é menor, tem sido alvo de constante sistematização (Lombard (1998)). Assim sendo, a indeterminação não deve constituir um obstáculo intransponível para o desenvolvimento de uma teoria sistemática sobre eventos (Varzi & Casati (1996)).

Existem várias maneiras de se abordar este assunto, tantas quanto o número de ciências ou disciplinas que dele se ocupam. Entre essas, a estatística, a física, a filosofia e boa parte das disciplinas que compõem a lingüística como um todo.

Para os matemáticos e em particular para os estatísticos, o termo *evento* designa a realização de uma possível alternativa de um fenômeno probabilístico.

Os físicos estudam o evento enquanto conjunto de dados que caracterizam uma interação entre partículas elementares.

Aos filósofos o que interessa é, de forma geral, definir a ontologia do evento, isto é, as propriedades naturais que o distinguem de outros fenômenos e objetos.

Os lingüistas, por sua vez, buscam comumente descrever o comportamento dos nomes que referem eventos. Destacam-se aí tentativas calcadas em análises semânticas e morfossintáticas. Os lingüistas cognitivistas, em particular, buscam criar modelos idealizados que descrevam a concepção que fazemos dos eventos.

Embora algumas dessas disciplinas focalizem aspectos diferentes do mesmo assunto e outras até tratem de assuntos diferentes, todas utilizam o mesmo termo, *evento*, para

designar seu objeto de estudo. O único termo que se contrapõe a esse é o de *eventualidade*, que, dentro da gramática cognitiva, serve para distinguir o conjunto de elementos que caracterizam um evento na realidade de sua representação lingüística.

O grau de especificidade do termo *evento* varia conforme a disciplina, indo de um grau máximo nas disciplinas exatas, como estatística e física, a um grau mínimo nas disciplinas humanísticas e principalmente em lingüística, onde a palavra é francamente polissêmica.

Deixando de lado as disciplinas exatas, por não serem pertinentes ao assunto tratado nesta pesquisa, serão abordados a seguir alguns aspectos filosóficos e lingüísticos dos eventos.

4.2 ABORDAGEM FILOSÓFICA

4.2.1 Achille Varzi

Entre os filósofos contemporâneos que têm mostrado interesse por eventos encontra-se Achille Varzi.

Seguindo Parsons (1990), Varzi & Casati (1996) concebem eventos como *coisas que acontecem*. A percepção, a ação, a língua e o pensamento humanos manifestam um vínculo com entidades deste tipo: crianças em estágio pré-lingüístico são capazes de discriminar e *contar* eventos; a percepção do adulto endossa e reconhece alguns aspectos da cena percebida como se tratando de evento; modelos lingüísticos consagrados (tempos e aspectos verbais, nominalizações de alguns verbos, certos nomes próprios) são adaptados a eventos e a estruturas de eventos, enquanto opostos a entidades e a estruturas de outro tipo; aspectos causais e intencionais do mundo parecem exigir uma análise gramatical em termos de eventos e de suas descrições.

Afirmam Varzi & Casati (1996) que a principal linha de argumentação fornecida para sustentar um vínculo entre eventos e vários aspectos da percepção humana, da ação, da língua e do pensamento provém de considerações de forma lógica. Não somente a fala comum envolve referência explícita e quantificação sobre eventos (exemplo: *duas*

explosões foram ouvidas a noite passada), como também parece chamar implicitamente a atenção sobre eventos com modificação adverbial (exemplo: *a caminhada de João foi agradável*) (Reichenbach (1947)).

Dizemos: *Brutus apunhalou César com uma faca*. Porém, se esta declaração for usada para afirmar que alguma relação de três lugares se realiza entre Brutus, César e uma faca, então é difícil explicar porque nossa declaração implica que Brutus apunhalou César (declaração que implica uma relação diferente de dois lugares) (Kenny (1963)). Em contraposição, se usássemos nossa declaração para afirmar que um determinado evento ocorreu — *o apunhalamento de César por Brutus* — e que teve uma determinada propriedade — de ser feito com uma faca — então a implicação é visível e direta (Davidson (1967a)).

Embora estas argumentações não constituam uma prova de que existem tanto entidades quanto eventos, elas mostram o interesse que se tem em uma indagação de como é que determinadas declarações significam o que elas significam e de como o significado de uma declaração seja, pelo menos em parte, determinado por suas relações lógicas com outras declarações.

Posições semelhantes têm sido defendidas também por autores que trabalham em outros campos, dentro da Linguística (Parsons (1990), Link (1998), etc.). Entretanto, alguns filósofos preferem argumentar que toda fala que parece envolver referência — explícita ou implícita — ou quantificação sobre eventos pode ser parafraseada para evitar o vínculo. Geach (1965), discute a possibilidade de uma expressão nominal como *a caminhada de João* ser usada como substituta da declaração correspondente *João caminhou*. Assim, dizer que a caminhada de João foi agradável seria apenas dizer que João caminhou agradavelmente.

Um outro tema que tem sido objeto de discussão é aquele do critério da identidade: seria *a caminhada de João* o mesmo evento que *sua caminhada agradável*? Será *o apunhalamento por Brutus de César* o mesmo evento que *o assassinato violento de César*? Para alguns filósofos, questões como essa exigem respostas para que tenhamos a permissão de discutir seriamente sobre eventos (Pfeifer (1989)).

Alguns filósofos consideram questões da identidade como sendo principalmente questões semânticas e já foi dito

que nenhuma teoria metafísica pode estabelecer a semântica da fala comum do evento, pois não há nenhuma maneira de determinar a verdade ou a falsidade de uma declaração de identidade de um evento exclusivamente com base nas hipóteses metafísicas de alguns. Sendo assim, o problema da identidade não poderia ser resolvido, já que estão sendo buscadas respostas metafísicas para questões que são principalmente semânticas.

As principais argumentações em favor de uma atitude realista para com eventos têm surgido de teorias semânticas da língua natural Davidson (1967a). Entretanto, mesmo nesses contextos, os eventos têm sido considerados categorias questionáveis, isto é, como alguma coisa que compete com entidades de outro tipo. Uma atitude costumeira tem sido a de ajustar eventos em conformidade com entidades que pertencem a outras categorias ontológicas mais familiares. Entre essas últimas está a dos objetos.

Eventos vs. Objetos

Algumas diferenças entre eventos e objetos físicos constituem lugar comum na literatura filosófica:

- Diz-se que objetos materiais (pedras, cadeiras, etc.) *existem*, e de eventos se diz que *ocorrem* ou *acontecem* (Hacker (1982));
- Os objetos têm limites espaciais relativamente claros e limites temporais não tão claros;
- Os objetos são indivíduos localizados no espaço, enquanto os eventos apenas toleram locação conjunta (Quinton (1979), Hacker (1982));
- Os objetos podem se mover e os eventos, não (Dretske (1967));
- Os objetos são continuantes (eles estão no tempo e perduram através do tempo por estarem inteiramente presentes enquanto existirem), eventos são ocorrentes (eles tomam tempo e perduram por terem partes, ou *estágios*, diferentes em tempos diferentes (Mellor (1980))).

Afirmam Varzi & Casati (1996) que alguns filósofos consideram como única diferença relevante entre objetos e eventos a de *gradação*. Para Quine (1970), objetos e eventos seriam espécies da mesma classe, *habitante material de espaço-tempo* (em contraposição à classe *habitante imaterial*, como a Linha do Equador). Mas enquanto os objetos são relativamente *duráveis e internamente coesos*, os eventos parecem se consumir rapidamente no tempo. De maneira radical, pode-se pensar entidades de uma dada categoria como metafisicamente dependentes de entidades de outra. Por exemplo, Parsons (1990) tem reivindicado que os objetos dependem dos eventos de que fazem parte.

De maneira mais moderada, pode-se conceder a objetos e eventos um mesmo estatuto metafísico, deixando claro, porém, que tanto objetos quanto eventos são primordiais na ordem do pensamento.

Eventos vs. Fatos

Enquanto eventos podem ser aproximados de objetos (ambos podem ser concebidos como indivíduos; ambos parecem ser entidades concretas, localizadas temporalmente e espacialmente e organizadas em hierarquias de parte-todo; ambos podem ser contados, comparados, quantificados, referidos e descritos e redescritos de várias maneiras), o mesmo não pode ser dito em relação a fatos, pois estes últimos não têm características de abstração e de atemporalidade: o evento da morte de César ocorreu em Roma em 44 a.C., mas que César morreu constitui um fato aqui como em Roma, tanto hoje quanto em 44 a.C. (Ramsey (1927)).

Poder-se-ia argumentar que todo evento tem um fato conjugado (o fato de que o evento ocorreu), mas os dois continuariam categorialmente distintos Bennett (1988). Alguns filósofos, entretanto, têm concebido a ligação entre eventos e fatos próxima o bastante para justificar a assimilação das duas categorias Wilson (1974) ou pelo menos para tratar ambas como espécies do mesmo *estado de coisas*, da mesma classe. De qualquer maneira, uma assimilação de eventos a fatos parece criar dificuldades.

Essa assimetria entre objetos e eventos, diz o autor, parece ser endossada pela linguagem natural, que tem expressões tais como a queda da maçã, mas não como a pomificação da queda.

Eventos vs. Propriedades

Segundo Varzi & Casati (1996), propriedades normalmente são interpretadas como universais e, portanto, se eventos são indivíduos então eles não são propriedades, porque indivíduos *ocorrem* enquanto universais *recorrem*. Entretanto, alguns filósofos intuem que, em alguns casos, pode-se dizer que eventos recorram, assim como quando dizemos que o sol nasce todos os dias. Sendo assim, eventos poderiam ser tratados como um tipo de propriedades, isto é, as propriedades dos momentos ou dos intervalos de tempo (Montague (1969)) (o evento do surgimento do sol é a propriedade de ser um intervalo durante o qual o sol se levanta) ou as propriedades de classes *cross-world* de indivíduos (Lewis (1986)) ou, ainda, as propriedades dos conjuntos de segmentos do mundo (Von Kutschera (1993)).

Segundo Stout (1923), entretanto, propriedades não seriam universais mas particulares abstratos. De acordo com essa visão, a vermelhidão desta maçã é diferente da vermelhidão de qualquer outra coisa, incluindo aí as demais maçãs, não por causa de sua extrema singularidade, mas simplesmente porque é a vermelhidão desta maçã. Existe aqui e agora, onde e enquanto a maçã existir. Do mesmo modo, o surgimento do sol desta manhã seria uma propriedade diferente daquela de qualquer outro surgimento de sol da manhã. Se assim for, então a hipótese de que eventos sejam propriedades tornar-se-ia compatível com a visão de que eles estejam localizados espaço-temporalmente. Um evento seria apenas uma propriedade particularizada situada em alguma região do espaço-tempo (Bennett (1996)).

Eventos vs. Tempos

A intuição de que eventos sejam propriedades de tempos pode também ser externada interpretando-se eventos como instantes ou intervalos temporais durante os quais determinadas manifestações perduram (Van Benthem (1983)). Nessa visão, por exemplo, o surgimento do sol desta manhã é identificado por um par ordenado $\langle i, \phi \rangle$ onde i é o período de tempo relevante (que corresponde à descrição *esta manhã*) e ϕ é a sentença *O sol se levanta*. Entretanto, se os eventos forem concebidos como uma categoria ontológica primitiva, pode-se prescindir de instantes ou de intervalos

temporais e interpretá-los como entidades derivadas (Russell (1914), Whitehead (1929), Walker (1947)). Mas outros tratamentos, modais (Forbes (1993)) e merológicos (Varzi & Casati (1996)), concorrem com essa perspectiva.

4.2.2 Tipos de eventos

Activities, Accomplishments, Achievements, States

Afirmam Varzi & Casati (1996) que filósofos que concordam com uma concepção de eventos enquanto particulares normalmente distinguem tipos diferentes de tais particulares. Uma tipologia clássica distingue quatro tipos: *activities*, *accomplishments*, *achievements* e *states* (Ryle (1949), Vendler (1957)):

- uma *activity*, tal como *a escalada de João*, é um evento homogêneo, pois seus sub-eventos satisfazem à mesma descrição da própria atividade e não têm nenhuma culminação;
- um *accomplishment*, tal como *a subida da montanha por João*, pode ter uma culminação, mas nunca é homogêneo;
- um *achievement*, tal como *a chegada de João ao topo da montanha*, é um evento que culmina e é, conseqüentemente, sempre instantâneo;
- um *state*, tal como *o conhecimento de João da maneira mais curta de se chegar ao topo*, é homogêneo e pode se estender no tempo, mas não faz nenhum sentido perguntar quanto tempo ele consumiu ou se culminou.

Às vezes, *accomplishments* e *achievements* são agrupados em uma única categoria de *performances* Kenny (1963); às vezes *achievements* são chamados também de eventos *tout court* e todos os eventos restantes são agrupados em uma categoria amplamente conhecida de entidades que se estendem temporalmente, chamadas *processos* (Ingarden (1935)).

Os eventos que Vendler (1957) chama de *achievements*, por serem instantâneos, como por exemplo uma explosão, ocupariam, nos dizeres de Russell (1946), o ponto de intersecção de duas ou mais coordenadas em um momento

dado. Nesses casos, dada a sua indiscutível unicidade, os nomes que os definem não deveriam ser nomes próprios?

Com base na distinção feita por Aristóteles entre *energeia* e *kinêsis*, alguns autores introduzem considerações aspectuais na taxonomia. A idéia desses autores é que verbos diferentes descreveriam tipos diferentes de eventos:

- os verbos com forma contínua (*saber*) correspondem a estados;
- verbos com forma contínua para os quais o presente contínuo implica o pretérito perfeito (*João está subindo* implica *João subiu*) correspondem a atividades;
- verbos para os quais o presente contínuo implica a negação do pretérito (*João está escalando a montanha* implica *João (ainda) não escalou a montanha*, pelo menos em seu uso mais típico) correspondem a *performances* (Mourelatos (1978)).

Diversos autores têm seguido esse caminho para desenvolver teorias lingüisticamente sofisticadas, mas a legitimidade de extrair categorizações ontológicas de tais distinções lingüísticas tem sido questionada (Gill (1993)).

Eventos estáticos e Eventos dinâmicos

Uma outra distinção pode ser feita entre eventos dinâmicos, *a caminhada de João*, e eventos estáticos, *o descanso de João sob uma árvore*. Alguns autores argumentam que os eventos estáticos não são propriamente eventos porque não implicam qualquer mudança (Ducasse (1926)); outros discutem se devem ser mantidos distintos dos estados (Parsons (1989)). Uma assunção plausível é a de que a distinção entre os aspectos estáticos e dinâmicos do mundo seja enviesada em relação à distinção entre *states* e *activities*: assim como pode haver atividades estáticas, também pode haver estados dinâmicos: a caminhada de João é uma atividade dinâmica, ao contrário do descanso de João, que pode ser considerado uma atividade estática.

Ações e Movimentos corporais

Varzi & Casati (1996) também apontam que ações são categorizadas como uma subclasse de eventos, a saber, eventos animados. Das ações, assim como dos eventos, também se diz que:

- ocorrem ou acontecem (não que existem);
- sua relação com tempo e espaço é também um evento;
- têm começos e fins relativamente claros mas limites espaciais não claros;
- parecem tolerar locação conjunta;
- se estendem no espaço e no tempo por terem partes espaciais assim como partes temporais (Thomson (1977)).

Segundo Davidson (1967b), ações podem ser as causas das quais os eventos são os efeitos.

Conforme as ações são tratadas como eventos ou não, é possível distinguir entre:

- ações próprias (o levantamento de João do seu braço) e movimentos corporais (o braço de João que se levanta)
- ações intencionais (a caminhada de João) e ações involuntárias (João caiu em um buraco).

4.3 ABORDAGEM LINGÜÍSTICA

4.3.1 A contribuição de Langacker

Modelos descritivos cognitivos

Em seu texto *Discourse in Cognitive Grammar*, Langacker (2001) expõe sua conceitualização do evento de uso da língua e, no texto *Foundations of Cognitive Grammar*, Langacker (1987) apresenta outros dois modelos chamados *bola de bilhar* e *modelo de estágio*.

Segundo o autor, a universalidade dos nomes e dos verbos deriva diretamente do estatuto arquetípico do modelo *bola de bilhar*. Os elementos desse modelo são espaço, tempo, substância material e energia. Esses elementos são concebidos como constituindo um mundo em que objetos discretos se movimentam no espaço, tomam contato uns com os outros e participam de interações energéticas.

O *stage model* idealiza um aspecto fundamental da nossa experiência de momento a momento: a observação de eventos externos, cada um compreendendo a interação de participantes dentro de um *cenário*. Trataremos desses modelos mais adiante.

Evento de uso da língua

Eventos de uso da língua são instâncias reais de uso da língua. Cada evento consiste em uma conceitualização detalhada que engloba o pleno entendimento contextual de uma expressão, acoplada a uma elaborada vocalização, com todos os seus detalhes fonéticos.

A conceitualização inerente a um evento de uso inclui a apreensão de parte dos interlocutores das circunstâncias interativas e do discurso no qual estão engajados.

A base se constitui no evento de fala, no falante e no ouvinte, na sua interação e nas circunstâncias imediatas (principalmente o tempo e o lugar do discurso).

Um evento de uso é uma ação realizada pelo falante e pelo ouvinte: o falante participa com sua capacidade de iniciativa, o ouvinte sendo responsivo. Mas, como seu papel é ativo ou reativo, cada um tem que lidar com uma conceitualização e com uma vocalização — os dois pólos básicos de um enunciado. A ação do falante e do ouvinte envolve a direção e o foco da atenção. Em uma comunicação bem-sucedida, eles dirigem e coordenam essa ação para a mesma entidade concebida.

Dispomos de um campo visual limitado, que capta um tanto do mundo em um dado instante. Analogamente, dispomos de um campo conceitual limitado, que determina o quanto conseguimos conceitualizar ou guardar em mente em um dado instante.

Um evento de uso da língua ocorre em um contexto imediato do discurso, que, interpretado de maneira ampla, in-

clui as circunstâncias físicas, mentais, sociais, e culturais. Neste sentido a janela através da qual o falante olha é parte do contexto de fala.

Podemos conceber e falar sobre situações em qualquer mundo (real ou imaginário), em qualquer tempo e em qualquer lugar. Fatores como ênfase, tópico de discurso e estado da informação (dada *vs.* nova) fazem parte da estrutura da informação. Os vários canais de conceitualização e de vocalização são mostrados como co-ocorrentes dentro do recorte da visão.

No pólo da conceitualização, a situação objetiva encontra-se no centro de nossa atenção mais do que os outros canais. Ela é mais substantiva, mais concreta. No pólo da vocalização, é o conteúdo segmental a ser comparativamente saliente.

A gramática cognitiva considera que qualquer aspecto de um evento de uso, ou ainda de uma seqüência de eventos de uso em um discurso, é capaz de emergir como uma unidade lingüística. Seria portanto arbitrário não abarcá-los todos no âmbito de uma língua ou de um sistema lingüístico.

Segundo Langacker (2001), qualquer aspecto de um evento singular de uso pode ser abstraído de uma unidade lingüística convencional, de maneira que muitas unidades fazem especificações detalhadas com respeito a múltiplos eventos dentro de uma seqüência.

Outros modelos: bola de bilhar e modelo de estágio

Para Langacker (1991), a universalidade dos nomes e dos verbos deriva diretamente do estatuto arquetípico do modelo *bola de bilhar*, cujos elementos são espaço, tempo, substância material e energia. Na concepção de mundo constituído por esses elementos, objetos discretos se movimentam no espaço, tomam contato um com o outro e participam de interações energéticas.

Conceitualmente, objetos e interações apresentam um contraste máximo, tendo valores opostos para propriedades tais como domínios e instanciações (espaço *vs.* tempo), constituinte essencial (substância *vs.* transferência de energia) e possibilidade de intelectualização independentemente do outro (autônomo *vs.* dependente).

Objetos físicos e interações energéticas fornecem os protótipos respectivos para as categorias de nomes e verbos, que representam a oposição entre as classes gramaticais básicas.

Essa visão parece ser compartilhada por Parsons (1990), que afirma que os nomes que selecionam eventos são sempre nomes comuns deverbais. Entretanto, no português há nomes que, embora de um ponto de vista morfossintático não sejam deverbais, têm alguma propriedade que os torna aptos a serem selecionados por verbos intransitivos que recebem eventos como sujeitos: *ocorrer*, *acontecer*, etc. Alguns nomes denotam eventos coletivos (assembleia, congresso, comício, festa, simpósio, etc.); outros denotam fenômenos naturais (eclipse, terremoto, tempestade, etc.); e outros ainda denotam acontecimentos ou estados de ânimo súbitos (tumulto, pânico, êxtase, etc.).

O modelo *bola de bilhar* também figura na caracterização de uma sentença prototípica finita. Um construto usual para descrever muitos aspectos de uma estrutura de sentença é a noção de uma *ação em cadeia*. Uma *ação em cadeia* surge quando um objeto faz um contato com força com outro e desse contato resulta uma transferência de energia, que impulsiona o segundo objeto contra um terceiro, novamente resultando na transmissão de energia; e assim indefinidamente até que a energia se esgote ou nenhum contato se estabeleça. O objeto inicial da corrente será referido como a cabeça e o objeto final como a cauda. Na mais simples *ação em cadeia* a cabeça interage com a cauda sem intermediários, de maneira que há somente dois objetos participantes.

Um segundo modelo básico pertence à experiência perceptual. O *modelo de estágio* é análogo àquele de alguém que observa um jogo. Um observador tende a organizar a cena que observa dentro de um *cenário* abrangente, em que, em um determinado momento, participantes interagem. Ao longo do eixo temporal, conjuntos e interações contíguas são percebidos como formando eventos discretos. O *modelo do estágio* idealiza um aspecto fundamental da nossa experiência: a observação de eventos externos, cada um compreendendo a interação de participantes dentro de um *cenário*.

Modelos cognitivos adicionais

Segundo Langacker (1991), modelos cognitivos adicionais residem na nossa concepção de papéis semânticos básicos: *agente*, *paciente*, *instrumento* e *experienciador*. Estes são comumente referidos como *relações temáticas* ou *theta roles*.

O *agente* arquetípico é uma pessoa que voluntariamente inicia atividades físicas que resultam na transferência de energia a um objeto externo. Seu oposto polar é um paciente arquetípico, um objeto inanimado que absorve a energia transmitida via contato físico iniciado externamente e que sofre, desse modo, uma mudança de estado interna. Um *instrumento* é um objeto físico manipulado por um agente para afetar um paciente: serve como um intermediário na transmissão de energia. *Experienciador* é uma pessoa envolvida em uma atividade mental (intelectual, perceptiva ou emotiva). *Mover* é uma entidade que sofre uma mudança de lugar.

Uma das características essenciais de um sistema lingüístico é a distinção entre elementos autônomos (A) e elementos dependentes (D). A assimetria A/D, observável em estruturas fonológicas e semânticas, é o maior fator na formação da estrutura de sentença e é inerente à concepção de eventos. Enquanto um evento é conceitualmente dependente de seus participantes, pessoas ou objetos físicos são conceitualmente autônomos, pois podem ser conceitualizados independentemente de qualquer evento de que participam.

Os eventos são, em grande parte, complexos, no sentido de que são divisíveis em componentes, sub-eventos ou relações constitutivas. Mas é possível conceitualizar certos componentes de evento independentemente dos outros, o que os torna conceitualmente autônomos. Isso se chama de relação temática e o participante pode ser referido como tema.

O tipo de relação temática mais elementar é aquela em que os participantes meramente ocupam algum lugar ou exibem alguma propriedade estática. O papel semântico do participante será referido como zero, porque conceitualmente é mínimo e não distintivo. O papel zero por si é inalterado se a descrição de uma locação ou propriedade for complexa ou incorporar um nominal.

Por sua vez, uma relação temática que envolve um *mover*, experienciador ou paciente, é limitada ao movimento, experiência mental ou mudança de estado em si mesma, independentemente das forças que a causam.

Há duas maneiras de se definir autonomia conceitual e, portanto, relação temática: a) o alinhamento A/D *intrínseco* reflete a organização intrínseca das concepções de eventos, pois diz respeito à possibilidade de um componente conceitual pressupor um outro para sua manifestação coerente; b) o alinhamento A/D *experencial* tem bases experienciais, pois diz respeito à possibilidade de um componente conceitual ocorrer de fato independentemente ou somente como parte de uma configuração maior, isto é, se ele leva em conta a aglomeração efetiva de componentes de eventos que são encontrados em experiências e coalesce para formar conceitos estabelecidos.

No nível da lexicalização inicial, a deformação espacial e a energia mais imediatamente envolvida em sua ocorrência são facetas de uma única *Gestalt* (teoria que considera os fenômenos psicológicos como totalidades organizadas, indivisíveis, articuladas, isto é, como configurações); os componentes do evento são sub-lexicais e só se pode chegar a eles na análise conceitual direta.

Quando a relação temática autônoma ocorre de maneira independente, diremos que esse *construto* é absoluto. E esse caso é diferente daqueles em que a relação temática é encaixada numa concepção mais elaborada que também faz referência à energia que a dirige ou alimenta e que pode ser fornecida pelo próprio tema ou por alguma fonte externa.

Uma *ação em cadeia* traça o fluxo de energia da fonte de energia inicial ao dissipador de energia final, isto é, o tema. Tem, portanto, saliência cognitiva substancial.

A organização A/D de uma concepção de evento também implica direcionalidade, mas do tipo que corre diretamente contra o fluxo de energia. O passo a passo do conjunto de uma concepção complexa implica um trajeto mental que começa com o tema e — em termos de fluxo de energia — se move *rio acima* de participante para participante até alcançar o núcleo da *ação em cadeia*.

Uma estrutura complexa como uma sentença tem numerosos níveis de organização, para cada um dos quais um arranjo de elementos particular (*natural path*).

Langacker (1991) chama a origem do *natural path* de *ponto de partida*.

Exemplos de *natural path* são:

- o fluxo de energia ao longo da *ação em cadeia*;
- a seqüência temporal dos eventos ou dos componentes dos eventos;
- a ordem temporal das palavras e do pólo fonológico;
- a seqüência, do núcleo à periferia, dos componentes do evento com base no alinhamento A/D;
- a relativa proeminência dos participantes da sentença em termos de organização *figura-fundo*.

Os respectivos pontos de partida desses *paths* são:

- a fonte de energia (núcleo da *ação em cadeia*);
- o evento inicial (ou componente do evento);
- a primeira palavra da sentença;
- a relação temática;
- a trajetória da sentença.

Esses *paths* costumam se alinhar uns com os outros para que seus pontos de partida coincidam.

Então os aspectos fundamentais da concepção de evento promovem a emergência de um agente (ou fonte de energia) e de um paciente (ou tema) como participantes especialmente proeminentes. Por essa razão eles representam as escolhas não marcadas para as relações gramaticais básicas de sujeito e objeto direto da sentença.

Por codificação de eventos entende-se a conceitualização que se deseja expressar e a estrutura lingüística ativada para este propósito. *Codificação* e *construto* são interdependentes. Dependendo de como uma situação é construída determina-se se uma estrutura lingüística particular é apropriada para codificá-la. Por sua vez, uma estrutura lingüística impõe um certo *construto* sobre a situação que codifica.

Em uma sentença típica, o ponto de partida, com respeito ao fluxo de energia, é o núcleo da ação em cadeia (um agente), enquanto o participante inicial com respeito à organização A/D é a cauda da ação em cadeia (um tema).

Codificação marcada e não-marcada

Langacker (1991) sustenta que *objetos físicos* e *interações energéticas* são arquétipos conceituais totalmente distintos. Sua oposição polar se reflete lingüisticamente no contraste máximo entre nome universal e categorias verbais, pelas quais esses arquétipos constituem os valores prototípicos. Portanto espera-se que objetos físicos sejam codificados por um nome e interações energéticas por um verbo.

O termo *codificação não marcada* se refere a esse tipo natural de arranjo em que uma noção que se aproxima de uma concepção arquetípica é codificada lingüisticamente por uma categoria que pega essa concepção como seu protótipo.

O termo *codificação marcada* se refere aos dois casos em que não se obtém esse arranjo da melhor forma possível:

- o caso em que uma estrutura lingüística codifica uma concepção que desvia substancialmente do arquétipo correspondente;
- o caso em que uma concepção, que está em conformidade com o arquétipo, falha ao ser codificada pela estrutura correspondente.

Nomes de eventos não deverbais

Em vista do que foi dito anteriormente, como devemos considerar então os nomes que, embora de um ponto de vista morfossintático não sejam deverbais, referem eventos que, por envolverem interações energéticas, deveriam ser codificados pela categoria verbal? É um tipo de *codificação marcada*? Isto é, trata-se de um dos casos em que uma estrutura lingüística codificou uma concepção que desvia do arquétipo correspondente ou de um dos casos em que a concepção está em conformidade com o arquétipo, mas falhou ao ser codificada pela estrutura correspondente? Ou será que não é nem uma coisa nem outra e seria preciso buscar uma explicação de natureza diferente?

Talvez se descubra que a raiz de alguns desses nomes, examinada de um ponto de vista diacrônico, tenha sido originalmente verbal; que alguns outros sejam nomes compostos por um prefixo e um verbo, por uma preposição e

um verbo ou por um nome e um verbo; porém, muitos outros parecem não ter nenhum componente verbal, nem de um ponto de vista sincrônico e nem de um ponto de vista diacrônico (por exemplo: *festa, eclipse, pânico, etc.*).

Pensando em nomes como *festa*, por exemplo, que tem sua origem no adjetivo latino *festus-a-um* (festivo), somos induzidos a levantar a hipótese de que a citada *interação energética*, que normalmente é codificada por um verbo, possa ser codificada também por outras categorias gramaticais, que, em algum nível, refiram algum tipo de ação. Mas, evidentemente, para que isso se sustente faz-se necessário um estudo minucioso na busca de um maior número de fatos.

4.3.2 Therence Parsons

Nomes de eventos deverbais na língua inglesa

Segundo Parsons (1990), para nos referirmos a eventos usamos NPs da mesma forma que o fazemos para outros tipos de entidades. Os respectivos DPs são da forma determinante + nome comum, modificado ou não por adjetivos, cláusulas relativas restritivas ou NPs preposicionados, como nos exemplos a seguir:

- Every stabbing (Todo apunhalamento)
- The destruction (A destruição)
- An immoral killing (Um assassinato imoral)
- A loud singing (Um canto alto)
- The immoral stabbing of Caesar by Brutus (O apunhalamento imoral de César por Brutus)

Os determinantes destas construções operam exatamente como nos DPs de indivíduos:

- Every cow (Toda vaca)
- The plantation (A plantação)
- A prehensile tail (Uma cauda pénsil)

- An illegible mark (Uma marca ilegível)
- The large tail on the bull that switshed back and forth (A grande cauda do touro que balança para fente e para trás)

A parte da fórmula lógica que diz respeito ao determinante é a mesma nos dois casos:

- Every brown cow: (x)(x is a brown cow '... x ...)
- Toda vaca marrom: (x)(x é uma vaca marrom '... x ...)
- Every loud singing: (e)(e is a loud singing '... e ...)
- Todo canto alto: (e)(e é um canto alto '... e ...)

Parsons afirma que, no inglês, os nomes comuns que selecionam eventos são de dois tipos:

1. *nounlike gerunds*, que se formam sistematicamente de verbos eventivos;
 - *singing* de *sing*;
 - *stabbing* de *stab*;
 - *killing* de *kill*.

Tais gerúndios são muitas vezes usados como nomes comuns para referirem eventos. Parsons (1990) chama-os de *event gerunds*.

2. nomes derivados de verbos, só que de outras formas:
 - *destruction* de *destroy*;
 - *production* de *produce*;
 - *arrival* de *arrive*;
 - *jump* (nome) de *jump* (verbo).

Estes últimos são muitas vezes chamados de *nominais derivados*. Nem sempre, porém, nominais derivados selecionam eventos. A palavra *invention*, por exemplo, tem uma variedade de usos, inclusive aquela em que refere o produto de uma invenção.

A autor usa o termo *verbal event nouns* seja para gerúndios nominais, seja para nominais derivados, quando são usados como nomes comuns de eventos.

Parsons afirma que os *verbal event nouns* são os únicos, entre os nomes comuns, a selecionarem eventos e acrescenta que os *verbal event nouns* estabelecem relações especiais com os verbos dos quais eles derivam e com certas frases preposicionadas que os modificam:

Alone among common nouns that pick out events, verbal event nouns bear special relationship to other constructions in language — to the verbs from which they are derived, and to certain prepositional phrases that modify them.
(Parsons, 1990 : 129))

4.3.3 Nomes deverbais que selecionam eventos no PB

Um papel análogo ao desempenhado no inglês pelos gerúndios parece ser desempenhado, no PB, pelos participípios passados (no masculino ou no feminino) de verbos eventivos. Estes também são formas verbais usadas como nomes comuns para referirem eventos: *corrida* de *correr*, *saída* de *sair*.

- Os atletas correram no Parque Ibirapuera.
- A corrida dos atletas ocorreu no Parque Ibirapuera.

Os nomes de eventos derivados de verbos são formados, no PB, pelo acréscimo de um sufixo ao radical de um verbo, que algumas vezes conserva a vogal temática e outras não:

- *Nomes de evento deverbais (verbal event nouns)* formados pelo acréscimo do sufixo *-ção* ao radical de um verbo eventivo: *construção* de *construir*, *destruição* de *destruir*.
 - Os pedreiros construíram um prédio na Av. Paulista.
 - A construção do prédio pelos pedreiros ocorreu na Av. Paulista.

- *Nomes de evento deverbais* formados pelo acréscimo do sufixo *-mento* ao radical de um verbo eventivo: *nascimento* de *nascer*, *desabamento* de *desabar*.
 - Jesus nasceu em Belém.
 - O nascimento de Jesus ocorreu em Belém.
- *Nomes de evento deverbais* formados pelo acréscimo do sufixo *-agem* ao radical de um verbo eventivo: *contagem* de *contar*, *listagem* de *listar*.
 - Os votos foram contados rapidamente.
 - A contagem dos votos ocorreu rapidamente.
- *Nomes de evento deverbais* formados pelo acréscimo do sufixo *-ura* ao radical de um verbo eventivo: *abertura* de *abrir*, *formatura* de *formar*.
 - A loja abriu às 8h00 em ponto.
 - A abertura da loja ocorreu às 8h00 em ponto.
- *Nomes de evento deverbais* formados pelo acréscimo do sufixo *-ivo* ao radical de um verbo eventivo: *tentativa* de *tentar*, *expectativa* de *esperar* (do lat. *ex(s)pectare*).
 - Os funcionários tentaram assaltar o banco.
 - Houve uma tentativa de assalto ao banco pelos funcionários.
- Nomes de eventos deverbais formados por subtração. Nestes casos, cai a desinência do infinitivo do verbo e a vogal temática é substituída ou não por outra vogal: *encontro* de *encontrar*, *vôo* de *voar*.
 - Eduardo e Mônica encontraram-se numa festa estranha.
 - O encontro de Eduardo e Mônica ocorreu numa festa estranha.

Mas, além desses, existem no PB outros nomes que, embora não derivem de verbos, também selecionam eventos. Trata-se de nomes que podem ser sujeitos de verbos com significado correspondente ou semelhante ao dos verbos ingleses: *occur*, *happen* e *take place*. Estes nomes serão examinados a seguir.

Formas lógicas subjacentes

Segundo Parsons (1990), o significado de um *verbal event noun* atribui à forma lógica o mesmo predicado de evento do verbo do qual deriva. Portanto, a fórmula *Singing(e)* na forma lógica subjacente de *Mary sings* é exatamente a mesma fórmula *Singing(e)* na forma lógica subjacente de *Every singing...*:

Verbos intransitivos que pegam eventos como sujeitos no PB

Assim como no inglês, os verbos intransitivos que pegam eventos como sujeitos no PB são, dentre outros:

- ocorrer
- acontecer
- haver (na 3ª pessoa do singular).

Nomes não deverbais que selecionam eventos no PB

Nomes não deverbais que podem ser sujeitos de verbos intransitivos que selecionam eventos no PB, são, por exemplo:

- os nomes que referem fenômenos ou acontecimentos naturais (*eclipse, maremoto, maresia, relâmpago, tempestade, terremoto*, etc.);
 - O eclipse ocorreu às 10h30 da manhã.
 - Na noite passada, ocorreu um maremoto no Pacífico.
- os nomes que referem *acontecimentos* repentinos, provocados por motivos fortuitos ou voluntários (*desastre, tragédia, tumulto*, etc.).
 - desastre = *acontecimento* calamitoso, especialmente o que ocorre de súbito e ocasionando grande dano ou prejuízo (Aurélio¹);
 - tragédia = *acontecimento* que desperta lástima ou horror (Aurélio).

¹ A edição utilizada nesta e nas outras passagens deste texto é a de 1986, no formato grande.

- Ocorreu um desastre na marginal.
- A verdadeira tragédia foi o que aconteceu depois.
- e, talvez, os nomes que referem 'estados de ânimo' repentinos, individuais ou coletivos (êxtase, pânico, etc.).
 - êxtase = *arrebatamento* íntimo (Aurélio)
 - pânico = susto ou pavor repentino, às vezes sem fundamento, que provoca uma reação desordenada, individual ou coletiva, de propagação rápida (Aurélio).
 - Depois da meditação ocorreu o êxtase.
 - Na hora do assalto, houve pânico generalizado.

Embora do ponto de vista morfossintático estes nomes não sejam deverbais, do ponto de vista semântico referem algum tipo de ação que faz com que todos eles possam ser selecionados por verbos intransitivos que selecionam eventos como sujeitos.

Nomes não deverbais que selecionam eventos coletivos no PB

Existem também nomes de eventos coletivos como *assembléia*, *congresso*, *comício*, *festa*, *simpósio*, etc., que, assim como os anteriores, não derivam de verbos, mas que possuem uma característica peculiar: parecem referir algum tipo de ação convergente realizada por uma coletividade no intuito de alcançar um objetivo do interesse de todos os participantes.

- *assembléia* = *reunião* de pessoas que têm algum interesse em comum, (...), com a finalidade de discutir e deliberar conjuntamente sobre temas determinados (Houaiss²).
- *congresso* = *reunião* de especialistas para que deliberem sobre questões de interesse comum ou para que apresentem estudos, novas descobertas, etc. (Houaiss).

² A edição utilizada é a de 2006, no formato grande.

- comício = *reunião* pública de cidadãos, ... em que um candidato a cargo eletivo expõe seus projetos e idéias (Houaiss).
- festa = *reunião*, agrupamento de pessoas com fins recreativos, ... (Houaiss).
- simpósio = *reunião* ou conferência para discussão de algum assunto; qualquer reunião social em que se beba, coma e converse (Houaiss).
 - A assembléia aconteceu na sala de aula.
 - O congresso ocorreu no anfiteatro.
 - Havia um comício no centro da cidade.
 - A festa está ocorrendo no estacionamento da Poli.
 - Está havendo um simpósio no auditório da Faculdade.

No caso de nomes não deverbais de eventos coletivos, também pode-se traçar um paralelo entre a sentença em que se faz uso do nome do evento (assembléia) e aquela em que se faz uso do verbo do qual deriva o nome genérico do evento, isto é, *reunião*.

- Os estudantes reuniram-se (em assembléia) no auditório.
- A assembléia (ou a reunião em assembleia) dos estudantes ocorreu no auditório.

Conforme foi constatado nas definições encontradas nos dicionários, estes nomes, comumente definidos como coletivos, denotam e classificam um mesmo tipo de evento, isto é: *reunião*. Talvez isto explique porque, embora do ponto de vista morfossintático não sejam deverbais, apresentem um comportamento análogo ao desses verbos.

Sumarizando, existem no PB nomes de eventos formados de maneiras equivalentes às do inglês: alguns nomes de eventos são formas verbais nominalizadas (corrida), outros são formados por acréscimo de sufixo (nasc-i-mento) ou por subtração da desinência de infinitivo (derrota(r)) ao radical de um verbo.

Também se viu que existem no PB várias classes de nomes de eventos não deverbais: fenômenos naturais, acontecimentos ou estados de ânimo súbitos, etc.

E, por fim, foram destacados nomes de eventos coletivos, que não são diretamente deverbais, mas que denotam e classificam o mesmo tipo de evento (reunião), envolvendo um certo número de indivíduos que se reúnem para discutir ou deliberar sobre um assunto de interesse comum ou simplesmente por motivos recreativos.

Como destacado anteriormente, Parsons (1990) postula que os *verbal event nouns* são os únicos, entre os nomes comuns, a selecionarem eventos. A análise do PB, porém, revelou que existem nomes que, de um ponto de vista morfo-sintático, não são deverbais. Entretanto, de um ponto de vista semântico, os mesmos referem algum tipo de ação que os torna aptos a serem selecionados por verbos intransitivos que pegam eventos como sujeitos (ocorrer, acontecer, etc.). Com base nisso pode-se concluir que a natureza verbal está sempre presente nos *verbal event nouns*, só que ora na forma, ora no conteúdo.

4.3.4 Nomes ou nominalizações eventivas não deverbais

No intuito de fornecer consistência à afirmação da existência de nomes de evento não deverbais no PB, apresentamos a seguir uma lista de nomes que, de um ponto de vista lingüístico, não parecem ter uma origem verbal.

Os critérios adotados para classificar os nomes como sendo *de evento* foram os mesmos adotados por Parsons (1990): nomes que podem ser selecionados por verbos intransitivos que pegam eventos como sujeitos (*haver, ocorrer, acontecer, etc.*).

As ocorrências foram extraídas de páginas da Internet disponíveis na época da pesquisa³.

Quanto à classificação das raízes dos mesmos, deve-se salientar que os critérios nem sempre foram óbvios, pois, em se tratando de raízes, fica um tanto difícil basear-se apenas na intuição, principalmente porque muitas dessas palavras passaram por sucessivas transformações antes de chegar à sua forma atual.

³ De março a julho de 2008.

Campo semântico: fenômenos naturais

- *Alvorada* (feminino substantivado do particípio de *alvorar*, *alvorecer*) = romper do dia
Raiz denotadora de propriedade (alvo)
- *Aurora*
“O termo Aurora (do latim *aurora*), que denota o período que se refere ao nascer do sol, (...)”
Raiz denotadora de propriedade (alvo)
- *Avalanche*
“A avalanche aconteceu por volta das 11h20 (0h20 de Brasília) no monte Hakkoda, (...)”
Raiz denotadora de evento delimitado.
- *Chuva*
“Em Santa Maria durante a madrugada houve chuva de granizo (...)”
Raiz denotadora de evento não delimitado.
- *Chuvarada*
“A última boa chuvarada ocorreu na madrugada do dia 6 de janeiro, com cerca de 60 milímetros. De lá para cá, tem ocorrido apenas pancadas isoladas (...)”
Raiz denotadora de entidade não delimitada.
- *Ciclone*
“O pior ciclone que já aconteceu foi no dia 12 de novembro no ano de 1970 no Paquistão Oriental, (...)”
Raiz denotadora de evento delimitado
- *Clarão*
“De acordo com o jornal O Estado de S.Paulo, houve um clarão, um estrondo e a queda de pedaços de ferro nos três municípios Piauienses (...)”
Raiz denotadora de propriedade (claro).

- *Colheita* (deverbal: do part. pass. latino *collectus-a-um*)
 “A colheita aconteceu nesta sexta-feira na Estação Experimental da Emepa, na Fazenda Veludo.”
 Raiz denotadora de evento delimitado.
- *Dia*
 “O primeiro dia de disputa do Rally dos Ventos, competição de regularidade de kitesurf, aconteceu nesta terça-feira (26/09), ...”
 Raiz denotadora de evento delimitado.
- *Eclipse*
 “Este eclipse ocorreu entre as 23:32 UT (Nov 19) e as 04:01 UT (Nov 20) e teve o seu máximo às 01:47 UT do dia 20 com uma magnitude de 0.8862, (...)”
 Raiz denotadora de evento delimitado.
- *Enchente* (deverbal: do particípio presente latino)
 “Considerada a maior calamidade do século, a enchente ocorreu entre os dias 17 e 18 de Julho de 1975, deixando 80% da cidade do Recife sob as águas.”
 Raiz denotadora de evento delimitado?
- *Enxurrada* (enxurro+ada)
 “Naquela manhã, há exatamente um ano, também houve uma enxurrada muito localizada na capital gaúcha e que afetou as áreas mais próximas do sul e do centro da (...)”
 Raiz denotadora de evento não delimitado.
- *Equinócio*
 “O Equinócio de Primavera (hemisfério Norte) ocorre nos dias 20 ou 21 de março (...)”
 Raiz denotadora de propriedade (igual)
- *Erupção* (do lat. *eruptione*)
 “Novos estudos reforçam a hipótese de que a erupção ocorreu há cerca de 3.650 anos.”
 Raiz denotadora de evento não delimitado.

- *Furacão*
 “Li que há 20 brasileiros desaparecidos na região onde ocorreu o furacão.”
 Raiz denotadora de entidade não delimitada? Furo, buraco, etc. são entidades ou eventos?
- *Garoa*
 “Houve garoa intermitente na hora passada.”
 Raiz denotadora de entidade não delimitada.
- *Geada* (feminino substantivado do particípio de *gear*)
 “Geada é um fenômeno que ocorre em boa parte do mundo, mas tem diferentes conseqüências (...)”
 Raiz denotadora de propriedade (gelado)
- *Madrugada* (feminino substantivado do particípio de *madrugar*)
 “(...) nunca houve uma madrugada tão silenciosa quanto esta.”
 Raiz denotadora de propriedade não delimitada
- *Maré*
 “As marés ocorrem porque o campo gravitacional, que tanto a Lua quanto o Sol exercem sobre pontos diferentes da Terra, é variável em intensidade e (...)”
 Raiz denotadora de entidade massiva ou contável?
- *Maremoto* (palavra composta de mar (entidade) e moto (evento))
 “Alguns historiadores afirmam que em 1542 um maremoto aconteceu e tudo foi inundado pelas águas, o que reforça a hipótese de que possam existir ruínas (...)”
 Raiz denotadora de entidade/ Raiz denotadora de evento
- *Neblina*
 “Na Bélgica, uma intensa neblina ocorreu na área industrial de Meuse Valley, entre 1 e 5 de dezembro de 1930, causada pela emissão de poluentes, (...)”

Raiz denotadora de entidade não delimitada (massiva)

- *Nevasca*

“A nevasca mais expressiva foi a que ocorreu em 1985, tendo recebido grande destaque na chamada grande imprensa (falada e escrita). (...)”

Raiz denotadora de entidade não delimitada.

- *Pororoca*

“Pororoca é um fenômeno natural produzido pelo encontro das correntes de maré com as correntes fluviais, no período de maresia ou sizígia (...)”

Raiz denotadora de evento não delimitado

- *Relâmpago*

“Quando não conseguimos ouvir um trovão após o clarão do relâmpago, significa que ele ocorreu a uma distância suficiente para toda a energia sonora se perder (...)”

Raiz denotadora de evento instantâneo.

- *Seca* (feminino substantivado de “seco”)

“A precipitação é grande entre o período de Outubro a Abril, e a seca acontece entre os meses de maio a setembro.” Raiz denotadora de propriedade.

- *Solstício*

“O Solstício ocorre quando sol está diretamente a 23.5 N latitude norte (Solstício de verão) ou quando está a 23.5 S latitude sul (Solstício de inverno).”

Raiz denotadora de entidade delimitada.

- *Tempestade*

“A tempestade ocorreu em 28 de março de 2004.”

Raiz denotadora de entidade não delimitada.

- *Temporal*

“Mas o maior temporal aconteceu domingo passado, no começo da noite.”

Raiz denotadora de entidade não delimitada.

- *Terremoto* (palavra composta de terr(e) (entidade) e moto (evento))

“O terremoto aconteceu próximo à Zarand, uma cidade de 135 mil pessoas, localizada na província de Kerman.”

Raiz denotadora de entidade massiva ou contável? /
Raiz denotadora de evento não delimitado.

- *Tornado*

“Groupey informou que o tornado ocorreu por volta das 2h locais nas cidades de Henderson e Kentucky, e então chegou a Evansville, antes de seguir para Warrick (...)”

Raiz denotadora de evento não delimitado

- *Trovoada* (feminino substantivado do particípio de *trovoar*)

“Ocorreu trovoada no dia 20.”

Raiz denotadora de evento instantâneo.

- *Tufão* (ideofone?)

“Tufões acontecem quando o oceano aquece e a atmosfera se torna instável.”

Raiz denotadora de evento não delimitado

- *Vendaval*

“Em Cornélio Procópio, região de Londrina, no norte do Estado, houve forte vendaval e destelhamento de casas.”

Raiz denotadora de entidade não delimitada.

- *Ventania*

“(...) quinta-feira, quando ocorreu aquela ventania, ficou sem energia das dezesseis horas até as quinze horas.”

Raiz denotadora de entidade não delimitada.

- *Vento*

“O fogo não se propagou tanto quanto se temia durante o dia porque o vento forte previsto para o interior do estado não aconteceu.”

Raiz denotadora de entidade não delimitada.

Campo semântico: acontecimentos repentinos, provocados por motivos fortuitos ou voluntários

- *Acidente* (deverbal: do particípio presente latino de *accidere*)

“O acidente aconteceu por volta das 6h30, e o veículo estava lotado de estudantes e trabalhadores.”

Raiz denotadora de evento delimitado

- *Boato*

“Quando ocorreu o boato de que a Barragem de Tapucarã iria estourar — em 21/07/1975 — Moura Cavalcanti era o governador de Pernambuco.”

Raiz denotadora de evento delimitado.

- *Buraco*

“A agremiação de Caxias, que contou a história do próprio município, no entanto, teve problemas na evolução e ocorreu um buraco próximo a uma das cabines de (...)”

Raiz denotadora de entidade massiva ou contável? ou de evento delimitado?

- *Catástrofe*

“Por enquanto, não se sabe como foi que a catástrofe aconteceu, porém suas vítimas são cada dia mais numerosas e nem todas estavam preparadas para (...)”

Raiz denotadora de evento delimitado.

- *Crime*

“Ao lembrar o crime que aconteceu por volta de 19h00 do dia 4 de maio de 2002, a promotora Raquel Batista disse a O Norte que os réus irão a júri popular (...)”

Raiz denotadora de evento delimitado.

- *Desânimo* (deverbal por subtração da desin. de infinitivo *-r* e subst. da vogal temática *a*)

“Houve um desânimo geral e muitos saíram nessa ocasião. Só (...) ocorreu com Paulo Sandroni. A ‘caça às bruxas’ intensificou-se após o seqüestro do (...)”

Raiz denotadora de evento delimitado
- *Desastre*

“Na pequena São Francisco de Paula, próximo a serra gaúcha, no final do ano passado ocorreu outro desastre provocado (...)”

Raiz denotadora de evento delimitado.
- *Desvio* (deverbal por subtração da desin. de infinitivo *-r* e subst. da vogal temática *a*)

“A aquisição de um equipamento para identificar desvio de água, prática mais conhecida (...) que identifica com precisão o ponto exato onde ocorreu o desvio.”

Raiz denotadora de evento delimitado.
- *Emboscada* (deverbal do part. pass. de *emboscar*)

“Aluizo disse que trabalha em uma lancha na região onde ocorreu a emboscada contra os trabalhadores e afirmou que tem como provar que no dia do ocorrido (...)”

Raiz denotadora de evento não delimitado.
- *Equívoco*

“Borges disse que ocorreu um equívoco de Rebelo e Renan que fixaram o dia 16 de dezembro para o início da convocação, mas, com início das atividades em (...)”

Raiz denotadora de propriedade.
- *Estresse* (de *estreito*)

“No Vale do Paranapanema e no norte, onde estão Miguelópolis e Barretos, não ocorreu estresse por falta de água, mas há preocupação com o milho e a soja (...)”

Raiz denotadora de propriedade.

- *Estrondo*

“Ocorreu um estrondo enorme. Informados de que as portas do navio tinham caído, fomos então alertados pela tripulação do navio de que para sairmos do (...)”

Raiz denotadora de evento instantâneo.

- *Êxtase*

“Ao final o que Screech colhe de seus argumentos é apenas que Erasmo reconhece que o êxtase ocorre com poucos, que no êxtase não se perde o entendimento do (...)”

Raiz denotadora de evento não delimitado.

- *Milagre*

“A Abadia onde se encontra a Igreja em que aconteceu o milagre foi fundada por São Gude no século VIII e pertencia a Ordem eclesiástica de São Benedito. (...)”

Raiz denotadora de evento delimitado.

- *Pânico* (de Pã, deus dos pastores e dos rebanhos)

“O mais recente pânico em razão de bombas fictícias ocorreu na sexta-feira, quando um avião fretado com destino à Hurghada, no Egito, decolou do aeroporto de (...)”

Raiz denotadora de propriedade.

- *Polêmica*

“Em relação às fraudes, considerou que já ocorreu muita polêmica, especialmente, em relação ao termo ‘pardo’.”

Raiz denotadora de entidade

- *Ruído*

“A qualidade do som de saída também foi muito boa, exceto por uma conversa quando ocorreu um ruído estranho.”

Raiz denotadora de evento não delimitado.

- *Rumor*

“A partir daí ocorreu um rumor generalizado e forte.”
Raiz denotadora de evento não delimitado.

- *Silêncio*

“Apesar da evidente verificação da ausência das referidas armas de destruição em massa no Iraque, ocorreu um silêncio mundial em relação aos massacres que se (...)” Raiz denotadora de evento não delimitado.

- *Sucesso*

“A eficácia da valvoplastia pulmonar foi definida como envolvendo aqueles casos em que ocorreu sucesso imediato e aqueles em que, apesar de não ter havido (...)”

Raiz denotadora de evento instantâneo.

- *Surpresa* (feminino substantivado do part. pass. do verbo *surpreender*)

“Aí aconteceu a surpresa alegre: contaram-me que a dona Clotilde está viva, aos 92 anos. Estar vivo aos 92 anos é espanto, coisa rara.”

Raiz denotadora de evento instantâneo.

- *Tragédia*

“No dia 11 de setembro de 2001 numa tarde tranquila aconteceu uma tragédia no E.U.A com as torres gêmeas. O terrorismo tomou conta da situação com aviões (...)”

Raiz denotadora de evento delimitado.

Campo semântico: eventos coletivos

- *Armistício*

“Porém, o armistício entre seus contendores somente ocorreu na primeira semana de junho deste ano.”

Raiz denotadora de entidade delimitada.

- *Assembléia* (*assieme* (it.) = em conjunto)

“No dia 22 de dezembro ocorreu uma assembléia Geral Extraordinária para comunicação da vinda da Sede da Federação Brasileira de Psicodrama e conseqüentemente (...)”

Raiz denotadora de advérbio.

- *Batalha*

“A batalha aconteceu em vários pontos da margem do rio Cricaré, inclusive no rio Mariricu (variação da palavra Marerike, que quer dizer fortaleza de (...))”

Raiz denotadora de evento não delimitado

- *Cerimônia, cerimonial*

“A cerimônia aconteceu no auditório Aureliano Chaves e contou com a presença de autoridades, empresários e comunidade santa-ritense.”

“O Culto Festivo prosseguiu no pátio anexo à igreja, onde ocorreu o Cerimonial de Lançamento da Urna Histórica. Durante as mensagens da Direção do Centro...”

Raiz denotadora de evento não delimitado

- *Conferência* (com = cum = em conjunto)

“A Conferência teve lugar no dia 19 de Abril de 2005, pelas 15:30 no Auditório 1 da F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa.”

Raiz denotadora de advérbio

- *Congresso* (com = cum = em conjunto)

“Foi um momento marcante na história da Sociedade Brasileira de História da Medicina pois o Congresso ocorreu na primeira Faculdade de Medicina do Brasil e (...)”

Raiz denotadora de advérbio

- *Debate* (deverbal por subtração da desin. de infinitivo -r no verbo *debater*)

“Brasil — Ocorreu ontem o primeiro debate entre os candidatos à presidência da república. A TV Bandeirantes organizou e transmitiu o debate, iniciado às 22 (...)”

Raiz denotadora de evento não delimitado.

■ *Duelo*

“A competição passou a se chamar Corrida Internacional de São Silvestre e, logo na estréia dos estrangeiros, ocorreu um verdadeiro duelo entre o brasileiro (...)”

Raiz denotadora de evento não delimitado.

■ *Empate* (deverbal por subtração da desin. de infinitivo *-r* e subst. da vogal temática *a* no verbo *empatar*)

“Pela primeira vez na história do município, ocorreu empate na eleição para prefeito.”

Raiz denotadora de evento instantâneo.

■ *Evento* (do supino lat. *eventum*)

“O evento ocorreu com sucesso devido ao suporte de diversas pessoas e entidades.”

Raiz denotadora de evento não delimitado.

■ *Festa* (do adj. lat. *festus, a, um* = de festa, festivo)

“Na noite de 18 de maio ocorreu a Festa de Encerramento, com a entrega de medalhas e placas para as melhores jogadoras das equipes, quais sejam Aida (Copa 2) (...)”

Raiz denotadora de propriedade.

■ *Festividade*

“Tanto no Iraque quanto no Líbano, na Arábia Saudita e no Irã, as festividades da Ashura ocorreram em uma atmosfera de tensão entre xiitas e sunitas, (...)”

Raiz denotadora de propriedade.

■ *Festival*

“Nas outras duas noites, o festival aconteceu na Feira Gran Via, lugar onde se realizam feiras de negócios,

uma espécie de Anhembi mais bem equipado e ainda (...)"

Raiz denotadora de propriedade.

■ *Greve* (lugar)

"A mais recente greve ocorreu no final de maio de 1990, durando oito dias e tendo como principal motivo a ameaça de demissão de 3.850 doqueiros e extinção (...)"

Raiz denotadora de entidade delimitada.

■ *Guerra*

"Quando aconteceu a guerra no Iraque dissemos que seria bom isolar e derrotar o fundamentalismo islâmico partindo da solução do problema entre Israel a (...)"

Raiz denotadora de evento não delimitado.

■ *Motim*

"Na primeira, o motim aconteceu na 20ª SDP e durou três horas. A delegacia, que deveria conter apenas 40 presos, estava com 140."

Raiz denotadora de evento não delimitado.

■ *Palestra* (lugar)

"A palestra aconteceu no anfiteatro da universidade, no período noturno e contou com a presença de acadêmicos, professores e profissionais."

Raiz denotadora de entidade delimitada.

■ *Rito, ritual*

"Com isto eles descobrem que todo o ritual ocorreu no outono. Nesta época os celtas festejavam uma festa anterior ao nosso Halloween."

Raiz denotadora de evento não delimitado.

■ *Simpósio* (*sim* = em conjunto)

"A última versão do simpósio aconteceu na África do Sul e o Brasil concorreu com países como o México e

Austrália. A Paraíba conquistou o direito de sediar o (...)"

Raiz denotadora de advérbio

- *Transtorno* (prefixo *trans* = mudança)

"É certo que houve transtorno no cotidiano da autora, que resultou em danos materiais, mas tudo foi fruto de equívoco, sem qualquer repercussão moral em sua (...)"

Raiz denotadora de evento não delimitado.

- *Tumulto*

"Durante essa apresentação, aconteceu o tumulto. O alambrado acabou cedendo e dezenas de fãs foram pisoteados."

Raiz denotadora de evento não delimitado.

5 | EVENTOS VS. INDIVÍDUOS

5.1 INTRODUÇÃO

Embora, como afirmam Casati & Varzi (2006), seja indiscutível que a fala comum se refira explicitamente a eventos e quantifique sobre os mesmos, não é igualmente indiscutível o estatuto ontológico dos eventos, principalmente no que diz respeito à propriedade de ser lingüisticamente denotáveis, através de nomes comuns e de nomes próprios.

Deixando de lado a parte ontológica, por ter sido já abordada no capítulo anterior, trataremos neste capítulo da categoria nominal que são os nomes de eventos.

Antes de mais nada, devemos salientar que a expressão *nomes de eventos* não estabelece um paralelo semântico com outras categorias nominais consagradas como, por exemplo, *nomes comuns*, *nomes próprios*, *nomes concretos*, *nomes abstratos*, etc., mas, antes, a expressão *nomes de eventos* seria análoga a categorias do tipo: *nomes de indivíduos*, *nomes de qualidades*, etc.

Com base no que foi dito, a análise comparativa pode ser feita entre nomes de eventos e nomes de indivíduos e não entre nomes de eventos e nomes próprios ou comuns ou concretos ou abstratos, etc.

Outro esclarecimento necessário diz respeito à adoção do termo *eventivo* em alternância à expressão *de evento* feita por muitos lingüistas da atualidade. O adjetivo *eventivo* não corresponde biunivocamente à expressão *de evento*, porque o sufixo *-(t)ivo* normalmente encontra-se anexado a radicais de natureza preposicional ou de natureza verbal e forma com esses últimos adjetivos, cujo significado corresponde aproximadamente a *que faz alguma coisa*. Por exemplo: *cansativo* = que cansa; *construtivo* = que constrói; *perceptivo* = que percebe, etc. Entretanto, o radical *event-* não é nem de natureza preposicional e nem de natureza verbal, portanto não se insere na regra de formação morfológica supracitada. Essa inadequação, porém, não é pre-

rrogativa do adjetivo *eventivo* e diz respeito a todos aqueles atributos das categorias nominais que pretendem referir-se não ao nome, mas à coisa por ele nomeada (*coletivo, concreto, abstrato*, etc.).

No caso do adjetivo *abstrato*, o adjetivo não se refere nem ao nome e nem à coisa nomeada. Não se refere ao nome, porque, se assim fosse, todos os nomes deveriam ser apelidados de *abstratos*, e não se refere à coisa, porque há coisas incorpóreas (que não operam diretamente com a realidade sensível) e, portanto, abstratas, cujo nome não é abstrato (Deus, anjo, etc). Falaremos disso no capítulo seguinte.

Feitos esses esclarecimentos, podemos passar a analisar os *nomes de eventos* para tentar desvendar em quais das categorias gramaticais consagradas poderiam ser incluídos.

5.2 O NÚMERO E O GÊNERO NOS NOMES DE EVENTOS

Quanto ao gênero, não há muito o que se dizer, pois existem nomes de eventos que são masculinos (*nascimento, alagamento, vôo*, etc.), assim como existem nomes de eventos que são femininos (*construção, contenção, amamentação*, etc.).

Já quanto ao número, não nos parece que o assunto seja igualmente isento de discussão. A quantificação sobre os nomes de eventos nem sempre é possível. Pense-se no caso de palavras como *contenção* ou *amamentação*. Expressões como *três contenções* ou *três amamentações* não são tão frequentes. Essa constatação levaria a concluir que os nomes de eventos, assim como os nomes abstratos de qualidades, que também são nomes derivados, talvez não sejam contáveis.

5.3 NOMES DE EVENTOS: COMUNS OU PRÓPRIOS?

Existe certa oscilação entre a interpretação de um nome como próprio ou como nome de evento. Isso porque al-

Através de uma rápida pesquisa com o motor de buscas Google em páginas Web no Brasil, constatamos que a palavra contenção (no sentido de processo) aparece no singular em 523.000 ocorrências contra 18.500 no plural, todas no sentido de resultado e não de processo. Amamentação traz 1.380.000 ocorrências contra apenas 523 do plural.

guns nomes de eventos dificilmente seriam classificados como indicando primordialmente o caráter único, singular, da entidade referenciada – característica típica dos nomes próprios. É o caso de *trovoada*, *atropelamento*, *explosão*. Por outro lado, alguns eventos são ou podem ser indicados na forma de expressões definidas, característica que Frege interpretaria como indicadora de nomes próprios. É o caso de *Big Bang*, *Guerra Fria*, *Primeira Glaciação*. Além de poderem saturar a posição de sujeito e o papel temático de agente, esses nomes tomam parte em descrições definidas (assim, pode-se dizer: *a Guerra Fria*, *o Big Bang*, *etc.*) e não podem ser pluralizados (**Os Big Bangs*, *etc.*).

Os nomes de eventos (*nascimento*, *construção*, *vôo*, *etc.*) cumprem funções predicativas assim como os nomes comuns que, nos dizeres de Mill (2006), podem ser afirmados, em um mesmo sentido, de muitos indivíduos. Entretanto, quando recebem argumentos cumprindo função predicativa, os nomes de eventos se parecem com os nomes singulares ou próprios, que podem ser verdadeiramente afirmados, em um mesmo sentido, de uma única coisa. Por exemplo, a palavra *nascimento* pode ser predicada de muitos eventos, mas expressões como *O nascimento de João*, não. Outros, como *a corrida de São Silvestre* ou *o festival de Sanremo* só podem ser predicadas de um único evento em termos da *Gestalt* global (lugar, propósito, *etc.*), mas repetem-se periodicamente e, assim, evidentemente não são únicos. Aliás, é justamente pelo fato de não serem únicos que se estabeleceram enquanto eventos tradicionais.

Entretanto devemos salientar que, além das descrições definidas, existem também nomes próprios de evento que são isolados, como, por exemplo, os nomes de eventos religiosos (*Natal*, *Páscoa*, *etc.*) ou não (como *Carnaval*).

Resta saber se as descrições definidas envolvendo eventos poderiam ser substituídas por nomes ou se os nomes próprios de eventos poderiam ser substituídos por expressões definidas ou, ainda, se expressões definidas poderiam ser substituídas por outras expressões definidas. Tomando como exemplo o nome próprio de evento *Natal*, pode-se dizer que o mesmo poderia ser substituído pela expressão *O nascimento de Cristo* e esta expressão, por sua vez, poderia ser substituída pela expressão *A maior festa da comunidade*

cristã. Nas três formas o significado permaneceria inalterado.

Mas será que tudo o que diz respeito aos nomes de entidades, diz respeito também aos nomes de eventos? Em que medida pode-se fazer essa distinção entre nome comum e nome singular, em se tratando de eventos?

Em que medida pode-se dizer que um nome comum de evento pode ser afirmado de um número indefinido de eventos e que um nome singular de evento pode ser afirmado de um único evento? Exemplificando: podemos dizer que o nome comum *nascimento* pode ser afirmado de um número indefinido de nascimentos da mesma forma que dizemos que o nome comum *gato* pode ser afirmado de um número indefinido de gatos?

E ainda: é possível falarmos em conjunto de nascimentos, assim como falamos em conjunto de gatos? Sabendo que o que faz com que uma entidade receba o nome de *gato* é um conjunto de propriedades inerentes que ela compartilha com uma infinidade de outras entidades e que o que faz com que um determinado gato *o gato Félix* — por exemplo — seja identificado como tal é um conjunto de propriedades peculiares que ele não compartilha com nenhum outro gato, ou, mais globalmente, com nenhum outro ser. Daí, perguntamos: Quais seriam as propriedades inerentes que fazem com que um conjunto de eventos receba um determinado nome? Quais seriam as propriedades peculiares que tornam um evento único?

De um ponto de vista sintático, os nomes de eventos têm um comportamento análogo aos nomes de entidades Parsons (1990), podendo receber artigos, modificadores, quantificadores, etc.; no entanto, de um ponto de vista semântico, não parecem ser igualmente óbvias as propriedades que fazem com que dois ou mais eventos recebam um mesmo nome.

No caso do nome *nascimento*, por exemplo, o que um nascimento tem de igual ou semelhante a outro para que ambos recebam o mesmo nome? Para os cognitivistas, que são os que mais se preocupam em detectar as características relevantes para uma conceitualização, os eventos são um composto de elementos heterogêneos, como indivíduos, tempo, espaço e “energia mobilizada”.

Aplicando o que acabamos de dizer ao evento *nascimento*, podemos inferir que os indivíduos em questão devem necessariamente ser uma mãe, um bebê, um lugar e um período de tempo e possivelmente um obstetra, um anestesista, etc. Considerando que os elementos necessários são a mãe, o bebê, o lugar e o tempo e que esses elementos são quase sempre diferentes (parcial ou totalmente) entre um nascimento e outro, o que faz com que um nascimento seja suficientemente igual a outro para que receba um mesmo nome?

5.4 NOMES CONCRETOS OU ABSTRATOS?

Segundo Kleiber (1994), lingüista francês, a distinção abstrato / concreto, assim como a distinção animado / inanimado, diz respeito ao referente e não ao nome em si. No entender desse autor, se não houvesse discordância entre os possíveis empregos do nome não haveria problema algum. O problema surge quando um mesmo nome pode ser empregado tanto para um referente concreto, quanto para um referente abstrato. Não querendo adentrar neste assunto por fugir do foco deste trabalho, queremos apenas destacar, na fala desse autor, a parte em que ele diz que a distinção concreto / abstrato diz respeito ao referente e não ao nome em si, porque esse constitui um argumento para justificar o julgamento de inadequação deste atributo de que trataremos mais adiante.

Outro argumento a favor da inadequação encontra-se no texto de Senna (1998). Em seu texto, lê-se:

o substantivo abstrato é quase uma licença dentro da gramática, constituindo nada mais do que uma classe de vocábulos derivados de verbos e adjetivos ou até mesmo de outros substantivos. Esta nomenclatura, aliás, costuma trazer muita confusão, pois não raramente costuma-se confundir substantivo abstrato com objetos não concretos da realidade, tais como sonho, Deus, saci-pereré e muitos outros. A confusão proce-

de até certo ponto, porque o termo substantivo abstrato refere-se muito mais a uma classe semântica, do que a uma classe gramatical que participa de propriedades sintáticas dos substantivos e dos verbos. Tanto mais, porque a distinção entre abstrato e concreto não sugere, em hipótese alguma, existir uma sub-classe de substantivos diferentes dos demais, permanecendo, assim, como um caso a mais dentro da classe dos substantivos.

Daí destacamos dois pontos: aquele em que consta que o substantivo abstrato constitui *uma classe de vocábulos derivados de verbos e adjetivos ou até mesmo de outros substantivos* e aquele em que consta que *o termo “substantivo abstrato” refere-se muito mais a uma classe semântica do que a uma classe gramatical que participa de propriedades sintáticas dos substantivos e dos verbos.*

Destacamos o primeiro ponto porque isso nos permite agregar os nomes de eventos aos nomes abstratos, por serem de derivação verbal.

Destacamos o segundo ponto, porque, analogamente ao que foi dito em relação aos substantivos abstratos, os nomes de eventos referem-se muito mais a uma classe semântica do que a uma classe gramatical.

5.5 NOMES DE EVENTOS VS. NOMES COLETIVOS

Outra categoria de nomes que têm algo em comum com a dos nomes de eventos é a dos nomes coletivos genéricos. São *coletivos genéricos* os nomes comuns transitivos que normalmente são complementados por um nome de indivíduo plural. Exemplos: *grupo de alunos, classe de palavras, coleção de brinquedos, série de livros*, etc.

Analogamente aos nomes coletivos genéricos, os nomes de eventos também são transitivos, pedindo um argumento para formarem expressões saturadas. Entretanto, diferentemente dos argumentos internos dos coletivos genéricos, que são sempre nomes plurais, os argumentos dos no-

Como foi mostrado no capítulo anterior, grande parte dos nomes de eventos são morfológica ou semanticamente de derivação verbal. Baste relembrar nomes como, por exemplo: nascimento, construção, vôo, assembléia (reunião), desastre (acontecimento), pânico (sentimento), etc.

mes de eventos podem encontrar-se também no singular.
Exemplos: *o nascimento de João, a produção de cana-de-açúcar,
o surgimento de uma estrela, etc.*

6 | NOMES ABSTRATOS

6.1 INTRODUÇÃO

Os termos *concreto* e *abstrato* foram um dia acoplados ao termo *nome* e não *substantivo*. Somente em época mais recente é que foram adotados para qualificar uma parte da classe gramatical dos substantivos (Damourette & Pichon (1939)). Dessa forma, foram excluídos dessa qualificação os adjetivos, que também fazem parte da classe nominal.

Atualmente, na taxonomia nominal encontrada nas gramáticas mais conhecidas, a dicotomia concreto / abstrato é contemplada em seu aspecto semântico, mais raramente em seu aspecto morfológico e quase nunca em seu aspecto sintático.

Do ponto de vista semântico, os substantivos são comumente classificados **concretos** quando designam ou denotam seres *de existência independente* (Bechara (1987)), *seres propriamente ditos* (Cunha (1985)), *seres materiais ou espirituais, reais ou fictícios* (Luft (1987)). São classificados *abstratos* quando designam *ações(...), estado e qualidade (...), considerados fora dos seres, como se tivessem existência individual* (Bechara (1987)), *noções, ações, estados e qualidades, considerados como seres* (Cunha (1985)), *qualidades ou ações "abstraídas" dos seres que as possuem ou executam* (Luft (1987)) ou, ainda, *uma essência ou qualidade separada de seu sujeito* (Jolivet (1982)).

O primeiro problema com que nos confrontamos é que, dessa forma, cria-se uma discrepância entre o modo como são usados esses atributos (*concreto* e *abstrato*) e o modo como são usados os outros atributos (*masculino, feminino, singular, plural, derivado, composto, etc.*), que normalmente acompanham os substantivos. Os atributos *concreto* e *abstrato*, diferentemente dos outros, parecem dizer respeito à coisa referida e não ao tipo de nome.

O segundo problema procede do primeiro, porque, se o atributo for da coisa e não do nome, então se incorre na

Dentre outros indícios das diferenças na formação da classe dicotômica concreto / abstrato está o fato de que nas línguas indo-européias não se encontram marcações gramaticais específicas dessas qualidades.

necessidade de avaliar o estatuto ontológico da coisa em questão e, como a concepção de uma entidade varia conforme as crenças e as ideologias, é muito difícil se chegar a um consenso.

Não há dúvida de que o aspecto semântico é importante, mas é também verdade que, não salientando os aspectos morfológicos e sintáticos, mais evidentes do que o anterior, ficamos freqüentemente em dúvida na hora de nos pronunciarmos a respeito da natureza material ou imaterial dos objetos designados ou referidos pelos nomes concretos e abstratos, esbarrando, muitas vezes, até em questões lingüísticas que despertam outras de cunho religioso: *Deus* é concreto ou abstrato?

Por outro lado, embora os aspectos morfológicos e sintáticos apresentem um maior grau de comprovabilidade, nem sempre conseguem dirimir todas as dúvidas e deixar clara a distinção entre essas duas classes nominais, quando mais se se considera a ausência de marcação específica destes nomes, como vimos acima.

Para Ockham (1999), nomes como *povo* ou *plebe*, que referem mais de um indivíduo, são nomes abstratos. Substantivos como esses, que no PB são classificados como *coletivos*, derivam normalmente de outros substantivos.

Portanto, recapitulando, *nomes de qualidades* derivariam de adjetivos, *nomes de ações* (ou de *eventos*, querendo usar a atual terminologia de semanticistas como, por exemplo, Parsons (1990)) e *nomes de estados* derivariam de verbos e *nomes coletivos* derivariam de substantivos.

6.2 ASPECTOS MORFOLÓGICOS E SINTÁTICOS

A estrutura morfológica dos nomes derivados é constituída de um radical e de um ou mais afixos. O radical pode ser de natureza adjetival, verbal ou substantival. Os afixos são variados. Alguns são selecionados pela língua para realizar nominalizações, outros verbalizações, outros adjetivações.

A derivação verbal pode ser também regressiva, isto é, o substantivo pode ser obtido pela subtração da desinência

de infinitivo e pela substituição da vogal temática (Como *canta-r* / *cant-o*).

Entretanto, existem também substantivos de ação ou estado que não são, do ponto de vista morfológico, derivados de verbos. Tais substantivos, porém, respondem positivamente ao mesmo teste daqueles derivados. Trata-se do teste proposto por Parsons (1990) para detectar os nomes de eventos. Em semântica, são chamados de *nomes de eventos* os substantivos de ações ou de estados. Segundo Parsons, tais substantivos podem ser selecionados como sujeitos por verbos do tipo *ocorrer*, *acontecer*, *haver*. Exemplos:

- Nome deverbal: *nascimento* (nasc-i-mento).
- Nome não deverbal: *festa*.

Entretanto, uma sistematização dos nomes abstratos engendrada na derivação, que contemplasse uma subdivisão em nomes abstratos de qualidade de derivação adjetival, nomes abstratos de eventos de derivação verbal e nomes abstratos coletivos de derivação substantival, incorreria em alguns problemas, que serão listados a seguir:

- A derivação adjetival deixaria de fora os nomes de qualidade que não derivam de adjetivos, como, por exemplo: *amor*, *ódio*, *vida*, *glória*, *medo*, etc.

Alguns desses nomes, porém, talvez possam ser inseridos na lista dos nomes de ação. Haveria dois argumentos para isso:

- *ódio* deriva de *odiar* por regressão;
- *ódio* é selecionado por verbos do tipo *haver*¹.
- A derivação substantival não contemplaria nomes classificados atualmente como *coletivos* que não são derivados. Entre esses os genéricos, que são aqueles que precisam de complemento, como, por exemplo: *grupo de...*, *bando de...*, *pilha de...*, *coleção de...*, *monte de...*, etc.

¹ Eis uma das 8.750 citações encontradas pelo Google com a expressão *há* + *ódio*: “Núncio na Nigéria: Não **há ódio** específico contra os católicos.”

6.3 NOMES ABSTRATOS DE QUALIDADES

Na formação de nomes de qualidades, os sufixos que se ligam a um radical adjetival são vários, assim como são vários os substantivos de qualidades que parecem ter servido de modelo para a formação de novos substantivos de qualidade de derivação adjetival. Substantivos como esses são normalmente encontrados em dicionários de latim, em que também se encontram muitos dos adjetivos que serviram de base para a sucessiva formação de novos substantivos de qualidades.

A seguir são elencados alguns dos substantivos que podem ter servido de modelo:

- caridade (*caritate*), piedade (*pietate*), vaidade (*vanitate*), virtude (*virtute*), vontade (*voluntate*).
- amor (*amore*), ardor (*ardore*), candor (*candore*), esplendor (*splendore*), rancor (*rancore*).
- ambição (*ambitione*), atenção (*attentione*), perdição (*perditione*), superstição (*superstitione*).
- melodia (*melodia*), misericórdia (*miserecordia*).
- harmonia (*harmonía* gr.), ignomínia (*ignominia*), parcimônia (*parcimonia*).
- volúpia (*volupia*).
- glória (*gloria*), memória (*memoria*).
- cobiça (*cupiditia*), consciência (*conscientia*), estultícia (*stultitia*), malícia (*malitia*), preguiça (*pigritia*), tristeza (*tristitia*).
- gáudio (*gaudiu*), ócio (*otiu*), vício (*vitiu*), vitupério (*vituperiu*).
- afeto (*affectu*), escrúpulo (*scrupulu*).
- crime (*crimen*), vexame (*vexamen*).

Entre os sufixos nominalizadores mais produtivos na língua portuguesa encontram-se : *-dade*, *-ez*, *-eza*, *-ia*, *-ice* (mais recente).

Exemplos de nomes de qualidades com base adjetival que terminam em:

- *-dade*: *agilidade* (*ágil*), *crueldade* (*cruel*), *fidelidade* (*fiel*), *igualdade* (*igual*), *lealdade* (*leal*), *ruindade* (*ruim*), *vildade* (*vil*), etc.
- *-ez*: *acidez* (*ácido*), *escassez* (*escasso*), *estupidez* (*estúpido*), *lucidez* (*lúcido*), *liquidez* (*líquido*), *maciez* (*macio*), *morbiddez* (*mórbido*), etc.
- *-eza*: *beleza* (*belo*), *esperteza* (*esperto*), *estranheza* (*estranho*), *franqueza* (*franco*), *leveza* (*leve*), *limpeza* (*limpo*), *nobreza* (*nobre*), etc.
- *-ia*: *argúcia* (*arguto*), *astúcia* (*astuto*), *audácia* (*audaz*), *estultícia* (*estulto*), *paciência* (*paciente*), *perfidia* (*pérfido*), *soberbia* (*soberbo*), etc.

Os nomes de qualidades terminados em *-ice* são formados, geralmente, a partir de uma base adjetival: *bobice*, *fofice*, *tolice*, *chatice*, *doidice*, *gaguice*, *lerdice*, *parvice*, *sandice*, *tontice*, *velhice*, *viuvice*, *babosice*, *bicudice*, *birutice*, *cafonice*, *denguice*, *fajutice*, *gulosice*, *idiotice*, *imundice*, *meiguice*, *safadice*, *tarelice*, *credulice*, *cretinice*, *estultice*, *maluquice*, *peraltice*, *pedantice*, *fidalglice*, *sofreguice*, *esquisitice*, *malcriadice*, *politiquice*, *charlatanice*, *bisbilhotice*, *malandrinice*, *estapafurdice*.

Os nomes de qualidades que terminam em *-ia*, mas principalmente em *-io* e em *-ar* (*pesar*), *-er* (*prazer*), *-or*(*amor*) e em *-ur* (*glamour*), são substantivos primitivos, cujo radical serve de base para a formação de adjetivos terminados em *-oso*: *ócio* – *ocioso*; *pesar* – *pesaroso*; *prazer* – *prazeroso*; *amor* – *amoroso*; *glamour* – *glamouroso*.

6.4 BACKGROUND

6.4.1 A herança de Aristóteles em Ockham

Na Idade Média, Ockham (1999), em seu texto *A lógica dos termos*, distingue os nomes concretos dos nomes abs-

tratos, primeiramente quanto à forma e depois quanto ao conteúdo.

Quanto à forma: os nomes concretos e os nomes abstratos têm uma raiz comum, mas uma terminação diferente; os nomes concretos têm menos sílabas do que os abstratos correlativos; os nomes concretos são muitas vezes adjetivos, enquanto os nomes abstratos, substantivos. Exemplos:

- o nome concreto *justo* é um adjetivo de duas sílabas que tem a raiz *just-* e a terminação *-o*, que é um morfema de gênero;
- o nome abstrato *justiça* é um substantivo de três sílabas que tem a raiz *just-* e a terminação *-iça*, que é um sufixo formador de substantivos.

Quanto ao conteúdo, às vezes, a coisa pressuposta pelo nome concreto é diferente da coisa pressuposta pelo nome abstrato: o nome concreto *justo* pressupõe *homem* e o nome abstrato *justiça* pressupõe pela *qualidade*. É o homem que é justo e não a justiça.

Entretanto — acrescenta o filósofo —, as diferenças existentes entre esses nomes não são categóricas, pois um mesmo nome pode ser ora concreto ora abstrato, dependendo do tipo de relação que estabelece.

Outras vezes — aponta o autor —, os nomes concretos e os nomes abstratos podem ser sinônimos em sentido amplo. São sinônimos em sentido amplo aqueles nomes que de fato significam a mesma coisa e sinônimos em sentido estreito aqueles nomes que são usados como se significassem a mesma coisa (p. 130).

Existem também nomes concretos e abstratos que incluem sincategoremas ou determinações adverbiais, que equivalem a muitas expressões. Entretanto, não somente os abstratos mas também os concretos podem equivaler a muitas expressões.

Por fim, Ockham cita um tipo de nomes concretos e abstratos em que os nomes abstratos pressupõem muitas coisas tomadas simultaneamente e os nomes concretos somente uma: *povo* e *popular*, *plebe* e *plebeu*, etc. De fato, um homem pode ser popular e plebeu, mas não pode ser povo ou plebe (p. 145).

O fato de o nome concreto e o nome abstrato pressuporem coisas distintas torna impossível a predicação de um pelo outro.

Comentário

As diferenças apontadas por Ockham (1999) são de natureza morfológica, de natureza sintática e de natureza semântica.

Do ponto de vista morfológico, diz o filósofo, os nomes concretos têm menos sílabas do que os abstratos. Isso provavelmente deve-se ao fato de tais nomes terem, em sua composição, morfemas da mesma natureza e com o mesmo número de fonemas e morfemas de natureza diferente e com número de fonemas diferente. Da mesma natureza é a raiz; de natureza diferente são suas terminações. O nome concreto termina com um morfema de natureza flexional (*-o* em *justo*) e o nome abstrato com um morfema de natureza derivacional (*-iça* em *justiça*).

Poder-se-ia objetar que, no PB e em tantas outras línguas, além de existirem nomes concretos com um número menor de sílabas que os abstratos correspondentes (*justo* – *justiça*), existem também nomes abstratos que têm menos sílabas (*preguiça* – *preguiçoso*) e nomes abstratos que têm o mesmo número de sílabas (*inteligente* – *inteligência*) que os concretos. Entretanto, não podemos esquecer que a língua em que Ockham escrevia era o Latim. Nessa língua, o nome abstrato que correspondia a *preguiça* era *preguitia* e o nome concreto que correspondia a *preguiçoso* era *piger*; assim como o nome abstrato que correspondia a *inteligência* era *intelligentia* e o nome concreto que correspondia a *inteligente* era *intelligens*. Nos dois casos, portanto, os nomes concretos tinham um número menor de sílabas de os abstratos correspondentes.

O que parece permanecer distintivo entre as duas classes de nomes é a natureza derivacional do sufixo dos nomes abstratos em relação à terminação dos nomes concretos. Mas isso não deve ocultar o fato de que, aplicadas às línguas de morfologia flexional, as asserções de Ockham sobre a diferenciação entre concreto e abstrato baseada em extensões silábicas só poderia funcionar num número reduzido e aparentemente fortuito de casos.

Do ponto de vista sintático, as diferenças apontadas pelo pensador dizem respeito ao fato de os nomes concretos serem, muitas vezes, adjetivos e os nomes abstratos, substantivos. Porém, isso ocorre mais freqüentemente quando

os nomes concretos e abstratos significam coisas diferentes, porque nos casos de sinonímia, alguns dos nomes sinônimos obedecem a essa distinção, enquanto outros não. Em alguns dos exemplos citados (*Deus – deidade, homem – humanidade, animal – animalidade; múltiplos – multiplicidade; figura – figurado; pai – paternidade, causa – causalidade*), não somente o nome abstrato como também o nome concreto são substantivos.

O mais interessante não diz respeito às propriedades morfológicas, mas às semânticas: trata-se do fato de os substantivos *coletivos* terem sido classificados como termos abstratos, porque isso contradiz a classificação atualmente em vigor.

6.4.2 A natureza sintática dos nomes abstratos

Em sua obra *Elementos de Filosofia*, Hobbes (2005) distingue: nomes positivos de nomes negativos; nomes comuns de nomes próprios; nomes da primeira intenção de nomes da segunda intenção; nomes de significação certa e determinada de nomes de significação incerta e indeterminada; nomes unívocos de nomes equívocos; nomes absolutos de nomes relativos; nomes simples de nomes compostos e de nomes ainda mais compostos.

Mas, enquanto as distinções enumeradas acima se encontram no capítulo sobre os nomes, a distinção ente nomes concretos e nomes abstratos Hobbes a coloca no capítulo III, que trata da proposição, pois os nomes abstratos, procedendo da cópula, “só podem ocorrer onde há afirmação”.

O pensador sustenta que uma proposição consiste de dois nomes acoplados, por meio da qual aquele que fala significa que concebe o último nome como nomeando a mesma coisa nomeada pelo primeiro.

Exemplos de proposições:

- *homem é uma criatura viva;*
- *homem caminha = (homem está caminhando);*
- *homem uma criatura viva.*

O primeiro nome dessas proposições é chamado de *sujeito*, de *antecedente* ou de *nome abrangido*.

O signo de conexão, no primeiro exemplo é a palavra é; no segundo exemplo é a terminação de uma palavra; e no último exemplo é a própria ordem dos nomes que mostra sua conexão.

O último nome dessas proposições é chamado de *predicado, conseqüente* ou de *nome abrangente*.

O sujeito e o predicado evocariam em nossa mente uma mesma coisa.

A cópula nos induziria a buscar na própria coisa o que é ser uma coisa: ser um corpo, ser móvel ou ser quente, etc.

No entender de Hobbes, *concreto* seria o nome de uma coisa que existe e é o sujeito; *abstrato* seria aquilo que, em um sujeito, denota a causa do nome concreto. Alguns exemplos: ser um corpo (ou corporeidade), ser móvel (ou mobilidade), ser quente (ou calor).

6.4.3 Idéias distintas, nomes distintos: John Locke

Para Locke (1689), nomes distintos mostram idéias distintas. Pela observação, podemos perceber que nossas idéias simples têm todos os nomes abstratos e todos os nomes concretos. Na língua dos gramáticos, os primeiros são substantivos e os segundos são adjetivos: *brancura, branco; doçura, doce*; etc. O mesmo também vale para as idéias de modos e relações: *justiça, justo; igualdade, igual*; etc.

Entretanto, alguns dos nomes concretos de relações entre homens são substantivos: *paternidade, pai* (*pater* em latim).

Diz Locke que, embora as escolas tenham introduzido nomes como *animalidade, humanidade, corporeidade* e alguns outros, nós temos muito poucos ou nenhum nome abstrato para nossas idéias de substâncias.

Seria possível objetar que *humanidade* era uma palavra de uso comum entre os romanos, mas o era em um sentido muito diferente — assevera Locke —, era o nome abstrato de um modo e de seu concreto *humanus*, e não de *homo* e não vigorava pela essência abstrata de uma substância.

Comentário

Segundo Locke, nomes abstratos derivados de substantivos (*humanidade – homem*) constituem uma exceção, pois são muito poucos em relação aos nomes de substâncias existentes e são usados apenas por eruditos.

Parece tratar-se dos mesmos nomes citados por Ockham (1999), em *Lógica dos Termos*, nomes concretos e abstratos que incluem sincategoremas ou determinações adverbiais,

isto é, nomes que equivalem a muitas expressões proferidas juntamente ou através de verbo e cópula (*humanidade* ou *ser-homem*).

De fato, a regra de formação desse nomes não é muito produtiva no âmbito da língua portuguesa, assim como de outras línguas românicas. Se o fosse, teríamos outros nomes abstratos desse tipo, como, por exemplo, *plantidade* (*ser-planta*), *agüidade* (*ser-água*), etc., mas não é isso o que ocorre. O problema, aqui, não é de *concepção*, pois é possível conceber por “plantidade” uma espécie de “essência de planta”; o problema é de repertório lingüístico, pois a língua não realiza essa escolha vocabular.

Por outro lado, devemos ressaltar que, no caso do nome abstrato *humanidade*, como o próprio Locke (1689) afirma, o concreto correspondente poderia ser *humano* e não *homem*, assim como o concreto de *animalidade* poderia ser *animal* adjetivo e não *animal* substantivo e o concreto de *equinidade*, *equino* adjetivo e não *equus* substantivo.

6.4.4 Leibniz discute Locke

Leibniz (1981) especifica que ele usa as palavras *concreto* e *abstrato* na acepção herdada dos escolásticos e lamenta que Locke tenha introduzido o hábito de aplicar a expressão *nome abstrato* não apenas aos nomes de atributos, mas a todos os nomes em geral que resultam de abstração ou de generalização. Pois, em consequência disso, os nomes de atributos foram privados de uma denominação distintiva.

No livro III do *Novo Ensaio sobre o Entendimento*, que é escrito na forma de diálogo, o autor fala, entre outras coisas, dos termos abstratos e concretos. Na voz do primeiro interlocutor, Leibniz repete o que Locke havia já dito, em sua obra homônima, a saber, os termos são abstratos ou concretos; as idéias abstratas são distintas, de modo que de duas uma nunca pode ser a outra; a mente percebe intuitivamente que a diferença existente entre as idéias abstratas não permite que de duas idéias uma possa ser afirmada da outra, de maneira que afirmações como *humanidade é animalidade* ou *humanidade é racionalidade* são percebidas imediata e indiscutivelmente como sendo falsas. Na voz do segundo interlocutor, Leibniz (1981) questiona essa afirmação, di-

zendo que há termos abstratos que de dois um pode ser asseverado do outro: *a equidade é uma virtude, a equidade é uma disposição, a equidade é uma qualidade, a equidade é um acidente.*

Segundo ele, há dois tipos de termos abstratos: os lógicos e os reais (*real* vem do Latim *res = coisa*).

Termos abstratos reais são qualidades: essências, partes de uma essência ou acidentes. Termo abstrato real é algo que é adicionado a uma substância em uma predicação. Por exemplo, é termo abstrato real *sábio* na afirmação *este homem é sábio*.

Termos abstratos lógicos são predicções reduzidas a termos únicos: *ser-homem, ser-animal, etc.*

Enquanto os termos abstratos lógicos podem ser asseverados um do outro — *ser homem é ser animal* —, os termos abstratos reais não podem ser asseverados um do outro, de maneira que não é possível se asseverar *humanidade é animalidade*.

A explicação que Leibniz oferece para o fato é que *humanidade* é a essência inteira do homem, enquanto *animalidade* é somente uma parte dessa essência.

Entretanto, acrescenta, essas essências abstratas incompletas, sendo significadas por termos abstratos reais, têm igualmente seus gêneros e espécies; estes, que são também expressos por termos abstratos reais (*equidade, virtude, etc.*), podem ser predicados um de outro, como foi visto nos exemplos acima.

Comentário

Diz Leibniz que os termos abstratos lógicos são predicções reduzidas a termos únicos, que podem ser predicados um do outro (*ser-homem é ser-animal*). Diz também que o mesmo não ocorre com os termos abstratos reais (*humanidade é animalidade*).

Restaria saber se é possível afirmar um termo abstrato real de um termo abstrato lógico ou vice-versa, isto é: *ser-homem é animalidade* ou *animalidade é ser-homem*; *ser-animal é humanidade* ou *humanidade é ser-animal*. Ou, então: *humanidade é ser-homem* ou *ser-homem é humanidade*; *animalidade é ser-animal*; ou *ser-animal é animalidade*.

Todos parecem, à primeira vista, inaceitáveis, inclusive os últimos quatro em que se afirma um termo abstrato lógico do termo abstrato real correspondente e vice-versa.

Entretanto, considerando *humanidade* o termo abstrato do concreto *humanus* (e não de *homo*, como assevera Locke) e *animalidade* do concreto *animal*(adjetivo), as coisas parecem mudar de figura.

Enquanto os primeiros quatro exemplos parecem continuar inaceitáveis, os últimos quatro tornar-se-iam perfeitamente plausíveis: *humanidade é ser-humano* ou *ser-humano é humanidade*; *animalidade é ser-animal*(adj.) ou *ser-animal*(adj.) *é animalidade*.

Assim sendo, a impossibilidade de se asseverar *humanidade é animalidade* não deveria ser imputada, como sustenta o pensador de Leipzig, ao fato de que *humanidade* é a essência inteira do homem enquanto *animalidade* é somente uma parte dessa essência, mas, como diz Locke, ao desatino de se querer abstrair essências reais daquelas substâncias de que nós sabemos não ter idéia nenhuma.

6.4.5 A contribuição de John Stuart Mill

No parágrafo 4 do artigo *Of names*, Mill (2006) afirma que “um nome concreto é um nome que está para uma coisa; um nome abstrato é um nome que está para um atributo de uma coisa”.

Como exemplos de nomes que estão para coisas, o autor apresenta um nome próprio (*John*), um nome comum precedido de artigo (*o mar*) e um nome comum precedido de demonstrativo (*esta mesa*). Como exemplo de nomes de muitas coisas, os nomes nus *branco*, *homem* e *velho*.

Como exemplos de nomes de atributos dessas coisas, os nomes *brancura*, que é qualidade ou atributo das coisas brancas, e os nomes *humanidade* e *velhice*, que são atributos, respectivamente, das coisas denominadas *homem* e das coisas denominadas *velho*.

Em termos lógicos, Mill (2006) entende por *abstrato* o oposto de *concreto*, por *nome abstrato* o nome de um atributo e por *nome concreto* o nome de um objeto.

Enquanto alguns dos nomes abstratos são incluídos pelo filósofo na classe dos nomes gerais, outros ele prefere

considerá-los nem gerais nem singulares e colocá-los em uma classe separada.

Entre os primeiros encontram-se os nomes de classes de atributos e não de um atributo único e definido como, por exemplo, a palavra *cor*, que é um nome comum a *brancura*, *vermelhidão*, etc.; a palavra *brancura*, que se aplica de maneira uniforme a diferentes gradações de *brancura*; *magnitude*, que se aplica a vários graus de *magnitude*; *peso*, a vários graus de *peso*.

Entre aqueles que Mill (2006) colocaria em uma classe separada encontram-se os nomes que designam apenas um atributo invariável em grau ou em tipo, como, por exemplo: *visibilidade*, *tangibilidade*, *igualdade*, *brancura láctea*, etc.

O autor considera que adjetivos como *branco* pertencem à classe dos nomes concretos, porque quando tal palavra é empregada em seu uso principal, ou seja, na predicação, ela não é o nome de um atributo, mas o nome de todo objeto branco: a neve é branca, o leite é branco, etc. Por outro lado, o que se afirma ser *brancura* não é a neve, mas a *cor* da neve. Portanto, *brancura* é o nome da cor e *branco* é o nome de todo objeto branco e não da qualidade *brancura*, mesmo esta fazendo parte da sua significação.

Para Mill, têm alguma significação todos os nomes que aplicados a um indivíduo nos fornecem alguma informação a respeito desse indivíduo, que implicam em um atributo de algum tipo e não os nomes do atributo, pois esses têm seus próprios nomes abstratos.

Hobbes vs. Mill

Hobbes (2005) assim define uma proposição: *consiste de dois nomes acoplados, por meio da qual aquele que fala significa que concebe o último nome como nomeando a mesma coisa nomeada pelo primeiro.*

Mill (2006) considera que adjetivos como *branco* pertencem à classe dos nomes concretos, porque quando tal palavra é empregada em seu uso principal, ou seja, na predicação, ela não é o nome de um atributo, mas o nome de todo objeto branco.

Hobbes e Mill parecem ser unânimes em classificar tanto o primeiro quanto o segundo termo de uma proposição como sendo nomes concretos. Isso quer dizer que o que faz

Nome geral é ainda a palavra atributo, que é o nome comum de todos os atributos particulares.

com que um nome seja um nome concreto não é a natureza da coisa nomeada, mas a função que ele exerce dentro de uma sentença.

6.4.6 Damourette & Pichon — Da proposição e da sîndese

Damourette & Pichon (1939) definem a *sîndese* como a expressão da relação de identidade (Cap. IV, p. 543, § 1544). Nesse conceito os autores englobam, de um lado, a congruência de uma qualidade a uma substância e, do outro, a superposição de dois domínios substanciais.

Segundo Damourette & Pichon (1939) há sîndese em frases como, por exemplo:

- essa mulher é loira
- essa mulher é uma atriz
- essa mulher é a irmã de Armando.

Os autores consideram sîndeses “puras” aquelas formadas com o verbo ser.

Quando as sîndeses vão de uma substância a uma qualidade, como no primeiro exemplo, não se coloca nenhuma questão de extensão quantitativa, já que um adjetivo não tem quantidade própria.

Quando se trata de duas substâncias, há sempre forçosamente acomodação quantitativa exata do segundo termo a seu suporte, pois ambos têm a mesma extensão. Se formos examinar o segundo exemplo, *essa mulher é uma atriz*, poderemos falar em extensões diferentes da espécie substancial *mulher* e da espécie substancial *atriz*; mas se formos examinar o conjunto *essa mulher* e o conjunto *uma atriz*, fica evidente que esses dois *quanta* são exatamente iguais. Isso porque, em virtude da lei de acomodação do segundo termo, não se toma da espécie substancial *atriz* que a quantidade *uma* exatamente coincidente com o *quantum essa mulher*.

Da mesma forma, no terceiro exemplo, a extensão de *essa mulher* é idêntica a extensão de *a irmã de Armando*.

Essa lei da igualdade quantitativa entre os dois termos de todas as sîndeses puras, expressas pelo verbo *ser*, é absoluta, pois o papel de *ser* é exatamente o de garantir a

igualdade, tomando de um termo um *quantum* igual ao do outro.

Entretanto, quando o verbo *ser* implica circunstâncias de tempo, modo, etc., é necessário entender a identidade de extensão relativamente aos contextos assim formulados. Da mesma maneira, com verbos sindéticos, como *parecer*, *dever*, etc., é necessário se ter em conta o sentido do verbo.

Dizem Damourette & Pichon (1939) que o caráter abstrato ou concreto dos elementos substanciais envolvidos na relação é um assunto de tipo qualitativo.

Esses autores consideram substantivo abstrato um substantivo em que a substância deve satisfazer apenas a condição que expressa aquilo que é explicitamente indicado na frase; e substantivo concreto aquele que representa uma substância dotada de outras características além de aquelas explicitamente indicadas. Exemplo de substantivo abstrato seria *um rei* na sentença *Um rei deve conhecer a história do povo sobre o qual reina* e exemplo de substantivo concreto, *um rei* na sentença *Um rei protesta contra essas barganhas diplomáticas* (Cap. IV, p. 544–545, §1545).

As relações sindéticas entre substâncias concretas e abstratas são funções básicas das substâncias. Damourette & Pichon (1939) dizem que os fatos impuseram as seguintes conclusões:

O presente é sempre concreto.

Partindo-se do notório pode-se ir do concreto para o abstrato e do abstrato para o concreto, mas partindo-se do transitório parece não poder-se ir para o concreto. Isso leva a pensar que a tendência geral do espírito seja ir do concreto para o abstrato, de maneira que o transitório, enquanto base não diferenciada, permitiria apenas a tendência mais natural do espírito.

6.5 NÚMERO E REFERÊNCIA

O conceito de abstração parece estar intimamente ligado ao de generalização, enquanto o de concretude ao de especificidade. Entretanto, embora essa hipótese pareça sustentável, não se pode ignorar que cria a necessidade de se definir com clareza a partir de que grau de especificidade

um nome deve ser classificado concreto ou, a partir de que grau de generalização, abstrato.

Generalização e especificidade, por sua vez, são conceitos intimamente ligados aos de *número* e de *referência*.

No que diz respeito ao número, revelaram-se importantes, entre outros, os escritos de Aristóteles e a Gramática de Port-Royal.

No que diz respeito ao tipo de referência, vale a pena citar um estudo recente, bastante pormenorizado, de Frédérique Moltmann (2004), em que este sustenta que as nominalizações de predicados (*sabedoria de ser sábio*) não denotam objetos mas aquilo que ele chama de *tipos de tropos* e que elas constituem um caso especial de nomes de massa e de nomes plurais.

6.5.1 O número nas *Categorias*

No capítulo 5 das *Categorias*, trata da *ousia*. O termo *ousia* é traduzido por *essência* por Frédéric Ildefonse e Jean Lallot, por três motivos:

- porque *essência* é o substantivo que corresponde ao verbo ser;
- porque *essência* mostra a proximidade do conceito aristotélico com o conceito platônico de *ousia*;
- porque *essência* não realiza a síntese entre essência e sujeito-substrato, realizada pelo termo substância.

A ousia aristotélica é em seu sentido mais fundamental, primeiro e principal, o que não se diz de um sujeito nem está em um sujeito, por exemplo tal homem dado ou tal cavalo dado (5, 2^a12)

Segundo esses autores, Aristóteles estaria marcando com esse termo a diferença entre *ente* e *essência*. Enquanto sensível singular, a essência aristotélica não se diz de um sujeito e, enquanto indivíduo separado, não está em um sujeito.

Nos *Primeiros Analíticos*, Aristóteles afirma que os singulares não são predicados de outros enquanto os outros o são deles.

No livro I da *Física*, Aristóteles opõe o *universal*, que é conhecido pela razão ao singular que é conhecido pela sensação,

porque a razão conduz ao universal, enquanto que a sensação conduz ao particular.

No capítulo 5 do mesmo livro, Aristóteles diz que é incontestavelmente verdadeiro que as essências primeiras significam ‘isto’ – de fato, o que elas designam é individual e numericamente um (3^b10). Mas, ser um item individual e numericamente um não é suficiente para definir uma essência. O que define uma essência, segundo Ildefonse e Lallot (p. 200), é a separação, isto é, não estar em um sujeito.

Para distinguir as entidades — objetos individuais, propriedades individuais, objetos gerais e propriedades gerais —, Aristóteles teria criado a seqüência artigo definido, pronome indefinido, como determinante de um substantivo imediatamente posposto. Essa seqüência significaria uma essência primeira em oposição a uma essência segunda: tal homem dado *versus* o homem (genérico) / um homem (qualquer). Ela determina nas *Categorias* um substantivo designando uma espécie, nunca um gênero.

Espécie e gênero figuram, diz Aristóteles (5, 2^b30), entre os itens predicados, e são entre eles os únicos a designar as essências primeiras. Para o estagirita, somente a espécie e o gênero seriam susceptíveis de apresentar uma essência primeira, de fornecer elementos que entrem em sua definição e permitam sua identificação.

6.5.2 Moltmann e os *Tipos de tropos*

Termos como “sabedoria” são comumente tomados para referir objetos abstratos que são propriedades Moltmann (2004).

Segundo Moltmann (2004), esses termos não levam a objetos, mas a tipos (*kinds*) de tropos, entidades que não são portadoras de propriedades, mas atuam como valores semânticos de termos e como argumentos de predicados.

Qualquer propriedade expressa por um predicado pode, em princípio, atuar como referente de uma nominalização correspondente. Assim, *sábio*, que expressa a propriedade de ser sábio, permite a nominalização *sabedoria*, que parece referir a mesma propriedade.

Entretanto, nas línguas naturais, propriedades podem atuar não somente como possíveis significados de predi-

O adjetivo atomos, encontrado no mesmo contexto das singularidade, é utilizado por Aristóteles no sentido de indivíduo (não dividido). Ele retira o termo atomon do vocabulário dos atomistas, em que designa as grandezas indivisíveis.

cados, mas também como objetos genuínos, quando são referidas pela nominalização de um predicado.

O que Moltmann (2004) questiona é que termos como *sabedoria* levem a objetos que são propriedades. O autor argumenta que nominalizações exibem um tipo de ontologia diferente daquela de objetos abstratos normalmente atribuída a eles. Tais termos levariam, na visão dele, ao que ele chama de *tipos de tropos*. Segundo o autor, *sabedoria* está por uma entidade que age como um argumento de predicados e que pode atuar como um valor de variáveis, mas não como um objeto.

A diferença entre objetos abstratos e tipos de tropos fica manifesta quando eles são predicados dos dois tipos de universais. Nesse caso, os predicados são atribuídos a tipos de tropos somente de maneira derivativa. Isso porque tipos de tropos herdam suas propriedades de suas instâncias. Entidades que podem atuar como argumentos de variáveis contam como objetos somente quando elas têm também o estatuto de portadoras de propriedades. Entidades que não podem carregar propriedades, mas que atuam como valores semânticos de termos singulares, contariam como não-objetos.

A distinção entre propriedade (de) objeto abstrato (a *propriedade da sabedoria*) e espécie de tropo (*sabedoria*) faz parte de uma distinção mais geral entre universais que atuam como objetos (portadores de propriedade) e universais que não atuam como objetos. Universais que não atuam como objetos (espécies) incluem tipos de tropos, tipos de objetos (como *casas*) e tipos de quantidades (como *água*).

A distinção entre os dois tipos de universais como propriedade (de) objeto abstrato e como espécies condiz com a distinção entre universais platônicos e universais aristotélicos: universais platônicos seriam propriedade objetos, universais aristotélicos, espécies (universais cujas propriedades são herdadas de suas instâncias).

No entender de Moltmann, nominalizações como *sabedoria*, que, na Idade Média, foram estudadas também por Ockham (1999), em sua análise nominalista dos termos abstratos, constituem um caso especial de referência de espécie a que lingüistas chamam “nomes de massa” e “plurais em geral”. Um nome como *ouro* é considerado um termo que refere uma espécie cujas instâncias são quantidades de

um ouro particular, e um plural nu como *tigres*, um termo que refere uma espécie cujas instâncias são tigres individuais.

Segundo a maneira padrão de ver referência a propriedades, as nominalizações resultantes de adjetivos como *sabedoria* atuam como termos singulares que referem a propriedade que o adjetivo correspondente expressa. De fato, em *João tem sabedoria*, o termo *sabedoria* pode ser substituído pelo termo *a propriedade da sabedoria*.

Entretanto, na semântica das línguas naturais, a possibilidade de nominalizar expressões predicativas e de transformá-las em termos singulares tem sido tomada como forte indício do fato de que propriedades atuam como objetos da mesma forma que os particulares.

Moltmann argumenta que, ainda que nominalizações nuas como *sabedoria* se comportem como termos singulares e representem entidades de um certo tipo, isso não significa que refiram objetos que usualmente são considerados propriedades, pois aquilo que um termo singular representa não precisa ter necessariamente o estatuto de um objeto.

Para que o referente de um termo singular atue como um objeto, os predicados que podem ocorrer com esse termo precisam ser entendidos da forma habitual e não de uma forma especial. O caso citado acima (*João tem sabedoria* ou *João tem a propriedade da sabedoria*) constituiria um caso excepcional, pois a maior parte dos predicados não admite a substituição de uma nominalização nua por um termo explícito que refere propriedade, sem alterar a aceitabilidade da sentença.

Nominalizações nuas como *sabedoria* representam entidades que devem ser consideradas universais. No entanto, normalmente, os predicados não se aplicam a essas entidades da maneira usual, mas somente às instâncias de tais universais. Assim, considerando que as nominalizações nuas atuam como termos singulares pelo critério padrão, os predicados com entidades que as nominalizações nuas denotam não são entendidos da mesma maneira que são entendidos os predicados com objetos comuns. É por este motivo que Moltmann (2004) chama as entidades a que as nominalizações nuas referem de *não-objetos*, e as propriedades a que os termos explícitos referem, de *propriedades-objetos*.

6.6 CONCLUSÃO

Como se vê, a dicotomia concreto / abstrato não é apenas de natureza semântica, mas parece comportar também elementos de natureza morfológica e sintática.

Discutimos também o atributo *concreto*, que não se aplica apenas a substantivos, mas também a adjetivos, quando estes se ligam a um verbo para predicar algo do sujeito, e que o atributo *abstrato* se aplica a substantivos que, do ponto de vista morfológico, são compostos por um radical adjetival ou verbal e por um sufixo; do ponto de vista semântico, significam cópula + adjetivo; do ponto de vista sintático, não podem ser predicados um do outro.

O progressivo distanciamento dos gramáticos das classificações nominais oriundas do campo conceitual e filosófico, como as de Aristóteles, Ockham, Hobbes, Locke, Leibniz e Mill, baseadas nas relações lógicas existentes entre os termos de uma sentença, trouxe consigo o abandono de noções potencialmente produtivas para a teoria gramatical, num terreno onde ainda há muito por explorar. De todas as conseqüências indesejáveis desse movimento, a mais notável parece se ilustrar no fato de nossas noções contemporâneas a respeito do caráter concreto ou abstrato dos nomes estarem baseadas em recortes fragmentários colhidos precisamente desses autores que ora se tenta reduzir e afastar.

7 | NOMES COLETIVOS

7.1 INTRODUÇÃO

Os *nomes coletivos* são qualificados pela literatura sobre o assunto como nomes, ao mesmo tempo, comuns e coletivos; comuns, porque denotam individualmente todos os agrupamentos de um determinado tipo, e coletivos porque denotam coletivamente todos os indivíduos de que o agrupamento é composto. Mas os que têm realmente estas características, são, na verdade, pouco numerosos, pois muitos deles não se enquadram nessa categoria. Sob o termo genérico *nome coletivo*, encontram-se, na verdade, objetos lingüísticos heterogêneos, cada qual com extensão e função próprias.

Na literatura, são indistintamente classificados de *nomes coletivos* nomes como:

- *cardume, buquê, baralho, alcatéia, exército;*
- *grupo, série, coleção, pilha, classe;*
- *meninada ou dinheirama.*

Os nomes coletivos do primeiro tipo, do ponto de vista lexical, em nada evocam os nomes dos indivíduos que compõem o grupo por eles designado. Apesar disso, são capazes por si só de denotarem um grupo (ou uma pluralidade circunscrita) de indivíduos daquela espécie. No entanto, às vezes, o grupo denotado é de entidades ontologicamente e lingüisticamente homogêneas: pense-se em nomes como *alcatéia*. Outras vezes, é de entidades heterogêneas: pense-se em nomes como *patrimônio*. E outras ainda, os nomes coletivos denotam eventos singulares que envolvem um grupo de indivíduos que são ligados por um interesse específico. É o caso de nomes como *assembléia*.

Os nomes coletivos do segundo tipo são, na verdade, termos lingüísticos que necessitam de um aparato sintático

para que possam explicitar sua função referencial por completo. O termo *grupo*, por exemplo, não tem valor referencial, pois, isoladamente, não aponta para nenhuma entidade no mundo, pois o objeto denotado é meramente lingüístico. Trata-se de um termo genérico que precisa ser parte integrante de uma construção do tipo *grupo de 'x'* para que possa denotar entidades de uma determinada espécie.

Os nomes coletivos do terceiro tipo são derivados. Diferentemente dos primeiros, esses evocam os nomes dos indivíduos que compõem o grupo por eles designado. Isso porque ambos têm o mesmo radical: *meninada / menino; dinheirama / dinheiro; arvoredado / árvore; etc.*

Os *nomes coletivos derivados* constituem uma categoria nominal potencialmente aberta, pois é sempre possível criar novos nomes com base nas regras de formação de palavras da língua. Segundo essas regras, acrescentando um sufixo com sentido coletivo ao radical de um substantivo se obtém um substantivo coletivo: *menin-* + *-ada* = *meninada*; *dinheir-* + *-ama* = *dinheirama*; *arvor-* + *-edo* = *arvoredado*; etc.

Os substantivos que servem de base para a formação dos nomes coletivos derivados podem ser tanto contáveis (*menino, árvore*), quanto de massa (como *dinheiro*).

Alguns dos sufixos com sentido coletivizante encontrados na língua portuguesa são: *-ada, -ama, -edo, -ame* (madeirame), *-al* (laranja), *-gem* (folhagem), *-rio* (mulherio).

Mas, além do problema terminológico, existe um outro problema de ordem merológica, que consiste em definir de maneira precisa em quê consiste um *inteiro*: será que é necessário que as partes de um *inteiro* sejam interdependentes de tal forma que não seja possível sua sobrevivência quando separadas do todo a que pertencem, para que se tenha um *inteiro*? Ou será que existe a possibilidade de as partes de um *inteiro* terem autonomia ontológica quando separadas?

Ao examinar este assunto, porém, deve-se ter em conta o fato de que um *inteiro* pode ser considerado seja do ponto de vista ontológico, seja do ponto de vista lingüístico; pois, quando se atribui um nome singular a um objeto que envolve uma pluralidade de entidades autônomas, mesmo que circunscritas e vinculadas, está se equiparando este conjunto a um *inteiro* cujas partes não têm autonomia, ou seja,

cujas partes não teriam sobrevivência quando separadas do *inteiro* a que pertencem.

E, ainda, se as partes de que é composto um *inteiro* podem constituir as referências de nomes distintos, qual a diferença, de um ponto de vista lingüístico, entre um *inteiro* e um agrupamento de entidades autônomas?

7.2 BACKGROUND TEÓRICO

7.2.1 O número na *Gramática de Port-Royal*

A Gramática de Port-Royal define como *nomes próprios* os que convêm às idéias singulares (Sócrates, Paris, etc.) e de *nomes comuns* ou *apelativos* os que significam as idéias comuns (homem, leão, cachorro, cavalo, etc.).

Às vezes os nomes próprios convêm a muitos (Pedro, João, etc.), mas é por acidente. Nesses casos, para determiná-los, quando as circunstâncias não ajudam, costuma-se acrescentar outros nomes (Luís XIV).

Os nomes comuns que convêm a muitos podem ser aplicados:

- a uma coisa ou a todas as coisas a que convêm, tomadas em uma unidade chamada pelos filósofos *unidade universal*;
- a muitas das coisas a que convêm, tomadas todas juntas e considerando-as como muitas.

Para distinguir essas duas maneiras de significar foram inventadas duas palavras: *singular* (homem) e *plural* (homens).

Dizem Arnauld (1992) que os nomes próprios no plural não são naturais. Quando aparecem é apenas para juntar de maneira figurada todas as pessoas que se parecem com o original (os Platões, os Césares, etc.).

Nesse ponto, é oportuno fazermos uma digressão para elucidar a figura de linguagem a que parecem estar se referindo Arnauld (1992).

No texto *As figuras do discurso* de Fontanier (1977), lê-se que as palavras podem ter um *sentido primitivo* e um *sentido*

tropológico (p. 75). O sentido tropológico ou é *figurado* ou é puramente *extensivo*.

O *sentido tropológico figurado* ocorre todas as vezes que a nova significação é conferida à palavra por livre escolha. Nesse caso trata-se de verdadeiras *figuras*, que podem, então, ser chamadas de *figuras de significação*, pois ocorrem para conferir uma nova significação à palavra.

O *sentido tropológico extensivo* ocorre quando a significação tornou-se uma significação forçada, habitual, quase tão própria quanto a significação primitiva. Nesse caso, fala-se em *catacrese*, que quer dizer abuso, já que a extensão do sentido constitui um tipo de abuso.

Existem duas grandes classes de tropos: os *Tropos em uma única palavra*, ou propriamente ditos; e os *Tropos em várias palavras*, ou impropriamente ditos. Os Tropos em uma única palavra podem ser: *por correspondência*, *por conexão*, *por semelhança* ou, então, Tropos mistos.

Segundo Fontanier, um *Tropo por conexão*, ou *sinédoque*, consiste

na designação de um objeto pelo nome de um outro objeto com o qual ele forma um conjunto, um todo, ou físico ou metafórico, a existência ou a idéia de um se encontram compreendidas na existência ou na idéia do outro.

((Fontanier, 1977: 87))

Portanto, *sinédoque* quer dizer *compreensão*.

Dos oito tipos de *sinédoques* listados por Fontanier (1977), o que parece mais apropriado para descrever o caso de que falam os autores de Port-Royal é a *sinédoque de indivíduo* ou *antonomásia*.

A *sinédoque de indivíduo* ou *antonomásia* consiste em *designar um indivíduo, ou pelo nome comum da espécie, ou pelo nome de um outro indivíduo da mesma espécie que ele; . . .*

Nesse tipo de *sinédoque* pode-se empregar:

- um nome comum por um nome próprio;
- um nome próprio por um nome comum;
- um nome próprio por um outro nome próprio.

No caso em exame foi empregado um nome próprio por um nome comum. Exemplos: um Homero por um grande poeta; um Demóstenes por um grande orador; uma Penélope por uma mulher virtuosa; etc.

É importante observar que os nomes próprios citados por Arnauld (1992) são plurais, enquanto que os nomes próprios que aparecem nos exemplos de Fontanier (1977) são singulares. Essa diferença, porém, parece não invalidar a inserção desse caso entre aqueles de *sinédoques de indivíduo*, em que é empregado um nome próprio no lugar de um nome comum.

Entretanto, poder-se-ia objetar que existem nomes próprios no plural que não são usados de maneira figurada. Trata-se dos nomes de grupos, como, por exemplo: os *Alpes* (grupo de montanhas ou cordilheira), as *Malvinas* (grupo de ilhas ou arquipélago), os *Titãs* (banda de rock), etc.

Talvez, no caso dos nomes de bandas, seja possível detectar uma maneira figurada de juntar pessoas que se pareçam com um indivíduo de uma determinada espécie (titã, paralama, beatle, (rolling) stone, etc.) Mas será que o mesmo acontece com todos os nomes próprios plurais de grupos?

Por exemplo, embora *família* denote um grupo, o nome próprio dos integrantes de uma família parece não pegar plural: os *Bragança*, os *Caymmi*, os *Lima*, etc.

Enquanto isso, no caso de *cordilheira*, que também denota grupo, o nome próprio dos integrantes do grupo (montanhas) pega plural: os *Alpes*, os *Pirineus*, os *Andes*, etc.

É esse também o caso dos arquipélagos (grupo de ilhas), em que o nome próprio pega plural: as *Malvinas*, as *Filipinas*, as *Canárias*, etc.

Entretanto, no caso das constelações (grupos de estrelas), o nome próprio fica no singular, denotando o grupo como um todo: *Aquário*, *Capricórnio*, *Escorpião*, etc.

Voltando à Gramática de Port-Royal, falta citar os adjetivos, que, ao contrário dos nomes próprios e segundo (Arnauld, 1992: 277), “deveriam ter um plural porque faz parte da sua natureza encerrar sempre uma vaga significação de um sujeito”.

Os nomes comuns ou apelativos também deveriam ter, por sua natureza, um plural. No entanto, há alguns que não têm. Os autores citam alguns nomes de metais (*ouro*,

prata e ferro) e alega como justificativa para este fato a semelhança entre as partes do metal, que faz com que o metal seja considerado com um todo que tem muitas partes e não como uma espécie que tem muitos indivíduos.

Essa última categoria de nomes, citada por esse autor, é a dos atualmente chamados *nomes de massa*, da qual fazem também parte nomes como *água, farinha, açúcar*, etc.

Voltando a falar dos nomes próprios, os autores acrescentam que, embora em algumas línguas, como o italiano, os nomes próprios apareçam, muitas vezes, precedidos de artigo (*l'Ariosto, il Tasso, l'Aristotele*, etc.), para significar coisas singulares e determinadas, os nomes próprios normalmente não precisam de artigo.

No entanto, como foi visto acima, os nomes próprios plurais, diferentemente dos singulares, parecem aceitar artigo: os *Alpes*, as *Malvinas*, os *Titãs*, etc.

Para os gramáticos de Port-Royal, o artigo pode ser denominado de “prenome” porque não significa nada em si mesmo. A função do artigo é a de permitir tomar individualmente o nome a que é preposto.

Foi lembrado anteriormente que, segundo Arnauld (1992), quando os nomes próprios convêm a muitos (*Pedro, João*, etc.) é por acidente. Nesses casos, para determiná-los, além de acrescentar outros nomes (*Luís XIV*), pode-se acrescentar o artigo.

Se, no lugar de *João*, proferimos *o João*, conseguimos pinçar na memória de nosso ouvinte aquele João que faz parte do universo compartilhado por ambos. No caso em que, no universo compartilhado, haja mais de um João, o acréscimo do artigo, muitas vezes, não é suficiente para determinar o indivíduo referido. Nesse caso, costuma-se acrescentar outro determinante: *o meu João, o seu João, o João loiro*, etc.

Dizem os gramáticos franceses que os adjetivos *todo, cada, nenhum, algum, certo, esse, meu, teu, seu, um, dois* e todos os outros números cardinais, que são apelidados por eles de *metafísicos*, individualizam os nomes comuns, permitindo que sejam considerados universalmente (*os homens*), particularmente (*alguns homens*), singularmente (*o rei*), coletivamente (*o povo, a armada, a nação*), distributivamente (*todo homem*), etc.

Da mesma forma, não precisam de artigo os adjetivos, porque pegam sua determinação dos substantivos a que estão acoplados. Quando os adjetivos aparecem precedidos de artigo é porque foram substantivados, como o branco. Nesse caso, o branco é a mesma coisa que a brancura.

À luz disso, afirmam Arnauld (1992), é fácil perceber que aquilo a que os gramáticos chamam de *artigos indefinidos*, *indeterminados*, *partitivos*, etc. ou não são artigos ou trata-se do artigo tal como foi descrito acima.

Na visão desses autores, *um* ou é unidade numérica ou é sinônimo de certo (*quidam*), porque o mesmo tipo de traço é usado pelos latinos que não tinham artigos. Em latim se dizia *uni & una*, onde em francês se diz *les uns*. Portanto, só haveria um artigo propriamente dito, as outras partículas que são qualificadas de artigos, na verdade, teriam outra natureza.

7.2.2 A definição de agregado de Leibniz

O que parece gerar uma certa confusão é o uso que se faz da palavra *grupo* na literatura, pois muitas vezes se confunde o termo lingüístico com seu conceito e com sua denotação.

Leibniz define a entidade no mundo denotada por um nome coletivo sob o termo *agregado*:

É um conjunto resultante de elementos ou indivíduos justapostos que não formam um ser [ou aquilo que Leibniz denomina, seguindo a tradição, uma substância], mas, um simples conjunto de seres. Um agregado não é por si, mas por acidente. Por exemplo: um exército, uma tropa, um colar de pérolas, um monte de pedras. ((Leibniz, 1965: 57-67))

Em sua definição, Leibniz diz que um agregado não é por si, mas por acidente. Portanto, um agregado para Leibniz existiria ou por intervenção de outrem ou em razão de uma eventualidade.

- *A constelação* denota um grupo de estrelas próximas umas das outras, tais como são vistas pelos homens. Em outras palavras, a constelação é um agrupamento produzido pela vontade humana e, portanto, por intervenção de outrem.
- *A revoada* denota um grupo de pássaros que voam juntos em razão de uma eventualidade (a chegada do inverno ou do verão).

Dos exemplos fornecidos na citação acima, deduz-se que o termo *agregado* pode ser explicitado por um DP coletivo intransitivo (um exercito, uma tropa) ou por um DP coletivo transitivo (coletivo genérico + *de* + NP) (um colar de pérolas, um monte de pedras).

Mas, do ponto de vista ontológico, será que existem grupos, ou melhor, agregados? Seguindo Leibniz, devemos responder negativamente, pois os agregados *não são por si, mas por acidente*. Em outras palavras, do ponto de vista ontológico, talvez se possa dizer que não existam grupos ou, pelo menos, que não existam grupos em caráter permanente. O que existe são entidades de várias espécies que, mesmo preservando sua individualidade, em um dado momento e lugar por uma eventualidade ou por intervenção de outrem, conectam-se ou são conectadas de maneira tal que passam a ser vistas como se fossem *inteiros* e recebem um nome (*buquê*) ou, em falta de um nome distinto, uma expressão nominal (*grupo de alunos*) que as designa como um todo.

Na definição de Leibniz, merecem destaque os exemplos do que é um agregado: dois nomes precedidos de artigo indefinido (*um exército* e *uma tropa*) e duas expressões nominais indefinidas (*um colar de pérolas* e *um monte de pedras*). Disso se deduz que o termo *agregado* pode ser explicitado por uma única palavra ou, na inexistência de um nome distinto, por *várias palavras juntas* Mill (2006).

Os nomes coletivos *exército* e *tropa* estão entre aqueles que não precisam de complemento para que tenham valor referencial; ou seja, não é necessário acrescentar nada para que qualquer um de nós, ao ouvir *um exército* ou *uma tropa*, saiba que está se falando de um grupo maior ou menor de soldados.

Mas *colar* e *monte*, assim como muitos outros nomes coletivos genéricos, precisam de um complemento para que possam explicitar por completo seu valor referencial. Quando surge a necessidade de se nomear objetos como *um colar (de pérolas)* ou *um monte (de pedras)*, colocam-se juntas várias palavras. Sem um complemento não seria possível saber o tipo de colar e nem a composição do monte de que está se falando.

Portanto, Leibniz juntou, sob o termo *agregado*, seja nomes coletivos distintos que construções de palavras, que,

isoladamente, poderiam ser usadas para outros objetos, mas que, juntas, formam expressões com o mesmo valor referencial dos coletivos distintos.

Ao fazer isso, implicitamente ele deixou claro que para nomear um agregado pode-se usar quer um nome distinto, quer uma expressão nominal. O que determina o uso de um ou de outro é apenas a existência ou não de um nome distinto para o grupo em questão¹.

Voltando à definição de agregado fornecida por Leibniz, pode-se apontar que, embora *o exército* e *a tropa* denotem conjuntos de indivíduos da mesma espécie, eles diferem quanto ao número, pois normalmente uma tropa tem um número de soldados inferior ao de um exército. Este detalhe é importante porque sugere que os agregados podem ter um número variável de membros.

Outro detalhe significativo é a colocação do artigo, porque sugere que os nomes coletivos não podem ser usados nus, mas precedidos de determinante definido (quando singulares) ou indefinido (quando comuns).

Quanto aos outros dois exemplos *um colar (de pérolas)* e *um monte (de pedras)*, salienta-se que, embora ambos sejam genéricos e precisem de complemento para ter um valor referencial pleno, eles diferem quanto ao grau de genericidade, pois *um monte* tem um grau de genericidade muito maior do que *um colar*, pois, além de agrupar objetos contáveis da mesma maneira que *um colar*, presta-se também para quantificar (ou classificar) de forma indeterminada substâncias não-contáveis ou de difícil contagem, como *farinha* e *açúcar*. Ele se presta inclusive para agrupar coisas “feitas de nada” como, por exemplo, buracos.

¹ Os agregados que possuem um nome distinto talvez sejam aqueles que existem no mundo há muito tempo ou desde sempre, como, por exemplo: *universo* (o conjunto de todas as coisas que existem), *constelação* (grupo de estrelas próximas umas das outras, tal como são vistas da terra), *arquipélago* (conjunto de ilhas dispostas em grupo numa superfície de menor ou maior extensão), *cordilheira* (cadeia, conjunto, série de montanhas produzida por orogenia), *flora* (conjunto das espécies vegetais), *fauna* (conjunto das espécies animais), *cardume* (grupo de peixes que nadam como se fossem um único indivíduo), *revoada*, *alcatéia*, *manada*, *colméia*, *exército*, *senado*, etc.

7.2.3 A contribuição de Mill

Outro autor a tratar deste assunto foi John Stuart Mill (2006) que, em seu texto *Of names*, fala dos nomes coletivos, distinguindo-os dos nomes comuns e dos nomes singulares.

Segundo Mill:

- um nome comum pode ser predicado de cada indivíduo de uma multidão;
- um nome coletivo não pode ser predicado de cada indivíduo de uma multidão, mas somente de todos tomados em conjunto.
- um nome singular só pode ser predicado de um único indivíduo ou de um único conjunto.

O autor cita como exemplo um nome coletivo e comum: *um regimento*.

Embora *um regimento* possa ser afirmado em relação a cada um dos regimentos existentes e, ao mesmo tempo, em relação ao conjunto dos soldados de um único regimento, este fato não provoca nenhum tipo de ruído, porque o conjunto dos soldados em questão é um dos regimentos existentes.

As coisas talvez mudem de figura, a meu ver, quando, ao invés de analisarmos a extensão de um único e mesmo nome, comparamos a extensão de um nome comum (*soldado*) com a extensão do nome coletivo distinto correspondente (*exército*). Se é verdade que o nome comum denota o conjunto de todos os indivíduos de uma determinada espécie, e se um nome coletivo denota um grupo de indivíduos de uma determinada espécie, então este último tem uma extensão menor ou, no máximo, igual à do nome comum:

- O nome comum *soldado* denota o conjunto de todos os soldados.
- O nome coletivo *exército* denota um grupo de soldados.

Portanto o nome coletivo *exército* denotaria um subconjunto do conjunto denotado pelo nome comum *soldado*.

A diferença entre nomes comuns e nomes coletivos parece residir exatamente na *abrangência*, pois o primeiro denota a totalidade dos indivíduos de uma dada espécie, enquanto o nome coletivo normalmente denota agrupamentos menores e raramente a totalidade.

7.2.4 A doutrina dos inteiros potenciais

Mais recentemente, o filósofo Achille Varzi (2002) discute o estatuto ontológico de um *inteiro* e de suas partes.

Em seu artigo “Partes conectadas e inteiros desconectados”, o autor critica a doutrina das partes potenciais (DPP), doutrina defendida por vários autores e segundo a qual as partes de um mesmo *inteiro* não seriam entidades reais mas potenciais.

O que a DPP nega é a existência de partes próprias como *a mão esquerda de Mary* ou *o rabo de Tibbles*. Entidades deste tipo são o resultado de uma demarcação puramente imaginária. Portanto, tais entidades não devem ser incluídas no inventário do mundo. Uma mão ou um rabo existem somente *in potentia* e a única maneira de conferir a eles existência real é separando-os dos *inteiros* a que pertencem.

Varzi conclui seu artigo propondo, ao contrário da DPP, que potenciais não seriam as partes, mas sim os *inteiros* e que estes últimos se tornariam reais somente se conectados de maneira oportuna. Somente desta forma poderiam denotar entidades reais e não apenas potenciais.

Aproximando a Doutrina dos Inteiros Potenciais, proposta por Varzi, dos nomes coletivos, poderíamos supor que nomes coletivos, ou construções sintáticas com sentido coletivo, teriam um valor referencial somente quando os indivíduos por eles contemplados fossem conectados de maneira oportuna, já que, salvo raríssimos casos, a maioria dos indivíduos contemplados pelos nomes coletivos, ou pelas construções com sentido coletivo, não se encontram agrupados, no mundo, o tempo todo. Algumas ilustrações:

- as flores deveriam ser devidamente arranjadas para que pudessem ser conjuntamente denotadas pelo nome coletivo *buquê*.
- uma coleção de quadros poderia ser denotada pela expressão *uma coleção de quadros* somente se os qua-

Se adotamos a perspectiva de Varzi, podemos dizer, por exemplo, que o exército brasileiro é uma entidade potencial e que somente os soldados têm existência efetiva.

Parafraseando Leibniz, uma coleção de quadros seria uma entidade real não por si, mas por intervenção de outrem.

dros fossem conectados de determinada maneira, como, por exemplo, pertencendo a um único dono ou possuindo uma mesma qualidade (ser de uma mesma época ou de um único pintor, etc.).

7.2.5 A denotação dos nomes coletivos

Na visão clássica, um nome comum denota o conjunto de todas as entidades que respondem pelo nome do conjunto. A denotação de um nome comum como *flor* é o conjunto de todas as flores. Em termos formais, a denotação de *flor* se expressa como ilustrado em (1).

- $\llbracket \text{flor} \rrbracket = \text{flor } a, \text{ flor } b, \text{ flor } c, \dots \text{ flor } n$

A denotação de um nome coletivo como *buquê*, por exemplo, é expressa do mesmo modo, como ilustrado em (2).

- $\llbracket \text{buquê} \rrbracket = \text{buquê } a, \text{ buquê } b, \text{ buquê } c, \dots \text{ buquê } n$

De um ponto de vista morfossintático, o nome coletivo tem as mesmas características do nome comum: ele se flexiona para gênero e número e ocupa as mesmas posições sintáticas de qualquer nome comum.

Da mesma forma, a visão clássica não diferencia denotações de DPs coletivos das denotações de outros tipos de DPs. Por exemplo, tanto a denotação de *esta flor* como a de *este buquê* apontam para entidades específicas do mundo. Nesse nível não há como expressar o fato de que a denotação de *esta flor* é atômica e a denotação de *este buquê* é composta de um grupo de átomos (flores).

Chierchia (1998) considera os nomes coletivos como indivíduos atômicos relacionados de alguma maneira a seus membros. Para o autor, nomes coletivos, incluindo grupos, têm conjuntos de átomos como suas extensões. Um grupo, para ele, é algo como uma agregação ou conjunto ou coleção, percebida como uma singularidade ou como uma unidade.

Na definição de Chierchia, as extensões dos nomes coletivos (como, por exemplo, *exército*) e do nome *grupo* são

postas em pé de igualdade. Entretanto, o termo *grupo*, diferentemente dos nomes coletivos, é um substantivo transitivo que precisa de complemento para que possa explicitar sua função denotativa por completo. Portanto suas extensões, em geral, não seriam equivalentes.

7.2.6 A noção de grupo em Wachowicz

Wachowicz (2003), ao tratar da noção de *grupo*, afirma que coletivos denotam indivíduos plurais, mas que a referência de um termo coletivo não equivale à referência de um termo plural. Desta forma:

- O termo plural *os professores da UFPR* denota todos os professores da UFPR.
- O termo coletivo *a associação dos professores da UFPR* denota a entidade que os representa.

Se um membro do conjunto (a associação dos professores da UFPR) faltar, a denotação do termo coletivo continua a mesma, mas, no caso do termo plural, se um elemento faltar, a denotação não continua a mesma. Em outras palavras, enquanto os plurais gozam da propriedade de referência cumulativa, os grupos são independentes de seus membros.

7.2.7 Coletivos derivados

Muitas vezes, porém, em textos de morfologia Rocha (1998), encontramos classificados como sendo coletivos nomes que não contêm necessariamente a noção de grupo. Para citar uns exemplos, pense-se em alguns nomes derivados, formados pela aposição de um sufixo (*-ada*, *-ama*, *-edo*, *-rio*, *-al*, *-ume*) a um substantivo primitivo.

Nomes como *garotada*, por exemplo, não contêm a noção de grupo, podendo substituir o plural do nome de origem em sentenças com sentido de genericidade. Exemplos:

- Garotos gostam de futebol / A garotada gosta de futebol
- Meninos adoram sorvete / A meninada adora sorvete

Nomes com sufixo *-ama*, como por exemplo *dinheirama*, também não denotam grupo, mas *grande quantidade*.

A mesma coisa não ocorre com nomes coletivos distintos, pois as sentenças de que participam não podem ser genéricas.

- As abelhas produzem mel / #A colméia produz mel

Portanto, nem todos os nomes coletivos derivados são efetivamente coletivos, pois muitas vezes eles não possuem implícita a noção de *grupo*.

Mas, se a noção de *grupo* é fundamental para classificar um nome como sendo coletivo, deveríamos excluir desta classificação todos os nomes que denotam a totalidade dos indivíduos de uma determinada espécie (*humanidade, flora, fauna, etc.*), pois o conjunto dos indivíduos denotados por eles é já denotado pelos nomes comuns (*homem, vegetal, animal, etc.*) ou, então, devemos admitir que os primeiros são sinônimos dos segundos.

O motor de busca do Google não apontou nenhuma ocorrência de A colméia produz mel, contra algumas centenas para o primeiro caso.

7.2.8 Denotação de um termo plural

Mas qual é a denotação de um termo plural? Segundo Link (1983), se o termo plural for expresso por um NP (*flores*), sua denotação será:

- $[[\text{flores}]] = \text{flor } a, \text{ flor } b, \text{ flor } c, \dots \text{ flor } a \text{ e } \text{ flor } b, \text{ flor } b \text{ e } \text{ flor } c, \dots \text{ flor } a \text{ e } \text{ flor } c, \text{ flor } a, \text{ flor } b \text{ e } \text{ flor } c, \dots$

Ou seja o conjunto de todas as somas que é possível obter-se dentro do conjunto denotado pelo nome comum *flor*.

Se o termo plural for expresso por um DP (*as flores*), sua denotação, em termos formais, será:

- $[[\text{as flores}]] = a + b$

Ou seja, qualquer uma das somas que é possível obter-se dentro do conjunto denotado pelo nome comum *flores*.

Agora, voltando a Wachowicz, qual seria a denotação de um DP coletivo, admitindo que este último denota indivíduos plurais, mas sabendo que sua referência não equivale à de um termo plural?

- [[o buquê]] = a soma de todas e somente aquelas flores que formam o buquê

Será esta a denotação do DP coletivo? No que, então, ela se distinguiria da denotação de um DP definido plural?

A denotação de um NP coletivo plural (*buquês*), em termos formais, é análoga àquela de um NP plural (*flores*). A diferença é que as somas são de grupos e não de indivíduos. A denotação de um DP coletivo plural (*os buquês*) é análoga àquela de um DP plural (*as flores*) e a diferença entre eles também é a mesma, ou seja, as somas são de grupos e não de indivíduos.

7.3 A FUNÇÃO DOS COLETIVOS GENÉRICOS

Como foi visto anteriormente, para que nomes coletivos genéricos (do tipo *classe, grupo, série, monte, conjunto, coleção, pilha*, etc.), possam explicitar sua função referencial por completo, necessitam de um aparato sintático. Mas qual seria a contribuição de tais termos, enquanto operadores lingüísticos? Que tipo de operação eles fariam sobre indivíduos? Qualificação? Determinação? Quantificação? Classificação?...

Qualificação não parece ser o caso, pois é mais provável que sejam os indivíduos a qualificar os termos (*um grupo de mulheres é um grupo feminino*).

Determinação também não parece ser o caso, pois essa função é exercida pelo artigo (*um* ou *o*) que, eventualmente, os precede.

O mais provável é que tenham uma função quantificadora ou classificadora.

Segundo Grinevald (1999), os termos de medida permitem especificar a quantidade e a disposição ou arranjo quando acompanham nomes contáveis. O autor dá um exemplo em francês, *un groupe d'enfants*. O mesmo acontece com os nome coletivos genéricos:

- *Um monte (de pedras)*, permite especificar (embora de forma indeterminada) a quantidade;

- *Uma pilha (de roupas)* permite especificar a disposição;
- *Um buquê (de flores)* permite especificar o arranjo;

Segundo Lyons (1979), porém, a função dos classificadores de medida se aproxima da dos quantificadores, com a qual, algumas vezes, se confunde. Para o autor, quantificadores são modificadores que se combinam com nomes para produzir expressões cuja referência é, assim, determinada em termos de tamanho do conjunto de indivíduos (ou em termos da quantidade de substância que está sendo referida).

Mas quem nos fornece um outro argumento a favor de que nomes coletivos genéricos sejam classificadores é Allan (1977), para quem os classificadores denotam alguma característica saliente da entidade à qual o nome associado refere. O mesmo acontece com nomes coletivos genéricos, quando possuem alguma característica dos indivíduos agrupados por eles. Por exemplo:

- Uma multidão de pessoas (genericidade)
- Um exército de formigas (disciplina)
- Uma súa de vagabundos (degradação)
- Uma colméia de costureiras (operosidade)

Há casos também em que um mesmo termo ora é um classificador, ora é um quantificador:

- um monte de areia = um monte de areia (classificador)
- um monte de árvores = muitas árvores (quantificador)

Um monte de areia pode ter o formato de um monte, mas um monte de árvores, não.

7.4 CONSTRUÇÕES PARTITIVAS E CONSTRUÇÕES PSEUDO-PARTITIVAS

Até certo ponto, a natureza dessa operação parece estar condicionada pela utilização ou não de determinantes

na parte interna e / ou na parte externa de tal construção. Entende-se por parte interna de uma construção do tipo *grupo de peixes* o NP preposicionado plural *de peixes*, e por parte interna o NP *grupo*.

Prado (2000) chama de construções partitivas àquelas que têm em sua parte interna um determinante definido (*grupo dos alunos*) e de pseudo-partitivas as que não têm determinante (*grupo de alunos*). Entretanto, parece haver uma correspondência entre a parte interna e a parte externa de tal construção:

- O sintagma indefinido *um grupo* encontra-se mais comumente em construções pseudo-partitivas: *um grupo de alunos*
- O sintagma definido *o grupo* encontra-se mais comumente em construções partitivas: *o grupo dos alunos*
- O nome *grupo* sem determinante não é encontrado compondo sentenças: **grupo de / dos alunos* (a menos que seja em *linguagem telegráfica*)

Segundo Prado (2000), a literatura sobre o assunto salienta que a parte interna das construções partitivas deve ser preenchida por um sintagma nominal definido (*os alunos*) e que o conjunto denotado pelo sintagma deve conter o subconjunto quantificado pelo quantificador da parte externa *o grupo: o grupo dos alunos*.

Milner (1978) salienta que, se essa relação de inclusão não puder ser estabelecida, não há interpretação partitiva. Ele defende também que é preciso que o nome da parte interna possa denotar uma totalidade. Para que isso ocorra, é preciso que ele receba um marcador específico, que pode ser o artigo definido.

Pela gramática gerativa, as construções pseudo-partitivas têm, diferentemente das construções partitivas, sua parte interna preenchida por um nome nu (conjunto não definido de entidades individuadas ou massivas) e recebem outra interpretação semântica: *grupo de alunos*.

Segundo Milner (1978), nomes nus não são interpretados como uma totalidade. Isso ocorre apenas com nomes precedidos de marcadores específicos, como o determinante definido.

Prado (2000) inclui nomes coletivos (genéricos), como *grupo*, tanto entre os quantificadores quanto entre os classificadores e acrescenta que algumas das expressões quantificadoras ficam mais aceitáveis nas construções partitivas, enquanto outras são preferíveis nas construções pseudo-partitivas.

A parte externa de uma construção partitiva pode conter um quantificador ou uma expressão quantificadora formada por um determinante e um nome (*o grupo*).

Halliday & Hasan (1976) dividem os quantificadores em três subcategorias:

- ordinais (*o terceiro, o meu primeiro...*);
- cardinais (*três, os três, os mesmos três...*);
- indefinidos (*muito, muitos, mais, poucos, vários, um pouco, centenas...*).

A parte externa de uma construção pseudo-partitiva só pode ser preenchida com expressões quantificadoras.

Os coletivos parecem ser mais aceitáveis nas construções pseudo-partitivas (*um grupo de alunos*) do que nas partitivas (*#o grupo dos alunos*), a menos que se insira um modificador (*o grupo dos alunos da USP*).

7.4.1 Construções com coletivos

Todos os coletivos são ou podem ser seguidos pela preposição *de* e pelo nome dos indivíduos que os compõem. Mesmo *nomes coletivos* distintos que, tomados isoladamente, denotam um agrupamento (e não uma pluralidade indefinida) de um único tipo de indivíduo, como por exemplo *buquê*, podem sempre ser explicitados por expressões do tipo *um grupo de...*

- o buquê = o grupo de flores
- *o buquê = as flores

Quando os nomes coletivos distintos denotam agrupamentos de indivíduos diferentes dos originais, apresentam sempre a forma: coletivo + *de* + indivíduo plural:

- *exército de formigas* no lugar de *exército de soldados*

Os substantivos coletivos genéricos normalmente são seguidos de complemento e assumem a forma: determinante + coletivo genérico + *de* + indivíduo plural.

- uma coleção de livros (construção pseudo-partitiva)
Prado (2000)

ou a forma: determinante + coletivo + *de* + determinante definido + indivíduo plural.

- a coleção dos livros (construção partitiva) Prado (2000)

Os substantivos coletivos numerais apresentam a forma: numeral + *de* + indivíduo plural.

- trio de cantores; dezena de livros; dúzia de ovos.

Os substantivos coletivos derivados normalmente são precedidos de determinante definido, mas não costumam ser seguidos pelo nome dos indivíduos que os compõem.

- a meninada, a molecada, a mulherada
- *a meninada de meninos, *a molecadas de moleques, *a mulherada de mulheres.

7.5 TIPOS DE COLETIVOS

Os indivíduos denotados pelos coletivos são sempre da mesma espécie. Mesmo em se tratando de indivíduos heterogêneos, como por exemplo os que formam um patrimônio ou um acervo, sua heterogeneidade é neutralizada lingüisticamente ao serem antes classificados uniformemente como *bens* (*patrimônio* = grupo de bens) ou *obras de arte* (*acervo* = grupo de obras de arte).

Para que indivíduos diferentes possam ser abarcados por um único termo, seja ele uma palavra ou um número, deverão passar por um processo de homogeneização. Assim, uma maçã e uma pêra poderão ser agrupadas sob o número dois se primeiro forem classificadas de frutas:

1 maçã (hipônimo) + 1 pêra (hipônimo) = 2 frutas (hiperônimo)

Em todos os nomes coletivos distintos e nas construções com valor de coletivos, os indivíduos denotados são vistos pela língua como uma determinada singularidade.

- *Substantivos coletivos distintos* são aqueles que denotam, por si só, uma pluralidade de indivíduos de uma determinada espécie. A pluralidade denotada pelos *substantivos coletivos distintos*, além de contemplar indivíduos ligados por algum tipo de vínculo (interesse, necessidade, ideologia) ou pelo acaso (*cardume* = grupo de peixes e não simplesmente *peixes*), parece ser delimitada espacial e / ou temporalmente. Pense-se, por exemplo, em um arquipélago ou em uma revoada.
- *Substantivos coletivos numerais* são os que isoladamente denotam apenas número de indivíduos (*par, dezena, dúzia, centena, milheiro, etc.*). Mas existem alguns *coletivos numerais* que, além de denotar o número, também denotam o tipo de indivíduos que os compõem: *decênio* (dez anos), *milênio* (mil anos), *lustro* (5 anos), *resma* (500 folhas de papel), *corja* (20 objetos), *manada* (40 éguas, no Rio Grande do Sul).
- *Substantivos coletivos genéricos* são os que isoladamente denotam apenas um tipo de agrupamento, sem determinar a espécie de indivíduos que compõem o agrupamento: *grupo, classe, conjunto, coleção, etc.*

Entre estes últimos, há alguns que, além de denotar agrupamento, parecem sugerir algum tipo de ordenação: *fila, pilha, série, seqüência, monte, etc.*

Neste grupo poder-se-ia incluir também aqueles *coletivos distintos*, que, por extensão, passam a agrupar indivíduos diferentes dos originais, preservando, porém, alguma propriedade dos mesmos (*exército, colméia, etc.*): *exército de formigas*, no lugar de *exército de soldados*; *colméia de operárias* no lugar de *colméia de abelhas*.

- *Substantivos coletivos derivados* são aqueles formados pela aposição de um sufixo a um radical substantival: *menin-ada, arvor-edo, arroz-al, folha-gem, etc.*

Desses substantivos, os formados com o sufixo *-ada* frequentemente são usados para passar um caráter depreciativo, pois parecem denotar indivíduos *tritutados*: *mulherada*, *velharada*, *gataiada*, etc.

Nos derivados o grau de pulverização do indivíduo é tal que chegam a ter um comportamento de *massivos*. Talvez seja por isso que não aceitam quantificador: *duas mulheradas; *algumas velharadas; *muitas gataiadas.

É oportuno lembrar que nomes com sufixo *-ada* nem sempre denotam coletivos: *galinhada* (comida), *cachorrada* (atitude reprovável), *goiabada*, *marmelada* e *bananada* (doces).

Essa constatação leva a suspeitar que talvez, nesses casos, seja impróprio falar em nomes coletivos, mesmo quando os indivíduos são pessoas, já que estas também, assim como no caso da *goiabada*, são, figurativamente, reduzidas a uma massa amorfa.

Outro indício de que os nomes derivados talvez não sejam nomes coletivos, mas de massa, está no fato de que os indivíduos que os compõem só podem ser os mesmos denotados pelo nome do qual derivam e por nenhum outro (*meninada* / meninos; *gataiada* / gatos; etc.).

Por outro lado, uma mesma classe de indivíduos pode ser abarcada por coletivos diferentes, que conferirão ao grupo sua conotação: *multidão de meninos*, se a intenção é dizer que os meninos são muitos e desordenados; *exército de meninos*, quando se quer dizer que além de serem muitos estão em ordem; *bando de meninos*, quando forem agitados; etc.

Excluindo os coletivos numerais, todos os coletivos são indeterminados do ponto de vista numérico. Entretanto, embora os coletivos sejam sempre indeterminados, eles parecem ser *relativamente* indeterminados, pois há coletivos que sugerem um número maior de indivíduos do que outros: *multidão* parece sugerir um número de componentes maior do que *turma* e *exército*, maior do que *esquadra*.

Mas qual será o número mínimo de indivíduos denotados por um nome para que este seja coletivo? Nomes como *dupla* ou *casal*, que denotam conjunto de apenas duas pessoas, devem ser considerados coletivos?

O que foi dito até agora talvez permita apontar algumas diferenças entre coletivos e plurais:

- os coletivos, mesmo no singular, denotam pluralidade;
- os coletivos denotam uma pluralidade de indivíduos ligados por algum tipo de vínculo;
- os plurais não têm *conotação* alguma, enquanto os coletivos, ou expressões com valor coletivo, às vezes têm (meninos *versus* bando de meninos).

Outra peculiaridade dos coletivos parece ser a seguinte: quando o coletivo denota um número pequeno ou médio de indivíduos, parece ser contável (vinte casais, cinco duplas, dois trios, etc.), mas, quando denota a totalidade da espécie ou um número muito grande de indivíduos, ou, ainda, quando tem uma conotação depreciativa, parece não ser contável:

- *duas humanidades
- *duas multidões
- *duas mulheradas

Pereira (1987), endossando Mattoso Câmara, diz que substantivos coletivos são aqueles que *denotam conjuntos de seres individuados, configurando um todo unitário*.

Os substantivos coletivos, assim como os substantivos contáveis, poderiam ter interpretação semântica de singular e de plural: *o rebanho, os rebanhos*. Porém, diferem dos contáveis por designarem, mesmo no singular, uma pluralidade de indivíduos.

Segundo a autora, o substantivo coletivo contém uma pluralidade interna que remete aos componentes do conjunto e o cerne da conceituação do substantivo coletivo é a noção de conjunto: *uma agregação de indivíduos discretos vistos como um todo*.

Existem indícios de que os nomes coletivos sejam usados com verbos que normalmente só aceitam sujeitos plurais ou sujeitos massivos:

- A multidão dispersou-se.
- Os rebeldes dispersaram-se.

- *O rebelde dispersou-se.

Entretanto, os exemplos a seguir mostram que o uso do verbo *reunir(-se)* com sujeito de indivíduo singular é perfeitamente possível. Assim como o uso de verbos comumente usados com sujeitos de indivíduo plural (*dispersar-se, dissolver-se, distribuir-se, espalhar-se, desmembrar-se, etc.*), é perfeitamente plausível também com DP singular, desde que o núcleo seja um nome deverbal de evento ou um nome aparentemente não deverbal de evento:

- A multidão reuniu-se no parque.
- A ovelha reuniu-se ao rebanho.
- Lula reúne-se com o comitê na sexta.
- O aluno reuniu-se ao seu grupo.
- A revolta alastrou-se por todo o continente.
- A caminhada estendeu-se até a noite.
- O nevoeiro dispersou-se.
- A onda (movimento de água) espalhou-se pelo litoral.

Câmara (1964) associa o comportamento dos coletivos ao dos plurais, mas, talvez, seja mais plausível associar o comportamento dos coletivos àquele dos nomes de massa, mesmo porque com esses últimos compartilham a singularidade.

- A multidão dispersou-se.
- A água dispersou-se.
- Os homens se dispersaram.
- *O homem se dispersou.

Nomes nus, no singular ou no plural, referem sempre a mesma coisa, ou seja, uma classe de indivíduos de uma determinada espécie, em sua totalidade. Se um nome comum

denota o conjunto de todos os indivíduos de uma determinada espécie, o nome coletivo correspondente só pode denotar um sub-conjunto da totalidade dos indivíduos em questão e, portanto, ter uma extensão menor do que a do nome comum:

- Nome comum *lobo*: o conjunto de todos os lobos.
- Nome coletivo *alcatéia*: sub-conjunto do conjunto dos lobos.

7.6 CONCLUSÃO

Com base no que foi observado anteriormente, poder-se-ia concluir que:

- Do ponto de vista sintático um nome coletivo é sempre um DP, seja ele distinto (um exército) ou genérico (um monte).
- Um nome coletivo denota sempre indivíduos da mesma espécie ou com o mesmo nome. No caso em que os indivíduos são materialmente heterogêneos, eles são tomados por uma propriedade que os abarca todos e que os torna homogêneos do ponto de vista lingüístico: *universo* (conjunto de coisas), *patrimônio* (conjunto de bens), *museu* (conjunto de obras de arte), etc.
- Um coletivo é explicitado por um nome (distinto) ou por uma expressão nominal composta por um coletivo genérico e um nome plural precedido de *de*.
- Um nome coletivo denota um conjunto de indivíduos contáveis (soldados, pérolas, pedras, etc.).
- Um nome coletivo denota um conjunto de número indeterminado, salvo no caso de nomes coletivos genéricos, em que o número está explícito no nome (*uma dezena, uma dúzia, uma centena*, etc.).
- Um nome coletivo pode ser constituído de uma única palavra (*exército*) ou de várias palavras juntas (*um grupo de alunos*).

- Um nome coletivo é contável: *um exército, dois exércitos*, etc. Ele só não é contável quando não contém implícita a noção de grupo (*multidão, gado, garotada, dinheirama*, etc.) ou quando denota a totalidade dos indivíduos de uma determinada espécie (*universo, humanidade, flora, fauna*, etc.). Nesses casos, sua inserção entre os nomes coletivos é duvidosa.
- Um nome coletivo distinto pertence à categoria dos nomes comuns Mill (2006).
- Os nomes coletivos formam uma categoria aberta.
- Os nomes coletivos denotam conjuntos que não existem por si, mas por intervenção de outrem ou em razão de uma eventualidade (Leibniz (1965)).

Embora pareça não haver nomes coletivos abstratos, existem nomes abstratos que parecem pressupor uma pluralidade: ordem, desordem, harmonia, conflito, confusão, união, reunião, guerra, mistura, etc.

8

CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo investigar o estatuto morfo-sintático, conceitual e semântico de categorias nominais: nomes próprios, nomes de eventos, nomes concretos, nomes abstratos, nomes coletivos. O fato de se dividir os nomes em subclasses aponta inequivocamente para o caráter heterogêneo dos nomes. No transcorrer deste texto, vimos como essa divisão em subclasses, por mais difundida e consentida que seja, não resolve o problema: a heterogeneidade é simplesmente transferida como uma espécie de herança indesejada da superclasse “nome” às suas classes subordinadas.

O desenvolvimento da pesquisa parece ter apontado diversos aspectos relevantes na diferenciação e na delimitação dessas classes nominais. A aproximação e a confrontação de autores clássicos de várias épocas permitiu ter uma visão alargada da discussão em torno das denotações, das formas e das funções das categorias nominais.

Essa aproximação possibilitou, entre outras coisas, perceber que teorias consideradas antagônicas podem ser, na prática, complementares. No caso dos nomes próprios, por exemplo, observamos que as duas principais teorias que tratam deles, a descritivista e a referencialista, não são necessariamente excludentes, mesmo porque para tanto deveriam ser, no mínimo, completas, isto é, dar conta da tarefa por inteiro, em todos os tempos e em todos os mundos possíveis, de maneira exaustiva. Do estudo dos vários autores que, de uma forma ou de outra, aderiram a essas teorias, evidenciou-se que cada uma delas, isoladamente tomada, apresenta deficiências que poderiam ser preenchidas pela outra e que ambas poderiam ser beneficiadas pelo acréscimo do fator contextual. Brito, entre outros, sustenta que uma teoria dos nomes próprios não pode prescindir do contexto, pois a grande variedade de usos dos nomes próprios, na língua comum, não admite nenhuma concepção rígida ou exclusiva.

Além disso, foi observado que existem várias maneiras de se referir um mesmo indivíduo no mundo. Dependendo do contexto, algumas vezes mostra-se mais eficaz o uso de uma descrição, outras de um nome próprio, outras de um apelido e outras ainda basta apontar para o objeto referido e dizer *isto*.

No que diz respeito ao aspecto ontológico do problema, foi observado que a exata especificação do objeto referido nem sempre é possível, porque, mesmo quando se está na presença do objeto em causa, este pode estar fora do alcance de uma percepção nítida. É o caso do objeto referido por *aquilo*. Mais difícil ainda quando o objeto que se pretende referir com um nome próprio ou expressão definida não se encontra no campo visual dos interlocutores e está armazenado em um canto da memória, mais ou menos nítida, do falante.

No que diz respeito à forma, os nomes próprios interpretados denotativamente, em que o significado não está em primeiro plano (como “João”, digamos), foram apontadas algumas peculiaridades pouco difundidas, como, por exemplo, a existência de nomes próprios no plural (*Os Alpes, as Malvinas, etc.*), assim como o uso figurado dos nomes próprios no plural (*os Pelés*), através da antonomásia, que é um tipo de sinédoque. Enquadram-se nessa figura de linguagem também os casos em que indivíduos são denotados pelo nome de uma espécie que transfere a eles uma de suas propriedades. Pense-se, por exemplo, em conjuntos de artistas (*Paralamas, Titãs, Os doutores da alegria, etc.*).

Nome próprio poderia assim ser entendido como qualquer expressão que denote singularidades de maneira direta ou por intermédio de descrições definidas. Essa noção parece muito mais ampla e rica em conseqüências do que comumente mostra a maioria das gramáticas à disposição do público, e exige um estudo multidisciplinar para sua plena compreensão e domínio.

Embora haja consenso quanto ao fato de que, do ponto de vista sintático, os nomes próprios ocupam o lugar do sujeito em sentenças afirmativas e que, do ponto de vista lógico, nomes próprios são todas as expressões nominais definidas, não é suficientemente salientado que, nesse aspecto, os nomes próprios são uma subclasse dos nomes concretos, assim como, de acordo com Ockham, coincidem

com os nomes concretos os adjetivos empregados na predicação.

De nossas investigações sobre o *nome concreto*, indicamos que esta é uma noção que não designa entidades materiais, perceptíveis ou palpáveis, como se diz comumente, mas porque *concreto* é aquele do qual se predica e, nesse aspecto, podem ser considerados concretos também os nomes abstratos definidos quando usados figurativamente: *A justiça tarda mas não falha*.

Os *nomes de eventos* constituíram também um assunto que não pode ser examinado apenas do ponto de vista semântico. No decorrer da pesquisa, foram levantados aspectos fundamentais dessa classe nominal também do ponto de vista morfológico e sintático. Isso sugere que a noção de *evento* precisa continuar a ser estudada em outros campos de análise da linguagem.

Do ponto de vista morfológico, foi observado que, contrariamente ao que é consenso na literatura, os nomes de evento não são necessariamente de derivação verbal. No português, por exemplo, foram detectados vários nomes não deverbais que denotam eventos: *festa, desastre, neblina*, etc.

Do ponto de vista sintático, esses nomes são selecionados pelos mesmos verbos que selecionam os nomes de eventos derivados. Do ponto de vista semântico, foi observado que os nomes de eventos não deverbais também denotam ações e estados (*festa* denota um tipo de reunião; *desastre*, um tipo de acontecimento trágico; *neblina*, um evento atmosférico, etc).

Outra categoria nominal a que normalmente é dedicado pouco espaço na literatura é a dos *nomes coletivos*. Talvez isso se deva ao fato de se pensar que sejam pouco numerosos. A pesquisa, porém, mostrou que, se os nomes coletivos (por exemplo, *buquê*) forem examinados em sua forma desenvolvida (isto é, como *grupos*), estes formam uma classe conspícua e de vasta aplicação.

Além disso, o estudo dos nomes coletivos abriu um interessante questionamento no que diz respeito à denotação dos nomes de espécies. Do ponto de vista formal, os nomes comuns de espécie denotariam o conjunto de todos os indivíduos da espécie. Entretanto, esta definição cria um ruído com a denotação dos nomes coletivos, pois estes te-

riam, apesar do atributo, uma extensão menor daquela dos nomes comuns.

Quanto aos nomes derivados como, por exemplo, *meninada*, que comumente são considerados coletivos, foi constatado que, em sua forma desenvolvida, não correspondem a *grupo de...*, como os coletivos clássicos distintos (*buquê*). Eles são diferentes seja do ponto de vista morfológico (já que foram formados por derivação explícita), seja do ponto de vista sintático (não participam de sintagmas indefinidos ou sem determinante), seja do ponto de vista semântico (pois só podem expressar genericidade e nunca número).

Esses nomes mais se parecem com os nomes de massa derivados, como *goiabada* pois, além de não serem contáveis como aqueles (*vinte meninas; *três ouros), têm uma conotação que aplicada a seres humanos se torna depreciativa.

Outros, então, como *arvoredo*, *laranjal* ou *dinheirama*, são substantivos que, pelo acréscimo de um sufixo, são quantificados de maneira indefinida. Sufixos como *-edo*, *-al*, *-ama* têm aí o sentido aproximado de *muito* (muitas árvores, muitas laranjeiras, muito dinheiro).

Isso sem pensar naqueles nomes coletivos que apresentam mais propriedades de nomes de eventos do que de nome coletivos: *assembléia*, *comício*, *congresso*.

Quanto aos *nomes abstratos*, tivemos a oportunidade de observar que não podem ser classificados homogeneamente como tais, ao menos se se tem em mente apenas critérios semânticos. Esta classe mostrou-se muito mais ampla do que costumam gravar os manuais de gramática, abrangendo, além dos nomes abstratos de qualidades (derivados de adjetivos), também os nomes de ação e de estados, de derivação verbal, e os nomes quantificados (pela aposição de sufixos como *-edo*, *-al*, *-ama*) ou massificados (pela aposição de sufixos como *-ada*), de derivação substantival.

O nome abstrato *justiça* equivale a *ser justo*¹, *beleza* a *ser belo*, etc. Assim como nome concreto é aquele do qual se predica alguma coisa, nome abstrato é o *ser* de um determinado predicado.

A preponderância da forma derivativa, porém, é apenas uma das características lingüísticas observadas nos nomes abstratos. Além do aspecto morfológico, revelaram-se interessantes também os aspectos sintático e semântico, pois estes nomes só se encontram onde há predicação.

¹ Evidentemente, o mesmo não se aplica ao nome *concreto* *Justiça*, que é uma personificação dessas qualidades.

Porém, de onde surge a idéia de se problematizar o que, habitualmente, se chama “nome”? pergunta Wittgenstein. Incapaz de dar uma resposta, pergunto: será que saber de onde surge a idéia de se problematizar o *nome* faria com que deixássemos de problematizá-lo?

Ou, ainda, será que o fato de afirmarmos ou negarmos o que quer que seja a respeito do nome teria pouca relevância? Afinal, como está em Aristóteles:

Pouco importa (...) que se haja feita uma afirmação ou uma negação, dado ser evidente que o real não é menos do que é, apesar da afirmação ou da negação de ser ou de poder ser, uma vez não ser a afirmação nem a negação que levará os acontecimentos à realização”

(*Cat.* 7^b 25-7)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLAN, Keith. "Classifiers." *Language*, vol. 53(2), 283–310, 1977. Published by: Linguistic Society of America - Baltimore.
URL <http://www.jstor.org/stable/413103> (Citado na página 123.)
- ALSTON. "O que é filosofia da linguagem?" *In: Filosofia da Linguagem*. Zahar - Rio de Janeiro, 1972. (Citado na página 26.)
- ARISTÓTELES. *Organon*. Guimarães Editores, 1985. Traduzido por Pinharanda Gomes.
- . *Catégories*. Paris: Éditions du Seuil, 2002a.
- . *Physique*. Paris: Flammarion, 2002b.
- ARNAULD, Antoine. *Gramática de Port Royal ou gramática geral e razoada*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Citado nas páginas 110, 112, 113 e 114.)
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Companhia Editora Nacional, 1987. (Citado na página 88.)
- BENNETT, Jonathan. *Events and Their Names*. Oxford: Clarendon Press, 1988. (Citado na página 48.)
- . "What events are." *In: GALE, Richard (Ed.), Metaphysics*, pp. 137–151. Oxford: Blackwell - Oxford, 1996. (Citado na página 49.)
- BRITO, Adriano Naves de Brito. *Nomes próprios - Semântica e ontologia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. (Citado nas páginas 31, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41 e 42.)
- CASATI, Roberto & VARZI, Achille. "Holes." *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, in E. N. Zalta (ed.), 2003.
URL <http://plato.stanford.edu/entries/holes/> (Citado na página 2.)

- . “Events.” *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, in E. N. Zalta (ed.), 2006. CSLI (internet publication) - Stanford.
URL <http://plato.stanford.edu/entries/events/> (Citado na página 81.)
- CHIERCHIA, Gennaro. “Plurality of mass nouns and the notion of ‘semantic parameter’.” In: *S. Events and Grammar*. Rothstein, Kluwer., 1998. (Citado nas páginas 4 e 119.)
- COSTA, Claudio Ferreira. *Cartografias Conceituais: Uma abordagem da filosofia contemporânea*. Natal: Edufrn, 2008. (Citado na página 30.)
- CUNHA, Celso. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. (Citado na página 88.)
- CÂMARA, Joaquim Mattoso. *Princípios de lingüística geral : como introdução aos estudos superiores da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964. (Citado na página 130.)
- DAMOURETTE, Jean & PICHON, Edouard. *Des mots à la pensée: essai de grammaire de la langue française*. Paris: D’artrey, 1939. (Citado nas páginas 6, 10, 11, 12, 13, 88, 101 e 102.)
- DAVIDSON, Donald. *The Logical Form of Action Sentences*, in N. Rescher (ed.), *The Logic of Decision and Action*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1967a. Reprinted in *Events*, pp. 3-17, and in Davidson 1980, pp. 105-22. (Citado nas páginas 46 e 47.)
- . “Causal relations.” *Journal of Philosophy*, vol. 64, 691-703, 1967b. Reprinted in *Events*, pp. 401-13, and in Davidson 1980, pp. 149-62. (Citado na página 52.)
- DONNELLAN, Keith S. “Reference and definite description.” *Philosophical Review*, vol. Vol. 60, 281-304, 1966. (Citado nas páginas 36 e 37.)
- DRETSKE, Fred. “Can events move?” *Mind*, vol. 76, 479-92, 1967. Reprinted in *Events*, pp. 415-428. (Citado na página 47.)

- DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Editora Cultrix, 9^a ed., 1993. (Citado nas páginas 3 e 5.)
- DUCASSE, Curt John. "On the nature and the observability of the causal relation." *Journal of Philosophy*, vol. 23, 57–68, 1926. (Citado na página 51.)
- FONTANIER, Pierre. *Les Figures du discours*. Paris: Flammarion, 1977. (Citado nas páginas 110, 111 e 112.)
- FORBES, Gilbert B. *The Philosophy of Time*, chap. Time, Events and Modality, pp. 80–95. Oxford: Oxford University Press, 1993. R. Le Poidevin and M. MacBeath. (Citado na página 50.)
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978. (Citado nas páginas 1, 18, 19, 33 e 41.)
- GEACH, Petee Thomas. "Some problems about time." *Proceedings of the British Academy*, vol. 51, 321–36, 1965. (Citado na página 46.)
- GILL, Kathleen. "On the metaphysical distinction between processes and events." *Canadian Journal of Philosophy*, vol. 23, 365–84, 1993. Reprinted in *Events*, pp. 477–96. (Citado na página 51.)
- GRINEVALD, Colette. "Typologie des systèmes de classification nominale, in: la categorisation dans les langues." *Faites de langues*, vol. 14, 101–123, 1999. Paris: Ophrys. (Citado na página 122.)
- HACKER, Peter Michael Stephan. "Events, ontology and grammar." *Philosophy*, vol. 57, 477–86, 1982. Reprinted in *Events*, pp. 79–88. (Citado na página 47.)
- HALLIDAY, Michael A.K & HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976. (Citado na página 125.)
- HEBECHE, Luiz. *Wittgenstein e os nomes próprios*, vol. 49. Porto Alegre: Veritas, 2004. (Citado nas páginas 15 e 25.)
- HOBBS, Thomas. *Elementos de Filosofia*. No. 12 in *Clássicos da Filosofia*. Cadernos de Tradução: IFCH/Unicamp, 2005. Tradução e apresentação de José Oscar de A. Marques. (Citado nas páginas 95 e 100.)

- INGARDEN, Román. "Vom formalen aufbau des individuellen gegenstandes (the formal structure of individual objects)." *Studia Philosophica*, vol. 1, 29–106, 1935. (Citado na página 50.)
- JESPERSEN, Otto. *The philosophy of grammar*. London: Allen, 1948. (Citado nas páginas 6, 7, 8, 9 e 13.)
- JOLIVET, Rémi. *Descriptions quantifiées en syntaxe du français*. Genève-Paris: Éditions Slatkine, 1982. (Citado na página 88.)
- KENNY, Anthony John Patrick. *Action, Emotion and Will*. London: Routledge and Kegan Paul, 1963. (Citado nas páginas 46 e 50.)
- KLEIBER, George. *Nominales - Essais de sémantique référentielle*. Paris: Armand Colin, 1994. (Citado na página 85.)
- KRIPKE, Saul Aaron. *Naming and Necessity*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1980. (Citado nas páginas 1, 28, 29, 33, 34, 40, 41 e 42.)
- LANGACKER, Ronald. *Foundations of Cognitive Grammar-Theoretical Prerequisites*, vol. 1. Stanford: Stanford University Press, 1987. (Citado na página 52.)
- . *Foundations of Cognitive Grammar-Descriptive Application*, vol. 2. Stanford: Stanford University Press, 1991. (Citado nas páginas 54, 56, 58 e 59.)
- . "Discourse in cognitive grammar." *Cognitive Linguistics*, vol. 12, 143–188, 2001. (Citado nas páginas 52 e 54.)
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Correspondências com Arnauld ou von Hessen-Rheinfels*, vol. 2 of in: *Die Philosophischen Schriften von Leibniz*. Olms: Hildesheim, 1965. (Citado nas páginas 114 e 132.)
- . *New Essays on Human Understanding*. Cambridge: Cambridge University Press, Peter Remant e Jonathan Bennet ed., 1981. (Citado na página 97.)

- LEWIS, David K. "Events." *Philosophical Papers*, vol. 2, 241–69, 1986. New York: Oxford University Press. (Citado na página 49.)
- LINK, Godehard. *The Logical Analysis of Plurals and Mass Terms (A Lattice-Theoretical Approach)*, vol. Meaning, Use and Interpretation of Language of in R. Bauerle, C. Schwartz e A. von Stechow (orgs.). Berlim: Walter de Gruyter, 1983. (Citado nas páginas 4 e 121.)
- . *Algebraic Semantics and in Language and Philosophy*. Stanford: CSLI Publications, 1998. (Citado na página 46.)
- LOCKE, John. *An Essay Concerning Human Understanding*. London: William Tegg, 1689.
URL <http://oregonstate.edu/instruct/phl302/texts/locke/locke1/contents3.html> (Citado nas páginas 96 e 97.)
- LOMBARD, Lawrence B. *Ontologies of Events*. Oxford: Blackwell, s. laurence and c. macdonald ed., 1998. Contemporary Readings in the Foundations of Metaphysics. (Citado na página 44.)
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. Rio de Janeiro: Globo, 1987. (Citado na página 88.)
- LYONS, John. *Introdução à Lingüística teórica*. São Paulo: C. Editora Nacional, 1979. (Citado na página 123.)
- MEINONG, Alexius. *A teoria dos objetos*. Leipzig: Barth, 1904. (Citado na página 20.)
- MELLOR, Hugh. "Things and causes in spacetime." *British Journal for the Philosophy of Science*, vol. 31, 282–88, 1980. (Citado na página 47.)
- MILL, John Stuart. *Of names, in: The Philosophy of Language*. A.P. Matinich: Oxford University Press, 2006. (Citado nas páginas 1, 15, 16, 83, 99, 100, 115, 117 e 132.)
- MILNER, Jean-Claude. *De la syntaxe a l'interpretation*. Seuil, 1978. (Citado na página 124.)

- MOLTMANN, Friederike. "Properties and kinds of tropes: New linguistic facts and old philosophical insights." *Mind - Number 449*, vol. 113, 1-41, 2004. (Citado nas páginas 103, 104, 105 e 106.)
- MONTAGUE, Richard. "On the nature of certain philosophical entities." *The Monist*, vol. 53, 159-94, 1969. (Citado na página 49.)
- MOURELATOS, Alexander P.D. "Events, processes, and states." *Linguistics and Philosophy*, vol. 2, 415-34, 1978. Reprinted in *Events*, pp. 457-76. (Citado na página 51.)
- NIETZSCHE, Friedrich. "Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral." In: *Obras Incompletas, Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. (Citado na página 8.)
- OCKHAM, William of. *Lógica dos termos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. (Citado nas páginas 89, 92, 94, 96 e 105.)
- PARSONS, Terence. "The progressive in english: Events, states and processes." *Linguistics and Philosophy*, vol. 12, 213-41, 1989. Reprinted in *Events*, pp. 47-76. (Citado na página 51.)
- . *Events in the Semantics of English. A study in Subatomic Semantics*. Massachusetts - London, England: The MIT Press-Cambridge, 1990. Cap. 7 - Explicit Discourse about Events. (Citado nas páginas 1, 45, 46, 48, 55, 60, 61, 62, 64, 67, 84, 89 e 90.)
- PEREIRA, Maria ângela Botelho. *Gênero e número em português: estudo das relações forma- sentido na gramática*. Rio de Janeiro: PROED, 1987. (Citado na página 129.)
- PFEIFER, Karl. *Actions and Other Events: The Unifier-Multiplier Controversy*. New York and Bern: Peter Lang, 1989. (Citado na página 46.)
- PLATÃO. *Diálogos (Teeteto-Crátilo)*. Belém: Editora Universitária, 2001.
- PRADO, Maristela. "Relatório de cursos e atividades para exame de qualificação com vistas a obtenção do título de

- mestre.” Tech. rep., USP, São Paulo, 2000. (Citado nas páginas 124 e 126.)
- QUINE, Willard van Orman. “On the reasons for indeterminacy of translation.” *The Journal of Philosophy*, vol. 67, 178–83, 1970. (Citado na página 48.)
- QUINTON, Anthony. “Objects and events.” *Mind*, vol. 88, 197–214, 1979. (Citado na página 47.)
- RAMSEY, Frank P. “Facts and propositions.” *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. Suppl. Vol. 7, 153–70, 1927. (Citado na página 48.)
- REICHENBACH, Hans. *Elements of Symbolic Logic*. New York: Macmillan, 1947. (Citado na página 46.)
- RESTAUT. *Principes de la Grammaire française*, vol. III. 9 ed., 1765. (Citado na página 10.)
- ROCHA, Luis Carlos de Assis. *Estruturas Morfológicas do Português*. B.H.: ED. UFMG, 1998. (Citado na página 120.)
- RUSSELL, Bertrand. *Our Knowledge of the External World*. London: Allen and Unwin, 1914. (Citado na página 50.)
- . *Investigación sobre el significado y la verdad*. Buenos Aires: Editorial Losada, 1946. (Citado nas páginas 1, 21, 22 e 50.)
- . *The Principles of Mathematics*. Nova Iorque: Norton-Russell, 1951, 1951. (Citado na página 23.)
- . *Logic and knowledge*, chap. On denoting, pp. 39–56. Londres Unwin-Hyman, 1956. (Citado nas páginas 20, 33, 34 e 36.)
- RYLE, Gilbert. *The Concept of Mind*. London: Hutchinson, 1949. (Citado na página 50.)
- SANTOS, Luiz Henrique Lopes Dos. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2 ed., 1994. Ensaio introdutório. (Citado nas páginas 18, 19 e 22.)
- SENNA, Luiz Antonio Gomes. *Classes de Palavras*. Rio de Janeiro: Inédito, 1998. (Citado na página 85.)

- STOUT, G. F. "Are the characteristic of things universal or particular?" *Proceedings of the Aristotelian Society*, vol. Supp. Vol. 3, 114–22, 1923. (Citado na página 49.)
- THOMSON, Joseph John. *Acts and Other Events*. Ithaca (NY): Cornell University Press, 1977. (Citado na página 52.)
- VAN BENTHEM, Johan. *The Logic of Time*. Dordrecht: Kluwer, 1983. (Citado na página 49.)
- VARZI, Achille & CASATI, Roberto. *Events*. Aldershot: Dartmouth Publishing, 1996. (Citado nas páginas 44, 45, 48, 49, 50 e 52.)
- VENDLER, Zeno. "Verbs and times." *Philosophical Review*, vol. 66, 143–60, 1957. (Citado na página 50.)
- VON KUTSCHERA, Franz. "Sebastian's strolls." *Grazer Philosophische Studien*, vol. 45, 75–88, 1993. (Citado na página 49.)
- WACHOWICZ, Tereza. *A semântica dos reticulados para os plurais em PB*. São Paulo: Editora Contexto, 2003. In: *Semântica Formal*. (Citado na página 120.)
- WALKER, Arthur Geoffrey. "Durées et instants." *Revue Scientifique*, vol. 85, 131–34, 1947. (Citado na página 50.)
- WHITEHEAD, Alfred North. *Process and Reality. An Essay in Cosmology*. New York: Macmillan, 1929. (Citado na página 50.)
- WILSON, Neil. "Facts, events, and their identity conditions." *Philosophical Studies*, vol. 25, 303–21, 1974. (Citado na página 48.)
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2 ed., 1994. Trad., notas e ensaio introdutório de Luiz Henrique L. Santos. (Citado na página 1.)
- . *Investigações Filosóficas*, vol. Tradutor: Marcos G. Montagnoli. Vozes, 4a ed., 2005. (Citado nas páginas 24, 25, 26 e 30.)